

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Roberto Antonio Capiotti da Silva

SOBRE LOTES, LARES E SONHOS

**Estudo Antropológico sobre cotidiano, trajetória social e ação política de moradores da
Vila Batista Flores em Porto Alegre – RS.**

Porto Alegre, 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Roberto Antonio Capiotti da Silva

SOBRE LOTES, LARES E SONHOS

**Estudo Antropológico sobre cotidiano, trajetória social e ação política de moradores da
Vila Batista Flores em Porto Alegre – RS.**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cornelia Eckert

Porto Alegre, 2007

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao CNPq pela concessão de bolsa de pesquisa durante o último ano do curso de mestrado.

Agradeço aos professores e funcionários do PPGAS/UFRGS pela oportunidade de estudar nesse centro referência em nossa disciplina no Brasil.

Agradeço especialmente a professora Cornelia Eckert, figura essencial para a minha formação no campo da Antropologia das sociedades complexas e no trabalho com imagens, desde a graduação, minha orientadora nesta dissertação e uma grande amiga.

Agradeço igualmente aos pesquisadores (pessoal) do NAVISUAL, Lili, Cris, Neiva e Fáy, pelo diálogo, aprendizagem e sobretudo pela amizade estabelecida.

Aos colegas e amigos do curso, personagens fundamentais na rotina universitária e nos momentos mais descontraídos, provocando diálogos, discussões, compartilhando idéias e trocando experiências.

Ao amigo André Vicari, companheiro nas primeiras saídas de campo e autor de algumas fotos utilizadas nesta dissertação.

À todos os membros do projeto Regularização Fundiária: uma questão de cidadania, pelas experiências, idéias e resultados compartilhados.

À todos os amigos, mesmo aqueles que estão longe.

E finalmente, agradeço de maneira especial aos meus familiares, sobretudo meu pai Renato, minha mãe Otilia e meus irmãos Rodrigo, Renata e Raquel, que sempre me apoiaram e pacientemente entenderam meu percurso.

RESUMO

Esta dissertação é resultado de um estudo etnográfico sobre cotidiano, trajetória social e ação política de moradores de uma vila irregular de Porto Alegre/RS em processo de regularização fundiária, a Vila Batista Flores. A partir da situação de irregularidade dos moradores, analisa-se suas trajetórias de ocupação dos terrenos, dificuldades, tensões e conflitos vividos, relações sociais estabelecidas, lutas e ações coletivas enraizadas em suas memórias, objetivando a permanência no local, a melhoria das suas condições de vida e a regularização fundiária.

Palavras Chave: Cotidiano; Trajetória Social; Transformações Urbanas; Regularização Fundiária.

ABSTRACT

This study results from an ethnographic research aimed to investigate the daily life, social trajectory and political action of inhabitants of an irregular neighborhood in process of urban regularization, the “Vila Batista Flores” in Porto Alegre/ RS. The urban status of neighbourhood occupants was analyzed and their trends of urban territory was traced, as well as their difficulties and conflicts, their established social relationships, their struggle and collective actions stabilised in its memories in order to remain in the area, to improve their life conditions and have the regularization of urban states.

Key Words: Daily Life; Social Trajectory; Urban renewal; Urban Regularization;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1 A VILA BATISTA FLORES.....	11
1.1. Adentrando na Vila Batista Flores.....	14
1.2. Conhecendo seus Moradores.....	22
CAPÍTULO 2 ETNOGRAFANDO A PERIFERIA DE PORTO ALEGRE.....	32
2.1. Escrita Etnográfica.....	38
2.2. Sobre Ética nas Relações Dialógicas.....	43
2.3. Etnografia e Imagem.....	45
CAPÍTULO 3 ENTRE RUAS, CASAS E PÁTIOS: SOCIABILIDADE E REDES DE VIZINHANÇA.....	50
3.1. Os Pátios: Espaços Íntimos.....	65
3.2. As Redes de Vizinhaça e Solidariedade.....	71
CAPÍTULO 4 MEMÓRIAS DO COTIDIANO E PERTENCIMENTO.....	77
4.1. Morar na Batista Flores: Pertencimento e Territorialidade.....	91
4.2. Estilo de Vida e Status.....	95
CAPÍTULO 5 CONSTRUINDO CIDADANIAS POSSÍVEIS.....	103
CONCLUSÃO.....	115
REFERÊNCIAS.....	119
ANEXOS	

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1, p. 11; Terreno localizado na divisa entre o bairro Rubem Berta e o Mário Quintana. Imagem de André Vicari, agosto de 2004.

Imagem 2, p.15; Vista do Beco da Rua Avenida Figueira. Imagem do autor, setembro de 2004.

Imagem 3, p.17; Residência da Rua A1. Imagem de André Vicari, agosto de 2004.

Imagem 4, p.18; Mapeando a Região. Mapa 1 e 2: modificados a partir de: <http://geobservatorio.palegre.com.br>. Consultado em dezembro de 2006.

Imagem 5, p.19; Mapa da Vila Batista Flores. Fonte: Pesquisa realizada pelos bolsistas de Geografia do Projeto Regularização Fundiária, 2005.

Imagem 6, p. 22 Zezinho durante entrevista em sua casa. Imagem do autor, setembro de 2006.

Imagem 7, p. 30. Seqüência de fotos de uma conversa na casa de Dinarte.

Imagem 8, p. 32. Devolução das imagens produzidas para Dinarte. Imagem de André Vicari, junho de 2005.

Imagem 9, p. 58. Antônio em frente a sua loja agropecuária. Imagem do autor, dezembro de 2006.

Imagem 10, p. 61. Dinarte conversa enquanto toma café em sua casa. Imagem do autor, maio de 2005.

Imagem 11, p. 64. Zezinho reflete durante relato em sua casa. Imagem do autor, setembro de 2006.

Imagem 12, p. 67 e 69. Seqüência de fotos da horta de seu Antônio. Imagens 1,3 e 5 do autor. As duas restantes de André Vicari, abril de 2005.

Imagem 13, p. 77. Crianças, entre elas os filhos de Sionézio posam na Rua Figueira na década de 1980. Imagem de Sionézio Corrêa, s/d.

Imagem 14, p. 80 Zezinho relata sua chegada a Vila. Imagem do autor, setembro de 2006.

Imagem 15, p. 82 Dinarte lembrando sobre as antigas ocupações da Rua A1. Imagem do autor, abril de 2005.

Imagem 16, p. 83. Rua Figueira vista da casa de seu Antônio. Imagem de Antônio Alminhana, 1989.

Imagem 17, p.103 Cartaz de investimentos da prefeitura municipal na Avenida Martim Félix Berta, janeiro de 2007.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, em Antropologia Social, trata do cotidiano e das condições de vida de habitantes de Porto Alegre, tendo como base um estudo etnográfico junto aos moradores da Vila Batista Flores, durante os anos de 2004, 2005 e parte de 2006. Trata-se de um estudo sobre formas de ocupação do espaço urbano, que problematiza a temporalidade vivida. Aborda-se a realidade social e cultural deste grupo social que habita um local, na periferia da cidade, definido como “vila irregular”, pelo fato de não serem proprietários dos terrenos sobre os quais construíram suas habitações. Recentemente esse local passa por um processo de regularização fundiária, fruto, segundo os moradores, de um longo processo de reivindicação coletiva junto aos poderes públicos.

Através desse processo os moradores buscam ter reconhecido o longo período de ocupação, assegurando seu direito de permanência no local, afirmando que há uma comunidade que preserva a memória da ocupação e transformação desse espaço urbano. Entretanto esse processo é complexo e conflituoso, visto que nem todos os moradores participaram e participam do processo de reivindicação política, ocupam este espaço com a mesma longevidade, ou podem regularizar seus terrenos. Busquei no trabalho etnográfico dar conta dessas tensões, discutindo-as.

Os habitantes deste local constroem suas identidades, não só em relação aos meios sociais que os envolvem, mas dentro da própria comunidade, através de distinções simbólicas, econômicas e políticas, tendo como base memórias, imagens e ações de sua trajetória, bem como experiências geracionais, que implicam práticas que permitem a condição mínima de qualidade de vida: o ato de habitar em uma moradia, uma casa que abrigue a unidade doméstica num espaço urbano com uma boa infra-estrutura.

A experiência etnográfica, permitiu uma inserção sistemática no cotidiano desses moradores, os quais entendem que alguém da universidade está sensibilizado por sua condição e pelo seu esforço em se organizar, para obter uma condição cidadã de enraizamento na cidade, através de uma territorialidade de pertença, que orienta suas representações, identidade e práticas cotidianas.

As transformações deste espaço urbano periférico e recente, e sua ligação com o restante da cidade, também são destacadas neste estudo, no intuito de mostrar como esses moradores percebem e vivenciam o processo de renovação e transformação da malha urbana.

A observação participante do cotidiano desse grupo foi fundamental para a compreensão dos modos de vida no espaço urbano, suas formas de ocupação do espaço da rua, suas práticas cotidianas e relações de vizinhança. O uso de instrumentos visuais também foi fundamental, como recurso narrativo e revelador deste “outro” – o habitante da periferia – ao mesmo tempo em que serviram como moeda de troca e meio para o estabelecimento de uma relação mais próxima ao grupo, por meio da devolução das imagens produzidas.

Minha chegada à Vila Batista Flores foi guiada por uma conjuntura política, através de um programa de regularização fundiária de um órgão estadual (Projeto Usucapião), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Projeto Regularização Fundiária: uma questão de cidadania), que entrei em contato com esta população como pesquisador.

Desde a graduação tenho pesquisado a Vila Batista Flores, mais precisamente desde o final de 2003, quando participava, como bolsista na área de Ciências Sociais, do projeto interdisciplinar de extensão – Regularização Fundiária: uma questão de cidadania – que tinha como proposta uma pesquisa antropológica sobre: cotidiano, trajetória social e ação política dos moradores da Vila Batista Flores; a criação de um laudo ambiental e a realização de atividades de educação ambiental junto aos alunos das escolas da região por parte dos bolsistas de Geografia; e a produção de plantas cartográficas dos terrenos desses moradores, usadas nos processos de regularização fundiária pelo grupo de Engenharia Cartográfica.

A participação no projeto permitiu a realização de um exercício etnográfico que serviu de base para meu Trabalho de Conclusão de Curso, em Ciências Sociais, sobre o cotidiano e a ação política dos moradores da Vila Batista Flores. Busco, aqui, complexificar e reformular questões que surgiram nesse trabalho e na minha formação, realizando um novo estudo, proposto nesta dissertação, também em virtude da minha participação como pesquisador associado do Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL – UFRGS), coordenado pela professora doutora Cornelia Eckert.

Minha inserção na Vila Batista Flores se deu através de uma ida junto aos defensores públicos, quando fui apresentado a duas lideranças locais que representavam moradores de duas ruas da vila, seu Antônio e seu José. Foi através destes dois líderes que entrei em contato com outros moradores, que reivindicavam a regularização de suas terras através do programa da Defensoria Pública Estadual.

Durante os dois meses iniciais da pesquisa, realizei um levantamento bibliográfico sobre a região e apliquei questionários junto a alguns dos moradores desta vila, a fim de efetuar um recenseamento socioeconômico de algumas famílias. Através do levantamento bibliográfico tive acesso a dados gerais sobre a vila e sua população, sobre o bairro onde está localizada e sua relação com a cidade de Porto Alegre.

O recenseamento tinha o intuito de identificar o perfil desta população de forma mais específica, através do conhecimento da renda, do tempo de moradia na área, do número de pessoas em cada residência, motivos da vinda para a vila, entre outras questões.

A Vila Batista Flores é uma vila irregular formada por mais ou menos 628 domicílios, segundo a prefeitura municipal (DEMHAB, 2000), localizada na zona nordeste de Porto Alegre, na periferia geográfica da cidade, perto da divisa com os municípios de Alvorada e Viamão. Nela, vivem pessoas de diferentes estratos econômicos, predominando os de baixa renda, o que não impede que haja casas típicas de classe média.

A irregularidade fundiária consiste, segundo a Prefeitura Municipal, na existência de moradias em áreas públicas ou privadas, em desconformidade com a lei, o que significa que essas moradias são inadequadas frente aos códigos de urbanização e edificação prescritos pelo Estado. As áreas irregulares, cujo número de moradias não ultrapassa aos cinquenta, são consideradas “núcleos irregulares”, enquanto que áreas que ultrapassam este número são tidas como “vilas irregulares”, termo utilizado para definir a Vila Batista Flores.

Em torno da vila, se estendem outras numerosas vilas que hoje formam o bairro Mário Quintana. Vilas essas formadas, na sua maioria, de forma irregular ou criadas pela prefeitura para a colocação de famílias removidas de vilas irregulares de outras partes da cidade. O bairro foi criado oficialmente em 1998 e possui uma população de 21.848 moradores, com rendimento médio mensal, dos responsáveis pelo domicílio, de 2,45 salários mínimos (DEMHAB, 2000), sendo um dos bairros mais pobres da capital em termos de renda.

Iniciei o estudo pela coleta dados de quinze famílias de três ruas da área da vila que está em processo de regularização, através de questionários fechados. Este grupo é formado, na sua maioria por pessoas de origem interiorana e rural, que chegaram nesta área no final da década de 1970, quando compraram seus terrenos a preços irrisórios sem saber que a área era irregular, pois era uma área particular que foi loteada sem o consentimento dos proprietários e da prefeitura municipal.

A outra parte do grupo é formada por moradores mais recentes, também indivíduos de origem rural, mas que vieram para vila sabendo da sua situação de irregularidade, visto que

era a única área que possibilitava a construção de moradias a um custo baixo. Alguns desses moradores não fizeram o pedido de regularização fundiária junto à Defensoria Pública Estadual. Minha inserção junto ao grupo foi diferenciada, pois não se deu através da participação no projeto, como ocorreu com os moradores que estavam vinculados ao processo de regularização, mas como pesquisador, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, interessado no cotidiano dos moradores da vila.

Ao longo da experiência etnográfica objetivei conhecer alguns desses moradores, seus desejos, suas dificuldades, suas lutas, e principalmente os aspectos das trajetórias que as levaram a morar em uma área irregular e a lutar pela sua regularização. Estudei a realidade desse grupo e sua história de ocupação dos terrenos, sua participação e luta pela regularização fundiária e pela melhoria das condições de infra-estrutura e urbanização da vila. Através de uma antropologia do cotidiano, fui reconstituindo suas histórias, tendo em vista as tensões de viver em terrenos irregulares, as lutas e os fatos marcantes relacionados à ocupação desses espaços enraizados em suas memórias.

A partir de Michel de Certeau (1994) busquei trabalhar com esses moradores citadinos em situação de irregularidade fundiária, através de um conceito de cultura popular que se pauta pela análise das práticas comuns da vida cotidiana, as “práticas cotidianas”. Sigo também a análise desenvolvida por Tereza Caldeira (1984), pressupondo que as “práticas cotidianas”, de habitantes citadinos em situação de irregularidade fundiária, estão constantemente perpassadas por questões que dizem respeito ao espaço habitado, que não é reconhecido como seu e que, no início de sua ocupação, pode ter sido precário, mas também sofreu transformações. Com base nisso, o cotidiano e o estilo de vida desses moradores não podem ser considerados homogêneos, apesar de partilharem uma série de experiências comuns, sendo a trajetória social, as experiências enraizadas na memória e as ações políticas aspectos fundamentais para uma análise..

Pretendo, assim, contribuir para um conhecimento denso sobre as populações que vivem em áreas irregulares, de forma que não se tenha uma visão apenas técnica do processo de regularização fundiária que coloca, muitas vezes, a população apenas como receptiva e passiva, mas que se conheça como essas mudanças são percebidas e construídas pelos moradores participantes desse processo e que reivindicam melhorias nas condições de vida.

No primeiro capítulo apresento minha entrada na Vila Batista Flores, salientando os aspectos que me levaram a eleger este lugar, como palco de estudo, e a escolha desse grupo de moradores para realização do trabalho. A seguir realizo uma pequena descrição da vizinhança, fazendo uma breve reconstrução do histórico de ocupação pelos moradores. Passo então a

apresentar os moradores que compartilharam comigo suas experiências, e com os quais estabeleci uma aproximação e relação dialógica, o que permitiu a realização desta pesquisa.

No segundo capítulo adentro nas questões teóricas e metodológicas que sustentam este estudo, refletindo sobre os trabalhos realizados sobre grupos urbanos em situação de segregação e de irregularidade fundiária urbana. A construção do texto etnográfico, enquanto reorganização narrativa das experiências vivenciadas e compartilhadas em campo, assim como as questões éticas que emergiram destas situações também são discutidas. Analiso, ainda, a produção de imagens sobre os moradores como forma de construção narrativa sobre seu cotidiano.

O cotidiano dos moradores, as formas de ocupação do espaço, as relações entre os grupos e a formação das redes de amizade e compadrio, são descritos no capítulo três, tendo como fundamento a observação participante realizada junto aos moradores da Vila Batista Flores. Apresento os espaços públicos, onde se estabelecem as relações mais imediatas entre os vizinhos e passantes, lugar de trocas de informações e fofocas sobre os acontecimentos recentes e passados. A relação dos moradores com os espaços privados, dando evidência maior aos pátios, espaços íntimos de sociabilidade e, sobretudo, de atividades, tendo em vista a presença de hortas e jardins em seu interior. Por fim analiso a formação das redes de amizade, ajuda mútua e reivindicação política.

O quarto capítulo se pauta pelas memórias do cotidiano desses moradores, através das quais reconstruem o passado da região e de suas ações na sua transformação urbana, relacionando-as às suas trajetórias familiares e individuais. Na segunda parte do capítulo, discuto o sentimento de pertença destes moradores em relação à vila e a forma com que projetam e vivenciam seu desenvolvimento urbano. Por fim discuto as relações distintivas, estabelecidas entre os diferentes moradores da vila, que levam a uma diferenciação de “grupos de status”.

No quinto e último capítulo, analiso a ação política dos moradores da Vila Batista Flores, apresentando as características de suas ações reivindicatórias, as diferentes instâncias em que ocorreram, assim como os motivos que as fizeram emergir e seus resultados, no que diz respeito à regularização fundiária e à busca por direitos, previstos na construção de sua cidadania.

CAPÍTULO 1

A VILA BATISTA FLORES



Na primeira vez em que entrei na Vila Batista Flores, vislumbrei que este lugar era, sem dúvida, privilegiado para um estudo etnográfico. As características que chamaram a atenção, a ponto de defini-lo como singular, diziam respeito a sua localização: na periferia geográfica de Porto Alegre. A vila reflete as características comuns de territorialidades de fronteira urbana: a heterogeneidade das casas, a paisagem marcada pela presença de hortas, quintais, pátios e jardins típicos de zonas residenciais interioranas e/ou rurais, marcadas por grupos de pequenas casas de madeira ao lado de chácaras, alamedas de árvores, ruelas de terra, campos verdejantes ocupados por vacas e cavalos pastando tranqüilamente.

Contrastando com esses aspectos, fortes indícios de infra-estrutura urbana: grandes residências de alvenaria cercadas por grades de metal, ruas e avenidas asfaltadas, bem delimitadas e com grande fluxo de pessoas, equipamentos de luz, água, antenas de televisão, parabólicas, emaranhados de fios completavam esta paisagem.

Tudo fascinava nesse contexto de certa forma tão familiar, lembrando-me cenários de infância no Bairro Sarandi, também localizado na periferia de Porto Alegre, e pelo estranhamento de um espaço estrangeiro a ser desvendado por mim a cada olhar e a cada interação norteada pelas tradicionais técnicas da imersão etnográfica. Era uma aventura antropológica de um estudante orientado por conceitos e teorias que tratam do fenômeno

urbano, do cotidiano, da trajetória, da identidade, da memória de seus habitantes em face das transformações constantes do viver na cidade.

A aparência tranqüila e quase bucólica da vila é entrecortada por momentos de grande movimento nas ruas e avenidas, onde se encontra algum comércio como: padarias, lojas, armazéns, supermercado; e por momentos de sociabilidade, que se diferenciavam das áreas mais centrais da cidade, como: pessoas sentadas nos pátios tomando chimarrão, vizinhos conversando na rua ou entre as grades e muros baixos de suas casas, trabalhando nas hortas e jardins em frente a suas casas.

Nada no local aparentava, a um passante e seu olhar desavisado, de que havia tensão e medo no viver cotidiano desses habitantes, pelo temor de perder suas casas pela condição irregular de ocupação do terreno. Algumas moradias aparentavam solidez, e as sociabilidades visíveis a uma percepção passageira, indicavam enraizamento e pertencimento ao local e ao grupo.

O fato de pesquisar um espaço urbano, considerado como “irregular”, gerava inicialmente um misto de curiosidade e receio sobre como viveriam as pessoas que o ocupavam. Com uma imagem influenciada pelos discursos da imprensa e de muitos moradores da cidade que julgavam que estes lugares também eram freqüentados por pessoas contraventoras e perigosas e o meu total desconhecimento sobre esta região da cidade alimentavam esse sentimento.

A denominação “Vila” já possui um significado pejorativo, no que diz respeito aos espaços urbanos porto-alegrenses. É comum serem chamados de “vilas” os locais onde residem os moradores pobres da cidade, diferenciando-os de bairros com espaços mais amplos e regulamentados pelo município, que comportam na sua maioria populações de classe média e alta, representados por nomes precedidos por termos como “Jardim” ou “Parque”, por exemplo.

Contudo, nos meus primeiros contatos na inserção em campo, desfiz rapidamente esta idéia preconceituosa, estabelecendo com os moradores da Vila Batista Flores uma forte relação afetiva. Caminhando pelas ruas da vila e batendo nas portas de suas casas, logo conheci alguns deles que me viam como o “guri da UFRGS” ou “da Defensoria”. Sem dúvida, o fato de estar vinculado à Defensoria Pública Estadual facilitou minha inserção, pois a maioria dos moradores tinha conhecimento do processo de regularização e uma boa relação com os defensores públicos. Porém, meu papel de pesquisador muitas vezes foi ressignificado pelo grupo – advogado ou pelo menos alguém com maior conhecimento da legislação, eram alguns dos papéis associados a mim.

Perguntaram-me sobre: como e onde poderiam ser feitos testes de paternidade gratuitamente; se com a regularização da moradia a ex-mulher e os filhos de um primeiro casamento teriam direito de requisitar a casa; além das constantes questões sobre como andavam os processos de regularização fundiária na justiça, perguntas as quais não tinha conhecimento para responder.

Aos poucos esses moradores foram entendendo o meu trabalho, visto que passei um grande período, cerca de dois anos, visitando a vila, observando seus ritmos e sua gente, conversando e entrevistando seus habitantes. Os primeiros meses da pesquisa, ainda em 2004, foram tempos de dominar os espaços e ambiências, através da observação participante e descrição das ruas e seus fluxos, utilizando também o recurso fotográfico na construção de imagens sobre o lugar. Ao longo do resto da pesquisa, a partir de 2005, busquei, através de entrevistas, conversas e da observação do cotidiano desses moradores, reconstruir suas trajetórias, memórias e desvendar seus estilos de vida.

Não foram, porém, esses elementos do viver na vila o único motivo para uma questão antropológica, mas também a descoberta de que esses moradores estavam organizados em uma rede de vizinhança, que reivindicava melhorias nas condições de vida frente aos órgãos públicos há mais de vinte anos, culminando com o encaminhamento da regularização fundiária junto à Defensoria Pública Estadual. A formação dessa rede e os aspectos que a fundamentavam constituíram também o alicerce dessa investigação antropológica, na Vila Batista Flores.

Desta forma, o tempo, como afirmam Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2005, p. 94), torna-se uma dimensão significativa para a investigação da experiência destes moradores na cidade. Para compreender o processo de mutação e transformação das formas de vida destes moradores, é necessário investigar este espaço urbano como objeto temporal, a partir da forma como os sujeitos pensam a ordenação e superposições temporais vividas, configuradas e reconfiguradas em suas narrativas biográficas. A dimensão da memória emerge assim, como importante elemento para a compreensão do complexo quadro social da Vila Batista Flores.

Através de um olhar antropológico “conceitual e interpretativo” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p.19) constatei que neste espaço urbano coexistiam diferentes estilos de vida, visões de mundo e que ele “não era mero reflexo de uma política urbanística, mas comportava as tradições e biografias de seus habitantes e que estes, através de suas narrativas e memórias, o manipulavam e o reconstruíam constantemente” (ECKERT & ROCHA, 2005, p.87).

Nesse sentido, como destaca Robert Park (1967, p.29), este espaço urbano estava “enraizado nos hábitos e costumes das pessoas que o habitavam”. A Vila Batista Flores não podia ser vista como mero mecanismo físico e uma construção artificial, estava envolvida nos processos vitais das pessoas que a compunham.

A partir dessa perspectiva, busquei reconstituir a formação da rede de moradores e concluí que as bases dessa rede eram as relações de vizinhança e amizade entre eles e que partilhavam uma trajetória comum de experiência de falta de infra-estrutura urbana e de dificuldades de toda ordem, quando da chegada na vila, mas compartilhavam também a memória coletiva (HALBWACHS, 1990) das transformações realizadas através dos movimentos de reivindicação política.

O fato de conhecer, através desses moradores, suas experiências e consternações vivenciadas, desde a chegada a um lugar sem qualquer infra-estrutura, distanciado do resto da cidade, e descobrir que a gênese do processo de regularização partiu deles e não de um programa estatal, aguçou ainda mais minha curiosidade e enlevo por esta investigação.

1.1. Adentrando na Vila Batista Flores

Espacialmente a parte da vila que analiso neste estudo é um conjunto de três ruas, que formam um triângulo ligado a uma grande avenida que desemboca nas regiões Norte e Leste da cidade de Porto Alegre. Este triângulo é formado pela rua Figueira, sem saída totalmente asfaltada, com calçadas grandes e não muito bem definidas que termina abruptamente em um riacho; pela rua A1, de terra e sem calçadas, com grandes eucaliptos de um lado e casas do outro; e pela rua Raul Cauduro, a mais antiga da vila, asfaltada e com calçadas bem delimitadas.

Para melhor vislumbrar a Vila Batista Flores, descrevo um trecho do diário de campo, escrito após a primeira e conturbada visita à vila, em que fui de ônibus (antes todas as idas à vila, para a aplicação de questionários, foram através de transporte da Defensoria Pública) acompanhado de outro bolsista do projeto, ainda no ano de 2003.

“Essa chegada foi de certa forma conturbada, pois devido a um equívoco, o ônibus que deveria (eu e o André) levar-nos à vila nos deixou em outro lugar, do qual eu possuía um vago conhecimento e lembrança. Esse equívoco se mostrou positivo, pois possibilitou-nos um maior conhecimento sobre as vilas e as pessoas que formavam o bairro Mário Quintana, assim como das idéias que as pessoas de fora (que não moram nessas vilas) tinham das mesmas.

Ao descer do ônibus vi que eu conhecia aquela paisagem, mas devido a sua vastidão – era um descampado – ela não trazia grandes recordações. Nas ocasiões anteriores, a imagem que eu construía ao aproximar-me da paisagem, com transporte da Defensoria Pública, era diversa e percorria um caminho “oficial” e direto no “centro” da vila. Já nesta ocasião de inserção, entrei na vila através de um caminho diferenciado, percorrendo uma vila vizinha, caminhando por lugares que pareciam mais de uma zona rural do que de Porto Alegre, visto que eram campos cercados com cavalos, vacas, galinhas, patos e outros animais típicos de áreas rurais.

Não reconhecendo primeiramente a paisagem, questionei sobre a possibilidade de ter errado o caminho para a vila, resolvi então voltar, junto com o colega, ao fim da linha do ônibus em que havíamos chegado e perguntar para alguém de que forma poderíamos chegar à Vila Batista Flores. Chegando lá, uma senhora nos explicou. O cobrador do ônibus que havíamos viajado, ouvindo a conversa, alertou-nos dizendo que não deveríamos fazer este caminho, pois ele era muito perigoso. Essa atitude do cobrador expressa as idéias pejorativas e negativas que as pessoas de fora têm sobre a população de vilas de classe popular. Para essas pessoas, nas “vilas” vivem somente pessoas perigosas e adentrar nelas é um risco para qualquer um, especialmente um estudante universitário de classe média.

Após uma caminhada pela via, que nos levaria até a Vila Batista Flores, (via esta estreita, sem calçada, e que apesar de possuir parada de ônibus, não havia nenhum indício de que passasse algum ali) chegamos a uma escola. Passando por ela avistamos uma via que mais parecia a entrada de uma chácara e não possuía qualquer semelhança com a Vila Batista Flores, resolvemos, então, perguntar para as pessoas que moravam ali como poderíamos chegar até lá.

Primeiro, perguntamos para uma senhora que estava na frente da sua casa, a qual informou que estávamos na Vila Wenceslau Fontoura e, apesar de não saber dizer como poderíamos chegar à Vila Batista Flores, disse que deveríamos perguntar na escola, pois lá, segundo ela, “eles têm o mapa de tudo”. Fomos à escola e perguntamos para o encarregado da portaria, o qual informou que deveríamos “subir o morro” pelas vias não asfaltadas até chegar a uma rua



asfaltada. Subimos o morro esperando que no seu topo encontrássemos a vila, mas ao chegarmos a uma rua asfaltada vimos que esta era uma via sem saída. Decidimos então continuar subindo, até que encontramos um vendedor de bergamotas, perguntamos a ele como chegaríamos à vila Batista Flores, ele pensou, falou com outro morador que acompanhava o movimento da rua da janela de sua casa e disse que deveríamos continuar a subir, que logo chegaríamos à vila.

À medida que subíamos o morro, as condições das moradias e de infra-estrutura das ruas iam melhorando. Ao chegar ao fim da subida avistei um templo evangélico e então reconheci haver chegado finalmente à Vila Batista Flores, visto que em minhas primeiras idas à vila havia notado a presença desta construção. Mesmo assim procurei chegar até uma avenida que demarcava o começo da vila para ter certeza. A partir daí constatei que realmente havíamos chegado ao local desejado, estávamos na Avenida Martins Félix Berta.

Começamos a caminhar então pelas ruas da vila, nas quais se realizariam os nossos trabalhos etnográficos, a Avenida Figueira, que tinha essa denominação pela presença de uma enorme Figueira em sua margem esquerda, uma descida totalmente asfaltada, com calçadas grandes e não muito bem definidas. Nela mora a maioria das famílias que estavam pedindo a regularização das casas, através do instrumento de usucapião urbana.

À medida que descíamos essa rua, íamos observando e analisando as moradias e as suas condições. As moradias eram heterogêneas, algumas de alvenaria e muito bem acabadas, outras de madeira e simples, algumas mistas (de alvenaria e madeira) e algumas ainda pareciam inacabadas ou “feitas pela metade”, evidenciando as constantes intervenções posteriores a construção original. Alguns dos terrenos onde se erguiam estas casas prendiam minha atenção pelo fato de serem muito grandes, repletos de árvores e outras plantas, onde se destacavam as parreiras. Vislumbrava-se um morador que cuidava de seu cultivo calmamente, conferindo a este cenário um “ar” de zona rural.

A rua estava vazia, somente dois mecânicos conversavam jocosamente e faziam piadas entre si, enquanto consertavam um envelhecido carro, em frente a uma garagem que servia como oficina mecânica. No fim da rua, perto do riacho que delimita seu fim, em uma Kombi, cheia de verduras, um vendedor anuncia seus produtos enquanto faz algumas piadas e trocadilhos sobre os transeuntes e moradores, que se encontravam em frente as suas casas, através de um megafone.

No fim da Avenida Figueira, se localizavam as moradias mais simples, fato que é bem contrastado quando se observa, um pouco mais acima, uma casa azul que parece estar fora da realidade de uma vila irregular: uma casa grande, sobre um amplo terreno, com ótimo

acabamento e protegida com portão eletrônico. Ainda no fim dessa via, na sua junção com a rua A1, localiza-se um riacho, que aparenta ser um esgoto a céu aberto, visto que nele escoam o esgoto de algumas casas e a água que se acumula no beco sem saída, localizado na rua A1. A travessia entre essas ruas se dá por cima de um enorme cano de concreto, que brota por de baixo de uma das casas, nas suas margens tomadas por densa vegetação.

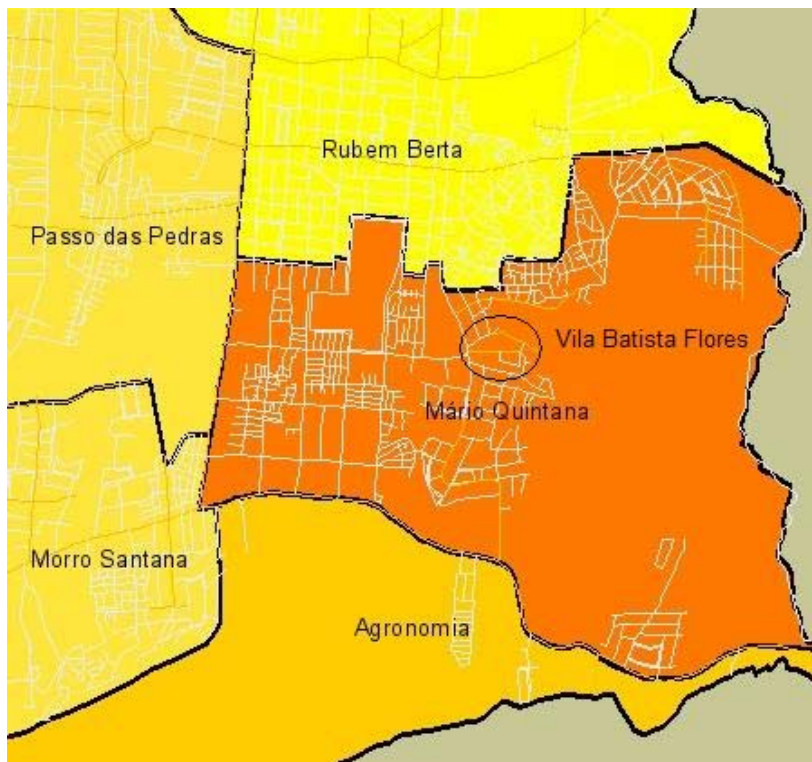
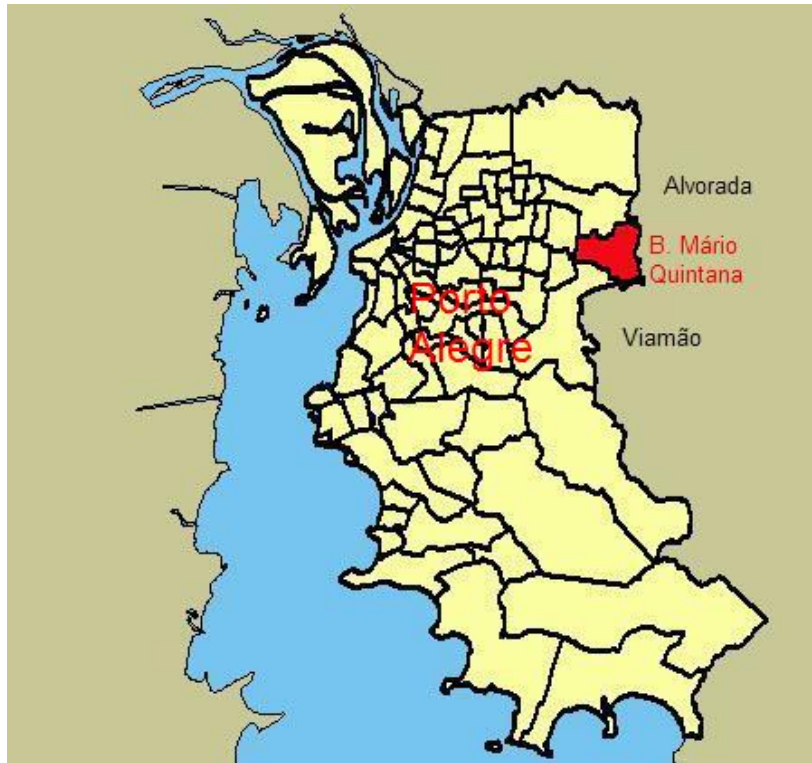


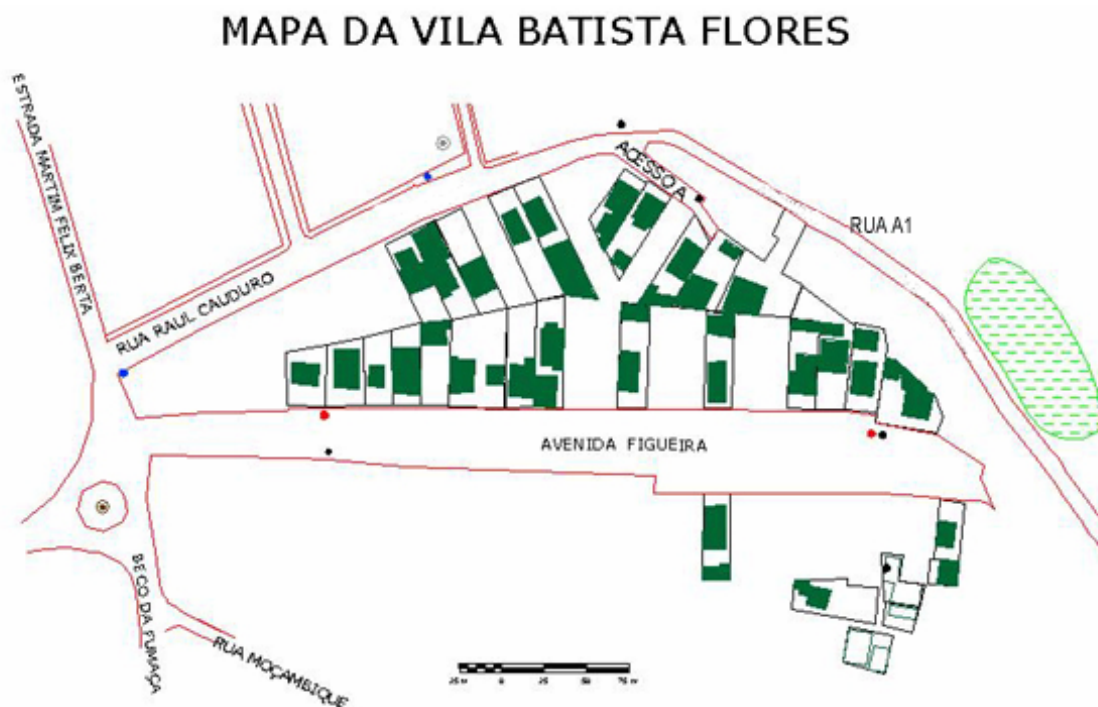
Subindo a rua A1, localizada acima deste riacho, nota-se que as moradias são mais precárias, assim como as condições da rua que não é asfaltada e não possui calçada. A maioria das casas é protegida por cercas e grades, todas possuem vários números, algo comum na vila, já que todas as casas tinham

um número referente à CEEE outro ao DMAE e, muitas vezes, até um terceiro número o qual não há nenhuma referência, visto que não seguiam qualquer padrão. Esta rua é flanqueada de um lado por uma chácara com enormes eucaliptos, que parecem estar prestes a cair, pois se vê suas enormes raízes brotando para fora da terra. Algumas crianças brincam no meio da rua, ao som de músicas de diferentes ritmos que a invadem e se confundem; mais adiante, algumas senhoras conversando sentadas em frente às suas casas. No fim da rua A1 se localiza um beco sem saída que também é uma pequena via asfaltada em declive, tendo no seu fim uma moradia que a interrompe. A partir deste beco termina a rua A1 e começa a Raul Cauduro, paralela à Figueira e que como ela, é asfaltada, mas com calçadas bem definidas e com moradias de alvenaria de condições heterogêneas.

Esta rua estava mais movimentada, suas ruas transversais estavam cheias de pessoas conversando em bares e em frente às casas. Na rua havia um vai-e-vem de pessoas que entravam e saíam da Avenida Martim Félix Berta, carregando sacolas e outros materiais, indo fazer compras ou apenas conversando. Terminava assim nossa caminhada, atingindo-se o limite da vila: a Avenida Martins Félix Berta.

A vila tem como um dos seus limites o fim da Rua Raul Cauduro. Esta é a área que está sendo regularizada, através de processos individuais de usucapião urbano, junto à Defensoria Pública Estadual.”





Como tantas vilas da periferia de Porto Alegre, a precariedade dos serviços e da infraestrutura da Vila Batista Flores só não é maior, porque em anos recentes, os moradores se organizaram em uma série de movimentos reivindicativos e conseguiram que algumas de suas demandas fossem atendidas.

Quando da realização do loteamento da vila no final da década de 1970, seus primeiros moradores compraram seus lotes sem conseguir registrá-los, pois não havia validade legal na transação entre os donos dos terrenos e o loteador. Desta forma, foram ocupados, terrenos públicos, terrenos de propriedade de uma empresa e terrenos de propriedade particular que, segundo seu Zezinho, negro, de aparência forte, apesar da altura diminuta, que descobri ser um dos moradores mais antigos da vila, eram de posse de uma senhora chamada Wilma. A proprietária veio a falecer na metade da década de 1980 e seus herdeiros passaram a requerer a propriedade dos lotes da vila Batista Flores através de processos de reintegração de posse a partir de 1988, estando esta área em litígio até os dias atuais. Dessa forma, estes moradores tomaram conhecimento da situação de irregularidade fundiária somente quando os herdeiros passaram a ameaçá-los de despejo.

Atualmente as áreas de propriedade pública da Vila Batista Flores foram regularizadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, devido a reivindicação dos seus ocupantes. Os terrenos de propriedade da empresa Ponta Porã também foram regularizados porque esta faliu

e seu dono não possuía herdeiros que pudessem reivindicá-los, segundo o relato de Antônio senhor branco, sessenta anos e um dos líderes da comunidade que vive há dezessete anos na vila.

A área de propriedade particular está atualmente em processo de regularização fundiária, através do instrumento de usucapião urbana, o qual prevê que uma área de até 250m², comprovadamente ocupada por cinco anos, pode ser regularizada em nome do ocupante (ALFONSIN, 1997), através da Defensoria Pública Estadual e da Prefeitura Municipal, estando em litígio entre os seus ocupantes e os diversos herdeiros da área loteada. Dentro desta área encontram-se ainda ocupações do leito da rua Figueira às margens do riacho, que envolvem questões ambientais e referentes ao Plano Diretor e não possuem previsão para regularização, fazendo com que seus moradores vivam em constante insegurança quanto à permanência em suas casas.

Segundo o relato de seu Antônio, na década de 1990, um grupo de moradores que ocupava as margens do riacho tiveram sua remoção negociada com a Prefeitura Municipal através da Associação de Moradores. Anos mais tarde um pequeno grupo de famílias ocupou novamente parte do leito da Rua Figueira às margens do riacho, permanecendo nesta área até hoje.

Diante desse processo pode-se perceber a extrema complexidade da situação fundiária da Vila Batista Flores, formada por: moradores em lotes regularizados, moradores em áreas particulares ocupadas, que estão regularizando sua situação, moradores alheios ao processo de regularização e moradores ocupantes de leitos de rua e das margens do riacho, que têm sua situação de permanência indefinida. Tal situação é um dos fatores geradores de uma realidade marcada pela diversidade e também pela desigualdade estabelecida entre seus moradores.

Na coleta de dados realizada através de questionários¹ junto à quinze famílias desta área em litígio, predominaram aquelas com renda inferior a três salários mínimos (doze entre quinze ou 79%). Dez (66%) destas famílias moravam na área há mais de quinze anos e metade delas (33%) há mais de vinte anos. A média obtida do número de pessoas em cada moradia foi de 3,3.

Todos os donos dos terrenos vieram do interior do Rio Grande do sul ou de outros estados. Dez (66%) famílias não possuíam casa própria anteriormente, morando de aluguel ou em moradias de outros (parentes e amigos). Quando questionados sobre a forma de ocupação do terreno, quatorze responderam que o haviam comprado e um disse que havia ocupado.

¹ Ver questionário base em Anexos

Quanto ao motivo de migração para a Vila Batista Flores 66% (10) dos entrevistados disseram que haviam se mudado pela oportunidade de ter uma moradia própria. Os outros, 34%, informaram que haviam se mudado pela oportunidade de trabalho nas proximidades da vila. Todas as casas dos moradores entrevistados possuem luz elétrica, rede de água e são beneficiados pela coleta de lixo.

Ao longo do desenvolvimento desta etnografia, mantive contato com duas lideranças informais da vila², seu Zezinho e seu Antônio, que representam as famílias que reivindicam a regularização fundiária. Através dessas lideranças entrei em contato com um grupo de moradores que habitavam o local há mais de quinze anos, e que formavam uma rede de vizinhança, baseada em uma série de experiências de reivindicações e ações coletivas visando a melhoria da infra-estrutura da vila. Esse grupo, formado na sua maioria por antigos moradores, é composto na sua totalidade por pessoas que reivindicam a regularização fundiária junto à Defensoria Pública Estadual.

Outros moradores vieram para vila recentemente sabendo da situação de irregularidade fundiária, visto que compraram suas casas de antigos moradores, construíram em áreas desocupadas e terrenos vazios, sendo estas as únicas áreas que possibilitavam a construção de suas moradias a um custo baixo.

A diferença entre os moradores mais antigos e os mais recentes é visível, visto que a situação dos primeiros está mais estabilizada. Moradores da Rua Raul Cauduro e parte alta da rua Figueira, que possuem melhor infra-estrutura, possuem também melhor situação econômica em relação aos demais residentes da vila que possuem casas precárias, localizadas sobretudo na parte baixa da Rua Figueira, às margens do riacho e na Rua A1.

Esses moradores, na sua maioria, assim como os mais antigos, têm origem rural e moraram em várias localidades da cidade antes de chegar à vila, há mais ou menos dez anos. São na sua maioria trabalhadores sem estabilidade, fazendo diferentes trabalhos (vendedores ambulantes, pedreiros, camelôs, motoboys) para manter a renda.

Alguns moradores mais antigos, que estão regularizando seus terrenos, entre eles seu Antônio, os definem como “invasores de rua”, fazendo referência à área destinada à abertura da Rua Figueira até o município de Viamão, prevista no Plano Diretor de Porto Alegre, dimensionando-se diferenças e distinções internas ao grupo, como propõe Pierre Bourdieu, a partir de ações identitárias contrastivas (BOURDIEU, 1992).

² Uso a expressão “líder informal” para diferenciá-lo dos líderes comunitários que possuem cargos dentro da Associação de Moradores da Vila Batista Flores.

1.2. Conhecendo seus Moradores

Ao longo da etnografia realizada na Vila Batista Flores, foram estabelecidas relações com alguns moradores através de aproximações, conversas informais e entrevistas. A interação cotidiana com essa rede de moradores permite que configure aqui os personagens que aceitaram compartilhar dessa pesquisa. Apresento aqui alguns destes moradores:

Seu Zezinho e Maria

José ou “seu Zezinho”, como é conhecido, é o líder informal da parte da vila que compreende a Rua Raul Cauduro, além de ser um dos mais antigos moradores, está entre os mais engajados na luta pela melhoria das condições na vila e pela sua regularização, sendo um dos primeiros moradores que entrei em contato através da Defensoria Pública.

O seu Zezinho, mora num beco que se localiza entre as ruas Raul Cauduro e A1, em uma casa de alvenaria, construída por ele mesmo, com a ajuda de familiares e amigos. Sua casa é dividida em duas partes: uma ocupada por ele, sua esposa e sua filha, que compreende uma pequena sala, cozinha e quarto e por outra que é um quarto destinado ao aluguel. Zezinho passa a maior parte do dia na rua e, quando está em casa, trabalha na sua reforma, sendo difícil encontrá-lo descansando, algumas vezes encontrei ele conversando na rua ou no pátio de algum vizinho, como é comum entre os moradores.

Simpático, mas sério, ele prefere não se “meter na vida dos outros”, dizendo-se “amigo de todo mundo” e gabando-se por nunca ter entrado em brigas, pelo fato de “usar sempre melhor as palavras do que a força”. Zezinho muitas vezes foi lembrado pelos moradores que conheci como aquele que “sabe da regularização”.

Ao longo de nossas conversas, Zezinho contou-me que juntou-se a um circo na sua juventude, abandonando seu lar no interior da Bahia para viajar pelo Brasil com a trupe. Como o personagem “palhaço Cebolinha”,



Zezinho se apresentou em vinte quatro estados do Brasil e visitou cidades no Uruguai, Paraguai, Venezuela e Argentina, sobretudo Buenos Aires, que segundo ele possuía os melhores atores de circo, devido a suas inúmeras escolas desta profissão. Em suas viagens conheceu pessoas importantes, se apresentando para embaixadores e chefes de Estado, chegando a participar de eventos oficiais de diversos governos. O convívio com todo o “tipo de pessoas”, importantes, ricas, pobres, estrangeiras, estudiosas ou simples, explicaria, segundo ele, a sua facilidade para o diálogo, o estabelecimento de amizades e de seu poder de negociação com qualquer indivíduo ou instituição.

Suas viagens junto ao circo terminaram quando este se estabeleceu no Parque Marinha do Brasil, em Porto Alegre. Em uma das apresentações na cidade conheceu Maria, que visitava seus tios que moravam na cidade e assistia ao espetáculo da trupe. Nos dias posteriores passaram a namorar e meses depois se casaram. Zezinho se estabeleceu no sul, primeiro em Santa Catarina, onde a família de sua esposa morava, e depois em Porto Alegre. Na cidade, trabalhou como cobrador de ônibus antes de conseguir um emprego como operário com a ajuda do cunhado, trabalhando numa empresa polindo e afiando facas para as indústrias Hércules por quinze anos.

Estabeleceu-se na Vila Batista Flores em 1978, enfrentando os problemas da falta de infra-estrutura urbana – construiu a própria casa nos dias de folga. Anos depois passou a enfrentar a situação de irregularidade fundiária.

Segundo sua esposa Maria, hoje dona de casa, mas vendedora por profissão, eles vieram para a Batista Flores quando possuíam um “dinheirinho poupado”, o que lhes permitiu viverem sozinhos:

A gente comprou em maio de 1978 e até hoje nós, foi em 1978 nós nem tínhamos a nossa filha quando nós compramos. Aí a nossa filha nasceu em novembro, ela nasceu em novembro, foi quando nós, é que a gente morava em família, tinha outros irmãos casados e aí começou os problemas de irmão e coisa, aí, como nós tínhamos o nosso terreninho, ele trabalhava no Vivieri. Foi uma época muito boa, nos áureos tempos do Vivieri, que ganhava bem. Aí ele pegou, e não... vamos fazer uma casinha pra nós. Aí viemos fazer aquela casa, pegamos as primeiras férias integrais dele. 30 dias ele ficou trabalhando na vila. Nem férias ele tirava, ele pegava 20 dias e vendia pra empresa e tirava só 10 pra gente, podia adquirir, né. Pagava às vezes alguma prestação adiantada, sempre pagando, nunca deixando de pagar, mesmo sabendo que era uma propriedade que a gente poderia vir a perder no futuro.

Zezinho contou que havia comprado seu terreno, sem saber, em uma imobiliária clandestina, e que estava pagando as prestações, quando descobriu que a antiga proprietária da área não havia sido paga pelo loteador, o qual havia feito o loteamento clandestinamente.

Somente em 1988, os herdeiros da proprietária vieram retomar os terrenos ou pelo menos cobrar os pagamentos, através de ações de reintegração de posse na justiça.

A partir deste relato, ele exaltou a sua liderança quando da busca por um advogado para manter os moradores na área opondo-se aos proprietários que haviam movido a ação de reintegração de posse e, quando sozinho, depois da desistência dos moradores, ganhou a causa na justiça e adquiriu toda a área da vila no processo, dividindo-a posteriormente entre os moradores ali estabelecidos.

Morando com a sua esposa e a filha de vinte e três anos, seu Zezinho, operário aposentado, de sessenta e três anos, age como mediador entre a Defensoria Pública e os moradores da Rua Raul Cauduro.

Seu Antônio

Outro morador, com qual estabeleci um longo diálogo através de entrevistas e conversas sobre a questão da regularização dos terrenos e sobre a história da vila, foi o seu Antônio. Marceneiro aposentado de sessenta anos, natural de Santo Antônio da Patrulha, é o líder informal da vila que representa os moradores da Rua Figueira.

Seu Antônio se mudou para a vila há dezessete anos, apesar de ter comprado o terreno há mais de vinte, utilizando-o inicialmente como plantação. Conheci seu Antônio através da Defensoria pública, pois ele é uma das lideranças mais atuantes na vila.

Encontrei-o pela primeira vez em seu pátio, trabalhando na horta, atividade que realiza em grande parte do seu tempo. Apresentando-me como participante do projeto Regularização Fundiária e como estudante da UFRGS, Antonio parou sua capina para vir falar comigo, através da grade que separa seu pátio da calçada da Rua Raul Cauduro. Contou-me que tinha sido líder comunitário em várias localidades da cidade e veio morar na Batista Flores porque sua casa, localizada no Passo das Pedras (Zona Norte de Porto Alegre), estava no caminho de uma avenida que seria aberta pela Prefeitura, tendo desta forma que abandoná-la. Segundo ele:

Eu morei, se contar desde onde eu nasci, eu morei em quatro lugares. Eu morei, morei em Santo Antônio da Patrulha no Alto Cará. Depois morei de aluguel de vinte de maio a vinte de janeiro na Alberto Silva, ali no Jardim Sabará e depois eu comprei no Passo das Pedras. Em dez meses eu me mudei pro Passo das Pedras. Aí eu fiz uma casa lá e morei vinte e dois anos.

Eu só saí de lá por que... A avenida Sertório ia até a Protásio Alves, que era o projeto que o governo tinha, mas como eles perderam a eleição e aí entrou o

Collares³ continuou com o mesmo projeto mas aí quando o Olívio entrou, parou, mas não dão planta pra construir. Aquela área ali, não dão. Porque passa a Sertório, o final da Sertório é na Protásio Alves. E aí, do trajeto, e aí ela estava em cima do trajeto da rua. E aí como eu não podia construir eu comprei aqui. Eu comprei essa área aqui e comecei a construir aqui.

Ao contrário de Zezinho, que também é uma das lideranças da vila, Antônio muitas vezes é visto conversando com outros moradores na rua, mas sempre mantendo, segundo ele, uma separação entre a amizade e o trabalho de liderança. “É preciso ter jogo de cintura. Tu não vai na casa de um vizinho ou outro, a não ser que te convide. Tu tem que conversar com todo mundo”, relata ele. Toda vez que estou na vila ele me convida para conversar, seja sobre a regularização, sobre o seu trabalho como líder comunitário ou sobre a história da vila.

Descendente de italianos e de origem rural, ele vive com sua esposa e filha em uma casa relativamente grande de alvenaria, de dois pisos, com um enorme pátio onde planta vários tipos de frutas e verduras. Ele é um dos moradores mais influentes e próximos no acompanhamento da ação da Defensoria Pública na luta pela regularização. Interessado na história da Zona Nordeste da cidade Porto Alegre, emprestou-me um livro sobre a história da “Fumaça”, forma como os moradores chamam a Chácara da Fumaça, antiga chácara que se tornou uma das primeiras vilas urbanas desta região.

Ele é também um dos moradores mais estabilizados economicamente, sendo que seu filho possui ensino superior completo e é conselheiro tutelar da região, enquanto sua filha, que mora em sua casa, está concluindo a faculdade de matemática.

Antônio buscou ao longo dos anos junto aos poderes públicos, inclusive como um dos líderes da articulação entre os moradores das vilas da região, junto ao Orçamento Participativo, a reivindicação de melhorias e a regularização fundiária. Devido ao seu grande envolvimento nas questões políticas da vila, ele, juntamente com o seu Zezinho é um dos moradores mais conhecidos, servindo como mediador entre os moradores da Rua Figueira e a Defensoria Pública. Devido ao seu envolvimento ele também é muitas vezes criticado pelos outros moradores, no que diz respeito às suas atitudes ou promessas feitas. Zezinho e Antônio foram personagens fundamentais para minha inserção no grupo de moradores que estavam reivindicando a regularização de seus terrenos e foram os principais interlocutores na Vila Batista Flores.

³ Alceu Collares e Olívio Dutra, prefeitos de Porto Alegre, respectivamente de 1985 a 1988 e de 1989 a 1993.

Seu Adão, dona Aldenora e Antônio

Seu Adão e a esposa, Aldenora, ele com setenta e sete e ela com setenta e três anos, naturais de Passo Fundo, são auxiliares de enfermagem aposentados que vivem com um dos filhos já adulto, em uma pequena casa verde de alvenaria, com um jardim muito bem trabalhado. Morando há mais de quinze anos na vila, nas nossas conversas, regadas a muitos cafezinhos na pequena sala de sua casa, contaram como vieram morar na vila, em vista da oportunidade de adquirir uma casa “própria”, de como ficaram felizes com o terreno que “possibilitava plantar árvores”, e com a vizinhança que era muito prestativa e amigável. Mas contaram também sobre a enorme dificuldade que haviam passado desde a chegada na vila, quando não havia água encanada, nem fornecimento de luz e, também, anos mais tarde devido à doença de Adão.

Nós naquela época a gente não escolhia vantagem, escolhia achar um lugar pra morar e era... O que a gente queria era ter um lugar pra morar não é? Por isso achei uma vantagem porque era um terreno grande, terreno bom. Eu tive negócios de outras casinhas por ali, mas a casinha, como diz, só a casinha e pouca coisa. Isso aqui não, isso aqui é terreno grande, lugar pra plantar arvoredo, aumentar a casa se quer. (Adão)

Adão e Aldenora saíam pouco de casa, devido também à saúde precária dele, se dedicando mais a trabalhar na horta. Suas saídas eram para ir ao culto na Igreja Evangélica “Nova Jerusalém”, ficando a cargo do filho Antônio os deslocamentos para outros serviços necessários. Diziam ser amigos de todos os vizinhos, não gostavam somente do barulho que vinha da serralharia ao lado da sua casa, que teria acabado com a tranqüilidade da vila, mas relataram ser amigos do vizinho.

É um lugar bom, aqui é um lugar especial. Claro, primeiramente não tinha barulho e agora tem mais barulho, mas primeiramente, lá pra fora era quieto sossegado. Agora nós temos o vizinho aqui do lado que tem serralharia não é, então aí vai até umas horas da noite batendo ferro, já atrapalha um pouco, senão não tinha barulho nenhum, só pra fora. Gente que se criou pra fora é diferente, não é como vocês que se criaram aqui.” (Aldenora)

Adão faleceu em 2005 em função de um câncer, a partir disso seu filho passou a cuidar de Aldenora. Em 2006 ele abriu uma pequena loja de agropecuária, na garagem de casa, para complementar a renda da família, pretendendo assim permanecer na vila. Em uma conversa em frente a sua loja ele relatou que não venderia a casa por menos de cento e

cinquenta mil reais, pelo que ela representava, mas reconhecia que dificilmente alguém pagaria isso por ela, então, não trocava aquela casa por nada.

Elemar

O vizinho de Adão e Aldenora é o Elemar, pequeno empresário do ramo de Metalurgia e Serralharia, que tem o pavilhão da sua empresa nos fundos de casa. Ele é um dos moradores mais recentes da vila, mas diferentemente da maioria destes, é um dos residentes com maior poder aquisitivo. Disse estar muito feliz, já que o processo de regularização havia lhe dado ganho de causa. Faltando somente a escritura, a qual, ele confidenciou, demoraria a providenciar, pois assim os impostos sobre o terreno e a casa aumentariam muito.

Segundo ele, na vila conseguiu vencer na vida, pois havia chegado de Frederico Westphalen, onde tinha uma empresa maior que a atual, quebrado, devendo mais de vinte mil reais, se estabelecendo na vila em 1999, junto com sua mulher, contando apenas com um armário velho.

Nessa época a Rua Raul Cauduro ainda era precária, a ligação de luz de sua casa era feita através de “gatos” e sua empresa era “fria”. Para ele, aos poucos a vila foi melhorando e a sua vida também. Legalizou a empresa, pagou as dívidas, reformou a casa e comprou um apartamento. O galpão da fábrica que era um “puxadinho”, agora era um pavilhão com máquinas novas e doze empregados. Hoje vive bem com a mulher e o filho pequenino e sustenta um filho com a ex-esposa. Ele é um morador que se mostra em franca ascensão econômica.

Elemar chegou a convidar-me para a realização de um churrasco dos moradores, para comemorar o ganho dos processos, o que não se concretizou. Disse ainda que quando o juiz o chamou, no dia do julgamento do processo, ficou com muito medo de perder seu terreno, pois no tribunal estavam todos os herdeiros da área, mais de vinte, segundo ele. Tudo não passou de um engano, pois os herdeiros não deveriam ser chamados e estando lá não poderiam falar apenas ouvir a decisão que lhe foi favorável.

Sionézio e Marina

Em minhas andanças e aplicações de questionários conheci Sionézio, motoboy, atendente e fotógrafo por *hobby* e sua esposa Marina, dona de casa, que vivem com os três

filhos e uma neta, em uma pequena casa de madeira na Rua Figueira. Natural de Tubarão (SC), Sionézio morou em outras vilas de Porto Alegre, vindo morar na Batista Flores por “desespero”, após perder o emprego devido a um acidente de trabalho.

Ao longo das nossas conversas contou como era a vila anteriormente: sem calçamento, sem rua asfaltada e cortada por um riacho; mostrou algumas fotos de família que atestavam esses fatos, inclusive uma em que seu filho estava montado em um cavalo na Rua Figueira, enlameada e esburacada, quando o arroio ainda não era canalizado e a vila era apelidada de “Sapolândia”. Contou também que não havia reformado a sua casa, pois temia perdê-la para os proprietários da área, mas com a regularização poderia reformá-la, tendo em vista abrigar a sua neta que passara a viver com eles.

Em nossos diálogos sempre reclamava da violência da vila e da imagem ruim que ela passava para as “pessoas de fora”, que não moram lá. Segundo ele, nenhum motorista nem entregador gostavam de entrar na vila. Isso porque, segundo ele, a entrada e arredores são muito feios, até mesmo seus parentes e uma das filhas não os visitavam por causa disso e pelo medo da violência da vila. O motivo para essa “feiúra” é para ele a pobreza: “É a zona mais pobre de Porto Alegre”, argumenta Sionézio, mas essa feiúra não provém dos moradores antigos, mas dos novos que foram chegando aos montes ou foram sendo colocados pela prefeitura, relata ele.

“É um depósito de pessoas, junta pessoal das vilas do centro, junta a população pobre, aí, já tem bandido aí, aí dá nisso”, argumenta Sionézio. Para ele a recente ocupação e a remoção de pessoas para as redondezas da vila tornaram-na mais feia e perigosa, mas ainda assim é vista como um lugar bom para viver.

Elínea

Com a Elínea tive um rápido contato, pois ela me atendeu no portão, mesmo assim concedeu uma rápida entrevista. Disse que não gostava de morar na vila por causa do comportamento dos vizinhos, os quais faziam muito barulho durante a noite, escutavam som alto, faziam muita festa e não deixavam sua família dormir. Relatou que veio para a vila porque era uma oportunidade de adquirir a casa própria, visto que ela e o marido moravam no interior de Santa Catarina, junto com os pais dele. Viviam mal devido ao grande número de irmãos dele, optando assim por vir morar e trabalhar na cidade de Porto Alegre.

Elínea, apesar de não gostar de morar na vila, como disse, “da sua casa para fora”, gosta de trabalhar no jardim nos fundos da casa, o que é um motivo para continuar morando

ali, até que a regularização seja feita, e então vender sua casa e se mudar para o litoral, local que considera mais tranquilo para viver.

Dona Leonor

O contato com a dona Leonor se deu através de três visitas: duas em que conversei com ela sobre suas memórias da vila, e uma, onde realizei uma entrevista rápida, que devido a problemas com o gravador não pôde ser gravada. Dona Leonor é uma senhora de setenta anos de saúde muito frágil, nascida em Jaguari-RS, que vive com sua neta e filha em uma casa de dois pisos na Rua Figueira.

Dona Leonor sempre me recebeu com um café e com muito boa vontade, contando histórias da sua chegada na vila, há vinte seis anos atrás, quando quase não havia moradores. Relatou também que foi abandonada junto com a filha, pelo marido, e que sofreu muito com as ameaças de despejo dos proprietários da área. Em função de sua idade e problemas de saúde tive que cancelar inúmeras vezes entrevistas marcadas, sendo que a entrevista realizada foi feita de forma rápida, devido a sua bronquite asmática que a levava ao hospital freqüentemente. Em virtude do seu falecimento, em 2005, infelizmente não pude estabelecer um contato mais duradouro.

Dinarte

Uma das pessoas que mais tive contato durante a etnografia foi o Dinarte, enfermeiro aposentado, natural de Santa Catarina, havia morado em vários lugares do Brasil antes de vir morar em Porto Alegre e na vila.

Dinarte vive sozinho em uma pequena e precária casa de madeira, cercada por uma grade elétrica, na Rua A1. Durante todas as visitas fui muito bem recebido em sua casa, o que me surpreendeu, pois o espaço era superaproveitado; admirou-me também sua funcionalidade. Durante as visitas, ele me disse que já havia construído quatro casas no mesmo terreno e que faria uma nova em breve. Sua casa possui no pátio uma horta e uma bananeira nos fundos, há ainda um fogão a lenha que ele utiliza normalmente para fazer o almoço em dias de sol.

Dinarte nasceu no interior de Santa Catarina e na adolescência teve que abandonar o lar para buscar melhores condições de vida, pois os pais, trabalhadores rurais, não poderiam sustentar a ele e seus irmãos.

Chegando a Porto Alegre trabalhou alguns meses como auxiliar de enfermagem junto com o irmão, mas após alguns meses sem receber salário, abandonou o emprego e resolveu procurar outro. Mais tarde conseguiu uma oportunidade de trabalho, como auxiliar de enfermagem, na Santa Casa de Misericórdia, onde permaneceu até se aposentar, com ganhos de três salários mínimos.



Nas visitas foi-me oferecido um lanche e muitas vezes até convites para almoços e churrascos. Dinarte foi um dos moradores que me recebeu com maior naturalidade. Todas as vezes que passava pela sua casa, quando o via no pátio ouvindo música sertaneja, ele me convidava para tomar um café. Dono de um senso de humor enorme, mas ao mesmo tempo sinistro, pois se diverte com qualquer coisa, seja vendo sua imagem nas fotos, exclamando: “Quem é esse bicho feio aqui!” ou “Parece uma véia feia”, seja contando fofocas dos vizinhos ou histórias macabras sobre os crimes ocorridos nas redondezas, as suas preferidas.

Apesar de um grande senso de humor e de sua facilidade em fazer amizades, Dinarte diz não ter muitos amigos na vizinhança, somente aqueles que freqüentam a igreja evangélica localizada na Rua Figueira, ou os donos do Mercado Dragão, localizado na Avenida Protásio Alves, onde regularmente compra vinho. Ele é um dos moradores que não entraram com processo de regularização fundiária junto à Defensoria Pública, estando alheio a essa situação,

assim como não participa da rede de vizinhança que reivindicou melhorias na infra-estrutura da vila.

Dinarte possui um sítio no Passo da Caveira⁴ no município de Gravataí, fato comum para os moradores da vila que possuem rendas maiores, para o qual ele vai uma vez por mês, nos fins de semana, para colher frutas e verduras que são “cultivadas” (as frutas e verduras crescem sem muitos cuidados, pois atualmente não há caseiros no sítio e os que haviam antes segundo, Dinarte não faziam o trabalho como deviam) junto com sua irmã e cunhado ou com seus sobrinhos.

Mais conversas e conhecidos

Ao longo da pesquisa foram estabelecidos ainda contatos rápidos com outros moradores, na aplicação dos questionários e em conversas informais onde incluo a dona Florinda aposentada de setenta e três anos, moradora do Beco da Rua A1; viúva, ela é um dos poucos moradores que nasceram em Porto Alegre, morando na vila há vinte três anos. Possui uma pequena loja nas redondezas, que administra junto a seu filho de quarenta e sete anos que mora com ela.

Ivo, que trabalha como pedreiro, natural de Maximiliano de Almeida (RS) e sua esposa Deuci, costureira, que vieram de Erechim para Porto Alegre em busca de emprego, se estabelecendo na vila há vinte quatro anos, também foram importantes contatos.

Destaco também Lurdes, auxiliar de cozinha de quarenta e sete anos, moradora da Rua Figueira, natural de Taquari. Eloir e sua esposa, Eraci, moradores da Rua Raul Cauduro, naturais de Erechim, que anteriormente moravam na Restinga. Marisete, uma das moradoras mais recentes, que é empregada doméstica, natural de Lajeado. E finalmente Wilmar, porteiro, vivendo há nove anos na vila junto com a esposa Marta e um filho, em uma casa na precária rua A1.

⁴ Área no interior do município de Gravataí, caracterizada pelos sítios.

CAPÍTULO 2

ETNOGRAFANDO A PERIFERIA DE PORTO ALEGRE



A questão da irregularidade fundiária, de habitantes citadinos, não é um fenômeno recente, provém de séculos de segregação e expulsão das populações de baixa renda das áreas centrais e valorizadas das cidades brasileiras para a periferia e áreas vazias; dado o processo de expansão e transformação espacial dos centros urbanos, através da ação dos poderes públicos e políticas progressistas, concebendo situações de déficit habitacional e especulação imobiliária.

Devido às limitações das políticas públicas no Brasil, em prover moradias para as camadas populares; à crescente especulação imobiliária, que não permite a essa população a aquisição de casa própria, em áreas do núcleo urbano; ao preço proibitivo dos aluguéis, observa-se um aumento vertiginoso de áreas de ocupação irregular na periferia das cidades brasileiras, ao longo do séc. XX.

Como demonstra Betânia Alfonsin (2000), ao longo do século XX, formou-se uma grande massa de moradores em áreas localizadas na periferia de Porto Alegre, devido à expulsão desta população, por parte do Estado, das áreas centrais da cidade, através da destruição dos cortiços, urbanização, higienização e conseqüente valorização destas áreas, impossibilitando seu acesso às camadas populares. Ocorreu um processo de expulsão dos

trabalhadores de baixa renda para bairros distantes, que só eram acessíveis porque não contavam com uma estrutura adequada e nem com uma rede de serviços básicos.

Dirigem-se para a periferia: a) os habitantes da cidade que estão sendo expulsos dos núcleos das metrópoles, seja por ação direta do Estado ou da iniciativa privada por meio de ações como: remoção das favelas, planos de renovação urbana, construção de obras públicas e mesmo revitalização do centro e políticas de valorização patrimonial; seja por ação indireta dos mesmos agentes (legislação, taxação, supervalorização imobiliária, etc.); b) os habitantes do interior e zonas rurais que enfrentam: políticas de desvalorização do trabalho rural, falta de incentivos para o trabalho em pequenas propriedades ou para o trabalho rural assalariado, intempéries e perdas na safra, o empobrecimento de cidades interioranas, etc.

Os migrantes rurais recém-chegados à cidade não encontram nos núcleos, sob controle progressivo do Estado e da iniciativa privada, as antigas condições de moradia (cortiços, apartamentos conjugados baratos) ou espaços vazios para construir moradias (SANTOS, 1980, p. 27).

Os migrantes rurais se deslocam para as regiões mais industrializadas, que concentram os serviços e oferecem novas oportunidades de emprego, visto que a industrialização brasileira, especialmente a partir da década de 40, se deu paralelamente e em grande parte provocou uma crise na sociedade rural. Se a vida rural tinha uma organização vinculada a relações de trabalho tradicionais, a industrialização do país, concentrada em suas metrópoles, operou no sentido de desagregar essa estrutura.

Desapareceram as relações de trabalho como a parceria e colonato, que davam certa autonomia ao produtor e nas quais o acesso a terra constituía parte da remuneração do trabalhador, substituídas por relações capitalistas de produção, provocando assim uma crise nos meios de subsistência que, efetivamente, expulsou o trabalhador do campo e pequeno produtor para as periferias das metrópoles brasileiras (DURHAM, 1984).

Além disso, a pressão sobre a terra causada em certas áreas rurais, com a introdução de melhoramentos sanitários e higiênicos, que ocasionaram a diminuição da mortalidade infantil e o aumento da população que não é absorvida por causa das limitações sociais e físicas do meio rural, também são fatores para a migração. (OLIVEN, 1982).

O crescimento da população urbana de Porto Alegre, através da migração neste período, pode ser comprovado pelos seguintes dados: da década de 1940 para a de 1950, a população de Porto Alegre cresceu de 272.232 habitantes para 394.151, sendo 70% deste crescimento devido à migração o restante devido ao crescimento natural. (DURHAM, 1984, p.29). Os índices de crescimento populacional de Porto Alegre se mantiveram altos até à

década de 1990, segundo o Censo do IBGE. Da década de 1950 à de 1960 atingiu-se a porcentagem de 61, 14% de crescimento (394.151 para 635.125), 39,43% de 1960 a 1970 (635.125 para 885.545), 27,09% entre 1970 e 1980 (885.545 para 1.125.477) e 12,25 % entre 1980 e 1990 (DEMHAB, 1999).

Os estudos realizados sobre subabitação em Porto Alegre, nos anos de 1950, 1964 e 1973, demonstram o crescimento das famílias, precedentes do interior do Rio Grande do Sul e de outros estados, vivendo em subabitações referidas como “malocas”. Em 1950, 37,57% das famílias que viviam em malocas, provinham do interior do estado e 4,76% de outros estados, em 1964, eram 56,65% procedentes do interior e 10% de outros estados e em 1973, as famílias precedentes do interior representavam 63,42% e as de outros estados 8,27% (DEMHAB, 1999).

A preocupação com esses habitantes das cidades brasileiras, por parte dos poderes públicos e intelectuais, desenvolveu-se após a segunda metade do século XX quando núcleos de populações (chamados de favelas), vivendo em condições precárias e ocupando ilegalmente o solo, começaram a crescer vertiginosamente (OLIVEN, 1982, p.39).

É na década de 1970, no Brasil, que a palavra “periferia” torna-se algo importante, destaca Tereza Caldeira (1984, p.7), adquirindo vários sentidos tanto em discursos políticos de partidos, de militantes, nos planos de governo e também na análise de cientistas sociais; difusão esta que acabou por tirar-lhe o conteúdo, passando a dizer muita coisa, ao mesmo tempo não servindo para explicar quase nada. Ela é utilizada atualmente para designar os limites, as franjas da cidade, mas sua referência não é apenas geográfica, além de indicar distância, aponta para aquilo que é precário, carente, desprivilegiado de serviços públicos e de infra-estrutura urbana.

Esses espaços não ficaram conhecidos e passaram a chamar a atenção pelas suas características urbanas deficientes, mas porque seus moradores passaram a reivindicar, à administração pública, infra-estrutura a que tinham direito: ônibus, água, luz, etc. Foi então em um processo político que uma fatia do espaço urbano, identificada pela carência de infra-estrutura urbana, passou a ser identificada como “periferia”. Da mesma forma, os protagonistas desse processo foram identificados, por sua posição geográfica na cidade, como “moradores da periferia”, evidenciando nesses discursos a identificação de um tipo de espaço urbano a uma forma de comportamento coletivo de seus ocupantes.

A primeira reação a esse “problema” foi encará-lo como restrito à precariedade das habitações, já que este era o aspecto mais visível da questão. Assim não percebiam que as favelas e as vilas irregulares não eram um problema, mas uma solução à necessidade de

abrigo, assim como a subabitação é apenas um indicador de uma situação mais complexa, caracterizada pelo desemprego, subemprego e desigualdade econômica e social que marcam as cidades brasileiras.

Tratando-se de irregularidade e regularização fundiária, Betânia Alfonsin (2000) faz uma revisão histórica das políticas públicas de habitação para a população de baixa renda em Porto Alegre, durante o século XX.

Ela destaca que as políticas de habitação adotadas pelo Estado no início do século até a década de 1930, se pautavam por uma postura agressiva de expulsão da população de baixa renda das áreas centrais da cidade para seus arrabaldes através de ações sanitaristas e modernizantes, elegendo os cortiços como os inimigos a serem combatidos. No transcorrer da década de 1930, o Governo Municipal passa a incentivar a produção privada de lotes e moradias nas adjacências da cidade, tendo em vista a enorme demanda por habitações e a incapacidade deste de dar conta do problema. Esta década é marcada pela ambigüidade. A política oficial incentiva a produção rentista e reprime a auto-construção⁵, que na prática é altamente tolerada e as vezes até mesmo incentivada. Da mesma forma a produção privada de lotes e moradias marca o crescimento dos loteamentos realizados sem a regulamentação do Estado e o desenvolvimento das vilas irregulares.

Na década de 1940 constitui-se uma transição entre a provisão privada e a provisão pública, marcada por fatos notáveis neste setor, entre eles a construção do Conjunto Residencial do Passo da Areia, pelo IAPI (Instituto de aposentadorias e pensões dos industriários), um exemplo de projeto com resultado satisfatório.

Analisando posteriormente um vasto período que inicia na década de 1950 e se estende até 1988, constata que a estratégia do Poder Público passa a ser a produção pública de moradias, com a criação de órgãos públicos especializados na questão, o que culminou, durante a ditadura militar instaurada no país em 1964, na criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). A eficácia desta política se mostrou limitada, pois além de haver um grande déficit entre a construção de moradias e a demanda acumulada, instituições como o BNH acabaram por beneficiar somente parcelas da população com renda capaz de cumprir com as obrigações definidas no financiamento das moradias, relegando as famílias de baixa renda.

⁵ Processo de construção da casa pelos próprios moradores, pelos moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, ou auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, eletricista) remunerado.

A autora destaca ainda que estas diferentes políticas foram mantidas e se sobrepuseram ao longo das décadas seguintes. A estratégia de remoção de moradores pobres das áreas do núcleo urbano, foi uma prática comum até o fim do Governo Militar, referindo-se como exemplo o Projeto Renascença, na década de 1970, quando se construiu a Restinga e para lá foram removidas as famílias pobres que ainda residiam na zona central de Porto Alegre. As políticas de provisão pública e privada de moradias também foram mantidas, tendo uma eficácia baixa na solução do déficit habitacional e do crescimento dos núcleos e vilas irregulares.

É a partir do fim da década de 1980, com a promulgação da constituição de 1988 e início da década de noventa, que os poderes públicos passam a tratar da regularização fundiária urbana, visando manter os moradores nas áreas em que ocupavam, regularizando a sua situação.

Numa visão ampla e atual, tendo em vista todas as questões ligadas à irregularidade, à regularização fundiária, há uma grande intervenção do Estado sobre a vida dos moradores de áreas irregulares, como demonstra Betânia Alfonsin (1997, p.24), para quem regularização fundiária consiste no:

[...] processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei para fins de habitação, implicando acessoriamente melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária.

A regularização fundiária é realizada através de instrumentos jurídicos, determinados por lei, de acordo com a situação dos moradores. Os principais instrumentos utilizados em Porto Alegre para a regularização fundiária são: o Direito Real de Uso, para regularizar áreas de propriedade pública e a Usucapião Urbana, utilizada para regularizar áreas de propriedade privada.

Apesar de um avanço em termos de políticas públicas, poucos moradores em situação de irregularidade fundiária foram beneficiados pela regularização, pois a maioria dos órgãos públicos, voltados para a habitação em Porto Alegre, tem como atividade principal a provisão de moradias e não a regularização fundiária. Além disso, o processo de regularização envolve não só os órgãos municipais de habitação, mas também o poder judiciário, além de cartórios e outras instituições, o que o torna lento e muitas vezes complexo, devido à falta de integração entre os mesmos.

A irregularidade de áreas urbanas em Porto Alegre foi tema de diversos estudos recentes no âmbito das Ciências Sociais. Pesquisas estas que abordam diversas questões entre as quais cito o tema das vilas em processo de remoção, destacando os estudos antropológicos de José Carlos dos Anjos (1993) e Maria Helena Sant'Ana (1997). A situação das vilas em processo de regularização ou recém regularizadas foi estudada, sobretudo pela Sociologia onde se destaca, nesse caso, o trabalho de Marcelo Kunrath Silva (2002) sobre a experiência dos moradores da Vila Jardim.

Dos Anjos (1993) e Sant'Ana (1997) ressaltam uma das características comuns dos moradores de vilas irregulares, o caráter de mobilidade ou a tendência a uma “disposição deslocável”, na medida em que morar em uma área irregular acarreta a impossibilidade de garantia de permanência na área ocupada. O perigo de perda da moradia e outros bens vinculados a ela, em caso de remoção e despejo, tenderiam a alimentar essa disposição.

Dos Anjos (1993) destaca ainda que esta “disposição deslocável” não é comum para todos os moradores, havendo alguns com maior “aspiração sedentária”, vinculada à consolidação de uma situação socioeconômica estável. Essa estabilidade também está vinculada aos recursos que a vila pode oferecer: infra-estrutura de transportes, de ensino, saneamento, etc. O tempo de moradia, os fatos vivenciados, as relações estabelecidas, enraizadas na memória dos moradores, serviriam também como motivo para o desejo de permanência.

A ação reguladora do Estado paira sobre esses moradores, vistos como desorganizados, despolitizados e que necessitariam de tutelamento para que possam discutir questões políticas, como destaca Sant'Ana (1997, p.92):

[...]a experiência social da vila é vista como permeada por relações de exploração absurdamente degradantes, despolitizadas e desorganizadas. Não identificando um universo social concernindo sujeitos capazes de comunicar-se e atuar em termos de uma ordem política democrática, o tutelamento é visto como estratégia inevitável para o gerenciamento e reformulação das condições de vida e construção virtual da cidadania.

O Estado e sua ação reguladora, assim como a sua capacidade de definir a situação dessas pessoas, acabam por influenciar diretamente o cotidiano das mesmas gerando constante tensão e medo.

Porém, essa força reguladora do Estado não é simplesmente aceita, mas questionada por meios nem sempre da política formal, apelando-se assim para meios alternativos de fazer

política e de exercer crítica, que não se sujeitam às linguagens transparentes habituais e definidas no campo das instituições estabelecidas pelo Estado.

Marcelo Kunrath Silva (2002), escrevendo sobre a ação coletiva de habitantes da periferia e de classe popular, mostra que a identidade coletiva dos movimentos sociais urbanos é construída tendo por base a experiência de classes populares, da qual se destacam os seguintes aspectos: a centralidade do local de moradia, enquanto fundamento das representações sobre a realidade e dos projetos de ação sobre ela; a experiência de uma trajetória de privações; a experiência de exclusão da condição de cidadão expressa no não-acesso a uma série de direitos básicos; a convivência com a heterogeneidade e desigualdade nos locais de moradia, que está na base das relações de poder que se instituem nesses espaços, produzindo hierarquizações entre indivíduos, a partir de critérios socialmente construídos (estigmas, valores e preconceitos), da desigualdade de recursos e poder disponíveis (contato com ‘autoridade’, escolaridade, entre outros); a luta coletiva pela melhoria de condições de vida. (SILVA, 2002, p.31)

2.1. Escrita Etnográfica

Atualmente a antropologia surge como uma ciência interpretativa da relação e do encontro com o “outro”. Partindo de uma relação de alteridade, fundamentada na observação participante, o antropólogo busca compreender modos de vida diferentes e singulares. Através de sua etnografia busca levar o leitor a compreendê-los. Etnografar é nesse sentido narrar. James Clifford (2002) chama a atenção para o caráter narrativo das descrições culturais, tendo em vista suas retóricas, metáforas, assim como os posicionamentos políticos e ideológicos presentes nas entrelinhas dos textos escritos pelos autores. Para este autor toda a experiência etnográfica se dá em uma circunstância histórica e política que a permeia.

Minha etnografia e minha experiência dialógica se constroem em um contexto de reivindicação política, tendo como objeto de estudo cidadãos reivindicando direitos, estando eu desta forma também implicado em suas questões. Se minha experiência de campo e meu contato com os informantes se deram através da participação nas demandas políticas dos moradores, que buscavam a regularização fundiária de suas moradias, também busquei manter certa distância para que pudesse manter contato com outras famílias que não estavam

envolvidos nesta reivindicação. Tal atitude gerou alguns constrangimentos, pois alguns dos moradores com os quais entrei em contato, através da Defensoria Pública, desaprovavam meu diálogo com outros não envolvidos na questão da regularização, por entenderem que estes não representariam a realidade da vila.

Foi desta forma que conheci as tensões e conflitos envolvidos na construção de laços de pertencimento à Vila Batista Flores, as disputas entre os antigos e novos moradores, os conflitos geracionais e redes de vizinhança. Minha construção etnográfica se dá nesse contexto político e tem sua origem em um contexto político.

Isto é, a construção do presente texto está inserida no contexto político que estes moradores vivem atualmente, mas a questão do tempo também é essencial. O processo de rememoração, a importância da memória e do saber dos antigos moradores, faz parte deste estudo. Essas questões também se abrem para o conflito, visto que há uma série de tensões sobre quem tem autoridade para falar do passado do lugar e em torno da construção de identidades, através de uma relação de “estabelecidos e *outsiders*” (ELIAS & SCOTSON, 2000), baseada no tempo de moradia no local e na mobilização política.

Se há uma temporalidade política que afirma uma autoridade para certos moradores, é inegável também que estão em jogo as dimensões afetivas e os elos que ligam essas pessoas ao lugar que habitam. Nas conversas com os moradores apareceram falas referentes às suas impressões sobre o espaço da vila, suas relações, as tensões sobre quem seriam os “bons moradores” e aqueles que tornavam a vila “feia e perigosa”, não só para estes, mas na sua visão, para os que vinham de fora dela também.

Participando do cotidiano do lugar, assistindo as conversas dos vizinhos, ouvindo as fofocas, dialogando e entrevistando alguns dos moradores em suas casas, busquei observar, anotar, fotografar, descrever e interpretar. A etnografia, esse trabalho interminável de ir e vir, como escreve Yves Winkin (1998), de saber ver, saber estar com os outros, consigo mesmo e de saber escrever e que gera essa conflitualidade de estranhar ao outro, a si mesmo e a seu mundo, foi o cerne desta relação.

Os recursos metodológicos utilizados na pesquisa partem da observação participante (MALINOWSKI, 1976) nos locais que esses moradores habitam. Busquei desvendar e entender formas de habitar a cidade e as práticas sociais ali estabelecidas. A visita sistemática à Vila Batista Flores possibilitou-me conhecer os atos dos moradores, seu cotidiano e formas de apropriação do espaço urbano em que vivem. Então, através da interação da observação participante, do partilhar experiências, com os moradores da Vila Batista Flores, busquei conhecer esta realidade social.

Uma realidade social demarcada espacialmente, pois se trata de uma parte da cidade de Porto Alegre, que foi escolhida com base na questão política da regularização fundiária, mesmo não se resumindo somente a esta questão, busquei, na área delimitada pela situação de irregularidade fundiária, as redes de vizinhança estabelecidas entre os moradores.

A sistematização da observação participante no local de pesquisa e o constante registro no diário de campo possibilitaram uma “interpretação”, nos termos de Clifford Geertz (1989), que culminou com uma “descrição densa” deste fenômeno social no meio urbano.

Juntamente ao processo de observação participante, a constituição de relações com os habitantes da Vila Batista Flores possibilitou a realização de entrevistas não-diretivas (THIOLENT, 1980), nas quais busquei reconstituir as trajetórias sociais e narrativas desses habitantes, a partir de suas memórias, ações e vivências cotidianas no espaço urbano em que habitam. Procurei analisar, assim, os trajetos migratórios realizados por esses moradores até se estabelecerem neste local, assim como os trajetos dentro da cidade, seu cotidiano, experiências, deslocamentos e apropriações dos espaços vividos, sejam na Vila Batista Flores ou fora dela.

Tenho como ponto de pesquisa a reflexão sistemática, por parte dos habitantes, que permite ordenar os sentidos de um cotidiano lembrado e projetado, no processo de construção das interações sociais dos habitantes em suas rotinas. Tanto quanto dos entrevistados, na reciprocidade cognitiva com o pesquisador, almejando a realização de uma “etnografia da duração”, que “vislumbra o tratamento da memória como conhecimento de si e do mundo, a partir do trabalho de recordar narrados pelos sujeitos”(ECKERT & ROCHA, 2005). Privilegiando memórias e narrativas, abordo a forma pela qual os habitantes da cidade acomodam as diferentes camadas temporais, que se sobrepõem no cenário urbano em constante transformação.

Procurei, ainda, reconstituir as redes sociais (BOTH, 1976) estabelecidas entre os habitantes através de relações de reciprocidade e sociabilidade na vizinhança e na unidade doméstica e familiar. Usando o conceito de redes, destacado por Ulf Hannerz (1980, p.219), como instrumento para analisar um meio social em que as relações, sejam de parentesco, de companheirismo, de conhecimento, se modificam constantemente por se tratarem de relações em sociedades urbanas e complexas, argumento que servem como quadros de referência para muitos destes moradores.

Robert Park (1967) e Louis Wirth (1967), autores da Escola de Chicago, pioneiros dos estudos urbanos na antropologia, destacam a crescente superficialidade das relações no meio urbano, mas também demonstram que em certos locais, tende a se intensificar a solidariedade

dos grupos. Park (1967, p.34) vê a vizinhança como a forma mais elementar de associação na organização da vida cidadina, reconhecendo a existência de laços mais estreitos em meio a pluralidade de estilos de vida no meio urbano. Para esse autor:

Através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Cada parte da cidade tomada em separado inevitavelmente se cobre com os sentimentos peculiares a sua população. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua. Dentro dessa vizinhança a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. (PARK, 1967, p. 34)

Características e aspectos culturais, tidos como tradicionais, vinculados às relações pessoalizadas, familiares, religiosas, entre outras, não desaparecem com a vivência em grandes metrópoles. Entretanto, o estilo de vida dos habitantes das cidades sofre transformações, evidenciando a complexidade dos papéis sociais e da vida urbana moderna, apresentando-se na negociação com diferentes “universos simbólicos” (VELHO, 1999) que compõem a vida nas metrópoles urbanas.

A Vila Batista Flores congrega tais características, se configurando como uma vizinhança demarcada por uma forma específica de vida urbana, organizada de maneira espontânea (PARK, 1967, p.35), visando expressar o sentimento local em face de assuntos de interesse local. Nela se constrói uma sociabilidade onde a maioria dos moradores se conhece, se vê e interage constantemente.

Existem relações sociais estreitas e porque não falar de uma rede social de malha estreita (BOTH, 1976) marcada pela proximidade entre vizinhos, mas existem também relações de evitação e distanciamento por parte de alguns moradores através de relações no estilo “estabelecidos e *outsiders*”, descritas por Norbert Elias e John Scotson, para quem: “Os conceitos usados pelos grupos estabelecidos como meio de estigmatização podem variar, conforme as características sociais e as tradições de cada grupo” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.26).

É nesse sentido que busquei entender os conceitos ou valores utilizados na diferenciação entre um grupo de antigos moradores, que reivindicam a regularização fundiária de suas moradias, dos outros moradores, especialmente os mais recentes, estando, estes valores, vinculados a um contexto local da vila e a um contexto global da cidade e de sua sociedade.

Mas a dinâmica do local não se desenrola somente entre os moradores locais, também estão entre eles os visitantes regulares e aqueles que apenas passam ou fazem algum serviço ali. Pensando neste grupo delimitado não significa estar fechado às conexões que se estabelecem com o meio urbano maior. Até porque estes moradores se projetam num âmbito maior que sua comunidade, afirmando sua permanente e cada vez maior ligação com a cidade de Porto Alegre.

Autores como Tereza Caldeira (1984), Alba Zaluar (1985), na década de 1970 e 1980, Cláudia Fonseca (2000) na de 1990, entre outros, buscam demonstrar as contradições existentes nesses espaços. Isso porque sua população, longe de ser vista como homogênea, seja economicamente, em termos de origem prática, valores e projetos, ainda que estes últimos estejam limitados pela situação social e econômica, não está isolada de um contexto mais global que é a cidade, “local de encontros culturais, que enfatiza conexões entre diferentes esferas: local, nacional, continental, global” (FONSECA, 2000).

Ressalto que na construção de minha etnografia estou dialogando também com outros pesquisadores (do projeto Regularização Fundiária), membros de organismos governamentais, ativistas políticos, entre outros. Há, dessa forma, um cruzamento de discursividades envolvidos neste campo, não só referente às diferentes relações entre os moradores, mas também entre os produtores de conhecimento sobre este local.

Existem também diferentes temporalidades que se entrecruzam nesta etnografia, assim, como destaca Clifford (2002, p.81), todo o presente etnográfico é sempre um passado reconstruído pelo autor em sua obra. Acompanhei o cotidiano desses moradores por mais de dois anos: o processo de regularização de muitos deles, a reforma e a construção de várias casas, as constantes trocas das pequenas lojas da Avenida Martim Félix Berta, as mudanças de moradores, assim como o falecimento de alguns deles, seja pela idade avançada, ou pelos acasos do destino.

Ao longo desse tempo eu, como pesquisador, também passei por vários momentos, finalizei meu período de bolsa de iniciação científica no projeto “Regularização Fundiária: uma questão de cidadania”, passei a participar como pesquisador associado do Núcleo de Antropologia Visual, e cursei o Mestrado em Antropologia Social em meio a pesquisa.

Para Paul Ricoeur (1994) o tempo se torna humano quando narrado e é através da narrativa que se organiza a experiência dos sujeitos. Da mesma forma esta etnografia é um esforço de construção de uma narrativa coerente, a partir dessas experiências e eventos vivenciados durante a pesquisa. Não busco a possibilidade de se compreender uma verdade absoluta, visto que isto é impossível, ficando claro que nesta etnografia existem apenas

verdades parciais (CLIFFORD, 1991, p.34), as quais construí na relação dialógica com os sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

2.2. Sobre Ética nas Relações Dialógicas

Clifford Geertz (2001) destaca duas dimensões envolvidas no trabalho de campo que uso aqui para discutir as questões éticas desta pesquisa, junto aos moradores da Vila Batista Flores. Esta pesquisa envolve uma atuação em meio a pessoas necessitadas, que esperam melhorias em suas condições de vida, e produz uma idéia de que o pesquisador é um benfeitor que pode trazer essas melhorias; ao mesmo tempo, este é obrigado a pedir algo dos pesquisados para construir seu trabalho acadêmico, configurando assim uma experiência desorientadora.

Uma das questões éticas centrais diz respeito à capacidade de revelar problemas e à capacidade de resolvê-los. Por se tratar de uma pesquisa que iniciou vinculada a um projeto interdisciplinar de extensão, e porque não dizer de intervenção, os resultados práticos sempre são esperados nessa ação. A pesquisa antropológica na visão ingênua de alguns pesquisadores do projeto Regularização Fundiária, não teria valor, devido à falta de uma utilidade prática imediata. Muitas vezes, outros pesquisadores questionaram-me sobre a utilidade de tal trabalho, visto que suas ações consistiam na realização de tarefas mais práticas, neste caso plantas cartográficas dos terrenos que seriam utilizadas nos processos de regularização.

Esta questão também serviu de motivo para minha reflexão, visto que busquei superar apenas a demonstração de algo que é claro, ou seja, mostrar como essa população pobre passa por dificuldades. Apenas demonstrar as dificuldades enfrentadas por essa população parece-me arrombar portas abertas, como escreve Otávio Velho (1995). Contudo, propor soluções para essas dificuldades ou problemas se torna uma tarefa ainda mais árdua e complicada.

Participando de um projeto que age (intervêm) diretamente na vida dessas pessoas, percebi muitas vezes no seio do grupo uma visão “salvacionista”, onde benfeitores estariam trazendo a essa população pobre a solução de seus problemas.

Apesar da falta de resultados práticos imediatos, a pesquisa antropológica desenvolvida serviu para desmistificar essa visão “salvacionista”, ao reconstruir, através do relato dos moradores, suas ações para melhorar a infra-estrutura do local, por conseguinte para transformar suas condições de vida e, quando descobri, através deste diálogo, que o recente processo de regularização era apenas a conclusão de um longo processo de luta.

O projeto “Regularização Fundiária: uma questão de cidadania” é vinculado, ainda, a um órgão público governamental que visa à regularização fundiária em seu aspecto estritamente jurídico, ignorando outros fatores envolvidos como: a urbanização das vilas irregulares, as transformações que a regularização fundiária gera na vida desses moradores, através de seus novos direitos e deveres adquiridos, e as questões ambientais envolvidas. Soluções limitadas trazem à tona uma crescente limitação da expectativa do pesquisador que, ao mesmo tempo em que é um cientista-analista, e não um interventor direto, também vê seu trabalho como forma de modificar, tentar melhorar o mundo e dele participar.

Pesquisar uma área de moradores vistos como juridicamente irregulares pelos órgãos públicos, vinculados a um programa de um desses órgãos, parece um desafio maior ainda, já que, mesmo que este programa busque modificar essa situação, ele não atinge toda parcela desta população.

Além de procurar, desmistificar todos os preconceitos relacionados a esses ambientes e seus moradores, temia estar invadindo esses espaços, tirando proveito dessa população, sem, no entanto, dar nada em troca. Sem dúvida como destaca Tereza Caldeira (1981) toda situação interação em uma pesquisa é uma relação de poder em classes menos favorecidas que possuem poucas oportunidades de se fazer ouvir, mas ainda e é preciso aos poucos aprender a trabalhar, analisar essa relação, esse diálogo. Essa diferença de poder, do pesquisador que pergunta e do pesquisado que responde não é necessariamente uma relação de dominação, ainda que tenha sido difícil para mim desconstruir essa idéia.

Entrar em campo em parceria ou mesmo após ter participado de um programa de um órgão público pareceu aumentar essa relação de desigualdade de poder. A expectativa dessas pessoas de que o pesquisador poderia resolver seus problemas, torna essa relação ainda mais dramática.

Muitos moradores estiveram abertos e afoitos para contar tudo sobre sua vida e inúmeros fatos que às vezes não eram perguntados. Algumas vezes questionei se contavam uma história real ou se fantasiavam alguma história só para responder, mas ao longo da interação essa dúvida parecia, muitas vezes, desmoronar.

Por mais de uma vez fiz entrevistas onde marido e esposa discutiam sobre os fatos e sua veracidade, cada um contando e disputando os detalhes. Ouvi lamentos, histórias tristes, desabafos, confissões, que me fizeram ficar sem fala, sem saber o que fazer, apenas pensar e quando possível, interpretar qual o sentido daquilo dentro do processo de interação e pesquisa.

Esse parece ser o centro da discussão, a interação, a relação entre pesquisador e pesquisado; entender essa relação parece ser pressuposto para compreender como essas

peessoas vivem, sentem e representam a sua realidade. Pois esta é para mim a carne e o sangue, aos quais Malinowski (1976) se referia, da cultura do grupo estudado.

Entrevistar, conversar, trocar idéias com essas pessoas, como coloca Caldeira (1981), pode ser uma forma de distinção, de reconhecimento da sua identidade, e isso aconteceu na Batista Flores, visto que muitas vezes fui convidado por alguns moradores para entrevistá-los; outros que tinham ouvido falar das entrevistas, através do vizinho, e gostariam que eu os entrevistasse também. Por outro lado, foi preciso ter jogo de cintura para driblar as relações conflitivas e rivalidades dentro da vizinhança, o que se tornou visível quando alguns moradores desaconselharam-me a falar com outros.

Sem dúvida, as questões e relatos polêmicos foram alguns dos principais problemas. Como analisar fatos como tragédias, mortes, crimes, tristezas e desabafos dos moradores de uma forma objetiva? Tencionei trabalhar esses dados como destaca Tereza Caldeira (1981), não os utilizando em sua forma bruta, mas de uma forma ética, concentrando-me nos fatos que ajudassem na interpretação e construção da narrativa etnográfica.

Nesse sentido compartilho com Geertz (2001, p. 45) a idéia de que o trabalho de campo não permite a separação significativa da esfera ocupacional e extra-ocupacional da vida, pelo contrário ele obriga a fusão das duas, devemos ver dessa forma a sociedade como objeto e experimentá-la como sujeitos. Esse processo impõe também um esforço de combinar duas atitudes fundamentais em relação à realidade, a engajada e a analítica, numa atitude única.

2.3. Etnografia e Imagem

Esta pesquisa sempre foi permeada pela produção de imagens deste grupo. Produzi, junto ao ex-bolsista do Núcleo de Antropologia Visual e participante do projeto supracitado, André Vicari, inúmeras fotos analógicas e digitais, de situações de entrevistas, eventos e espaços da vila: ruas, jardins, hortas, etc. Estas imagens foram devolvidas em um processo de negociação em campo, quebrando-se o fluxo onde somente o pesquisador é que recebe algo do “nativo”, numa troca que Clarisse Peixoto (apud TRAVASSOS, 2005 p.105), fazendo alusão à Mauss, classificou como obrigações “dom” e “contra dom” estabelecidas nas relações entre pesquisador e nativo. A produção de imagens também deve ser vista como uma contribuição para a construção da memória do grupo e deste lugar na cidade, visto que

existem poucas imagens e dados sobre o local e esses moradores não têm a prática ou, muitas vezes, condições financeiras para produzir fotografias.

Diferentemente de muitos pesquisadores, que utilizam recursos audiovisuais desde o início de suas pesquisas, minha inserção em campo não se deu com o uso do instrumento fotográfico, somente quando passei a participar do Núcleo de Antropologia Visual, após apresentar o trabalho de conclusão, em 2004, que iniciei a utilização da imagem fotográfica na pesquisa.

A fotografia não serviu como instrumento de negociação como, por exemplo, descreve Sonia Travassos (1996), através do qual se consegue construir uma relação com os informantes. No meu caso, a produção de imagens começou após o estabelecimento de contato com estes moradores. Assim as imagens foram produzidas, sobretudo, junto àqueles com os quais tinha uma relação maior.

Consegui, então, antigas fotos produzidas por estes moradores, tendo em vista reconstruir, através da memória deles, um pedaço do passado da vila em que as condições de infra-estrutura urbana e do ambiente eram diferenciadas; ainda que em número muito reduzido, visto que poucos moradores tinham o hábito e condições financeiras para fotografar.

Não foram poucas as vezes em que moradores pediram para tirar fotos de tais e tais lugares da vila, tais e tais ruas. Em uma manhã de março de 2005, eu e André estávamos fotografando a Rua Figueira, enquanto dois homens conversavam supostamente sobre a venda de um armário. Após conversarem e tomarem direções diferentes um dos homens, alto e magro, aparentando uns quarenta anos, veio em nossa direção e perguntou o que estávamos fazendo; respondemos que estávamos fotografando a paisagem da vila, ele passou a nos aconselhar sobre as posições em que as fotos ficariam melhores, apontando para a parte alta da Figueira, dizendo ser mais bonita que a parte baixa. Perguntamos a ele se gostaria de conversar com a gente, explicamos nosso trabalho, mas ele retrucou dizendo que era muito feio para ser fotografado e por ser novo ali, não conhecia muito sobre a história da vila, assim rapidamente ele tomou seu rumo.

Não foram poucas as vezes, também, em que alguns moradores resistiram e pediram para que não fossem feitas imagens deles, principalmente os mais jovens que freqüentavam as ruas. Estas situações demonstram os aspectos éticos, relacionados aos direitos de imagem no trabalho de campo.

Outro evento interessante se deu na entrevista com Maria e Sionézio, sobre sua chegada na vila, quando no meio da conversa, ao ver que eu portava uma máquina fotográfica, Sionézio contou que era fotógrafo amador e que tirava algumas fotos para o

“pessoal da vila”. Aproveitando a oportunidade pedi para ele mostrar algumas fotos antigas, mas devido ao horário (já passava do meio-dia) Sionézio disse que teria que almoçar e sair. Sem poder ver as fotos, me despedi e marquei juntamente com André, um outro encontro para buscarmos as fotos. Após inúmeros adiamentos, pois Sionézio e Marina diziam não ter tempo para procurá-las, resolvemos mostrar as fotos que produzimos e fomos retribuídos com algumas fotos antigas da Rua Figueira. A partir deste ocorrido buscamos conseguir outras fotos antigas com alguns dos moradores que tinha contato, mas somente seu Antônio se dispôs a ceder uma foto.

A produção das fotografias sem dúvida chamava muito mais a atenção dos moradores do que as explicações de nossos trabalhos, fato verificado também quando da apresentação dos resultados para a comunidade do projeto “Regularização Fundiária: uma questão de cidadania”, no início do ano de 2004, em um galpão na Rua Figueira, onde eram realizadas festas e eventos.

Depois da apresentação das pesquisas e resultados por cada um dos três grupos (Antropologia, Geografia e Engenharia Cartográfica), formou-se um amontoado de moradores para observar os cartazes cheios de imagens: mapas, fotos, desenhos, dos diversos grupos; todos buscavam identificar sua rua, sua casa nas imagens, se divertindo ou discordando da sua beleza. Essa apresentação também serviu como forma de devolução das imagens produzidas durante o projeto ao grupo.

Alguns moradores também requisitaram que fossem produzidas algumas imagens, como foi o caso de Dinarte, que solicitou algumas fotos junto ao seu cachorro de estimação, as quais foram devolvidas; e de seu Antônio, sobre sua produção de alho, a qual segundo ele era feita de forma natural sem veneno e com adubo produzido por ele mesmo, com os restos de outras plantas da horta.

Assim pudemos captar um pouco do olhar dos moradores sobre o local que habitavam e sobre as relações afetivas que mantinham, seja com suas hortas, casas, amigos, animais de estimação, etc.

O registro visual foi, dessa forma, importante recurso metodológico para construir uma “narrativa” não só sobre os espaços vividos, mas também das “práticas cotidianas” (DE CERTEAU, 1994) e estilos de vida dos moradores da Vila Batista Flores. Nesse sentido, a imagem pode e deve ser utilizada como uma narrativa visual que informa o relato etnográfico com a mesma autoridade do texto escrito. “Mais do que representar fatos visíveis, tais imagens acrescentam outros meios de representação à descrição etnográfica” (BITTENCOURT, 1998, p.199).

David Mac Dougall (2005, p. 23) escreve que os precursores da antropologia visual, como Margaret Mead, promoviam o uso de instrumentos audiovisuais e dessa forma a “virada” pictórica da antropologia, na década de trinta, no século XX, porém ainda estavam alheios à virada lingüística que tomava a disciplina.

A antropologia visual, em seus primórdios, ainda compactuava com as ambições de gerações anteriores, e não levava em conta os esforços de autores como Clifford Geertz, Victor Turner, entre outros, no desenvolvimento de uma antropologia hermenêutica e processual. Assim os usos que se faziam da imagem eram meramente descritivos, acreditando-se que os aparatos audiovisuais registrariam a realidade de forma imparcial e objetiva, numa crença de neutralidade metodológica do pesquisador frente à realidade estudada.

A desconstrução da imagem fotográfica, como uma captura imparcial da realidade, é o que autores como Boris Kossoy (1999) e Mac Dougall (2005) buscam realizar em seus textos, destacando que as imagens fotográficas possuem ambigüidades e significados implícitos, omissões calculadas. As imagens são para estes autores modos de veicular idéias, que também devem ser trabalhados pelos seus autores (quem produz a foto), pois, como escreve Milton Guran (1998), é necessário efetuar uma fotografia eficiente para conseguir comunicar uma mensagem inteligível para o espectador.

Arlindo Machado, em sua obra *A Ilusão Especular* (1984), argumenta que na nossa sociedade credita-se objetividade à fotografia, sendo tomada como um espelho do mundo, escondendo-se o trabalho de criação e de interpretação da realidade, por aquele que produz a imagem, sob o respaldo objetivante da máquina fotográfica.

Também eram e muitas vezes ainda são freqüentes as críticas sobre a suposta falta de objetividade no uso de tecnologias audiovisuais frente à escrita, destacando-se que essas “seriam inadequadas aos critérios de rigor e coerência que apregoam os protocolos metodológicos da matriz antropológica.” (ROCHA, 1999, p.61). Essa tendência, segundo Ana Luiza Carvalho da Rocha (1999), advém da herança iluminista da qual provêm as ciências e entre elas a Antropologia. Para ela, mesmo a antropologia interpretativa tem se furtado a resolver a controvérsia filosófica que diz respeito à “imaginação produtora de sentido”, nas diferentes tecnologias do pensamento.

A função da fotografia não se resume a produzir um registro exaustivo ou redundante, face às informações escritas, mas sim reside na capacidade de efetuar uma seleção de aspectos relevantes e momentos significativos da realidade social estudada, que colocam “em evidência informações que não poderiam ser obtidas por outros meios” (GURAN, 1998, p.

89). Como destaca Etienne Samain (1994, p.36) “a imagem alimenta, provoca e engaja, de uma outra maneira do que sob o registro da escrita nosso pensamento e imaginário, sendo esta também uma mensagem crítica e estética de um real humano”. “O que falta é reconhecer que não diremos através de imagens o que procuramos mostrar e ilustrar através de palavras” (Ibidem, p. 42).

A imagem é vista aqui, conjuntamente com Ana Luiza Rocha e a argumentação dos autores referidos, como produtora de conhecimento sobre o mundo social que nos cerca, uma forma de conhecimento que não abandona o sonho e o devaneio como forma de conhecimento, “mas toma-os como base do processo cognitivo do sujeito humano” (ROCHA, 1999, p. 64). A imagem não apenas registra a realidade, mas também a cria de forma narrativa assim como se dá na construção da escrita etnográfica.

CAPÍTULO 3

ENTRE RUAS, CASAS E PÁTIOS: SOCIABILIDADE E REDES DE VIZINHANÇA

Para a análise das práticas cotidianas, da ocupação dos espaços urbanos, sob a ótica da dimensão afetiva que liga os sujeitos ao mundo, deve-se estar atento às experiências vividas que formam os indivíduos, grupos e redes e, por conseguinte, a cidade. Para isso foi fundamental a observação participante na forma de interação no cotidiano da vila, ou seja, o estar nas ruas, conhecer o dia-a-dia dos moradores, itinerários, relações entre vizinhos, assim como as atividades nas suas casas e pátios.

Nas ruas e nos pátios das casas se dão alguns dos mais importantes momentos da vida social na Batista Flores, são neles que acontece o convívio lúdico, a brincadeira das crianças, as discussões, as conversas, são lugares de encontro entre os moradores.

No espaço público é que se constroem as relações mais imediatas entre os moradores, a sociabilidade, as relações de vizinhança – se negocia a vivência coletiva. Nos pátios e espaços privados convivem aqueles que possuem uma relação mais próxima, sejam parentes ou amigos. Nesses locais, as pessoas conversam sobre o que aconteceu e acontece com eles ou com os demais; bem como também servem de território para a brincadeira das crianças, jogar basquete, futebol, andar de skate ou de carrinho de rolimã.

A permanência na rua, acontece em lugares e por grupos específicos, ela é comum na Raul Cauduro, enquanto a circulação de pessoas é característica das ruas A1 e Figueira; não que não haja circulação na primeira, mas é nela que se localizam alguns estabelecimentos comerciais como bares e mercados, levando à formação de pequenos grupos de moradores que conversam entre si.

“Estar na rua” é uma atividade majoritariamente masculina, as mulheres também são vistas conversando nas ruas, mas é muito comum vê-las apenas se deslocando para outros lugares. É comum ver grupos de homens, seja nos dias normais ou fins-de-semana, conversando, se divertindo, ou discutindo sobre algum assunto ou acontecimento.

A Avenida Martins Félix Berta congrega, na mesma medida, a permanência e a circulação de muitas pessoas, seja para acessar os serviços e o comércio ou para se deslocar para outras regiões da cidade, visto que o transporte coletivo é centralizado ali. Em suas esquinas, se formam pequenas “territorializações” onde se dão, como escreve Park (1974), as

“relações primárias” entre moradores e trabalhadores da região, constroem-se verdadeiras “regiões morais” (Park, 1967), através dos usos específicos de ocupação destes espaços.

A avenida é um território de congregação dos moradores das diferentes ruas da vila, pela concentração de serviços, comércio e transportes ela pode ser considerada o “centro”. Ali encontrei muitos moradores conversando com seus vizinhos, como o seu Antônio que, parado em frente a sua casa, conversava com outros moradores da parte mais alta da rua Figueira, numa manhã de sábado. Ao me aproximar do grupo, Antônio, que me conhecia desde a aplicação do questionário, e pelas vezes que recorri a ele para saber onde cada um dos moradores que estavam regularizando seus terrenos moravam, me chamou. Apresentou-me seu filho, contou que este era conselheiro tutelar da região, um líder de verdade. Segundo ele, desde guri seu filho tinha uma trajetória de líder estudantil e de presidente da juventude católica, estudando e se dedicando desde sempre ao trabalho comunitário; diferentemente dele que “se meteu” no trabalho comunitário quando veio morar em Porto Alegre, no Bairro Passo das Pedras, onde foi líder da associação comunitária antes de se mudar para a Batista Flores.

Neste dia Antônio se queixava para seus vizinhos da falta de vontade dos moradores em participar das reuniões da associação e do Orçamento Participativo⁶, fazendo referência a alguns moradores da parte baixa da Figueira e da rua A1. Em meio à conversa Antônio relatou:

O pessoal aqui é brabo! Sabe como é, os “vileiros” sabe... são preguiçosos, os cara ali de baixo (parte baixa da rua Figueira) nunca fazem nada, não aparecem, não participam. A gente sempre estava fazendo uma coisa ali outra aqui, agora ninguém faz nada!

Enquanto alguns vizinhos concordavam, outros riam, também havia aqueles que discordavam de sua afirmação, ele indagou-me:

- *Tu já falou com alguém lá?*

Eu respondi:

- *Ainda não, mas estou pensando em conversar com todo mundo aqui da rua.*

Ele retrucou num tom sério:

- *Não vale a pena. Eles não representam a vila, são uns “invasores de rua”.*

⁶ Instrumento que permite a participação popular na discussão e elaboração dos investimentos realizados pelo Governo Municipal.

Antônio contou ainda que as pessoas, hoje moradores na parte baixa da Figueira, invadiram um espaço que era, anteriormente, ocupado por famílias que foram removidas para apartamentos na Avenida Manoel Elias, por morarem nas margens do riacho, área considerada de risco. Segundo ele a remoção havia gerado um grande conflito entre os moradores da parte alta e baixa da Figueira, e que chegou a ser ameaçado de morte por alguns desses moradores depois de negociar a remoção com a Prefeitura Municipal.

Nessas primeiras conversas, interpretei que existiam relações conflitivas dentro desta vizinhança. Quando conversei com alguns moradores da parte baixa da Figueira, me disseram que os seus vizinhos da parte alta “queriam se ver livre deles”. Para Marisete, uma das moradoras, são “uns metidos que queriam ver os pobres longe deles”, argumentou: “desde que cheguei aqui eles me olham estranho, ficam fofocando”, evidenciando dessa forma as tensões.

Marisete vive com sua filha em uma pequena casa de madeira composta por um quarto-sala no final da rua Figueira, próximo ao riacho. Trabalhando como empregada doméstica ela disse que veio morar na vila há cinco anos, depois de uma desavença com seus pais, acolhida por um tio que lhe conseguiu a casa onde mora hoje. Seu tio se mudou para um bairro vizinho e lhe deixou com a casa. Ela veio de Tenente Portela –RS para capital em busca de emprego juntamente com a filha que na época tinha menos de um ano de idade.

Mãe solteira, ela contou que tinha dificuldades para manter o trabalho e cuidar da filha ao mesmo tempo, tendo que muitas vezes levá-la para o serviço. Algumas vezes conseguia deixá-la com sua vizinha ou com a tia, mas disse que a falta de tempo lhe causava muitos transtornos. Apesar dos transtornos passados disse que vive bem, e que hoje consegue se sustentar, mantendo sua filha na escola enquanto trabalha. No entanto ela se ressentida da falta de amigos na vizinhança, reclamando pelo fato do pessoal ser muito fechado e fofoqueiro.

Marisete falou também sobre a sua preocupação nos dias chuva, quando a água que escorre da parte alta da rua para o riacho acaba entrando nas casas como a dela que ficam nas suas margens. A alternativa encontrada por estes moradores foi levantar um pequeno monte de terra em frente as suas casas que serve como barreira para a água. O acúmulo de lixo no riacho também é motivo de inquietação destes moradores, além do mau cheiro estes reclamam da proliferação de ratos e baratas, recriminando os vizinhos que mantêm a prática de depositar seus resíduos no local.

Morador que encontrei pela primeira vez na rua foi seu Zezinho. Após procurá-lo em sua casa sem sucesso, enquanto subia a Rua Raul Cauduro, em direção à avenida, encontrei um homem de baixa estatura, aparentando mais de cinquenta anos de idade, carregando canos

e tubulações usadas na construção de casas. Logo percebi que era Zezinho, pois seus vizinhos haviam me relatado que ele era anão, num vai-vem da sua casa para a loja de materiais de construção da avenida, carregando canos, sacos de cimento e materiais de construção para a reforma de sua casa. Apresentei-me para Zezinho e este respondeu:

- Tu que é o guri da UFRGS? O pessoal da Defensoria me falou que tem uma gurizada trabalhando aí na vila agora, fazendo a medição dos terrenos.

Respondi que fazia parte do grupo, mas que eu e o André estávamos interessados na trajetória familiar e no cotidiano dos moradores e não participávamos do grupo que fazia a medição dos terrenos.

Zezinho, ainda demonstrando boa vontade, falou que no momento estava construindo mais um quarto e reformando o pátio de sua casa. Dizendo que se sua esposa não tivesse doente, teria muito prazer em me receber em sua casa, pois tinha muito que contar, mas agora estava na “correria” e que só poderia nos dar atenção nos próximos dias. Zezinho falou-me que era o morador mais antigo que permaneceu na vila. Relatou que outros moradores compraram seus terrenos antes dele, mas que haviam saído da vila, entre eles um brigadiano chamado Jairo, proprietário de um sítio na rua A1, que era um grande amigo seu, outros ainda haviam perdido suas ações na justiça sendo despejados.

Pedro “Milionário” também foi um dos moradores citados por ele, este porém na época da minha pesquisa já era falecido. Para muitos moradores Pedro era uma pessoa querida e folclórica, seu apelido Milionário, fazia referência às obras que financiou na vila. Sendo um dos primeiros moradores, causava admiração dos seus vizinhos pela instalação de um sistema de captação de energia pela luz solar em sua casa quando não havia abastecimento de energia elétrica na vila, pela abertura de vários poços para os moradores e pela ajuda no financiamento da colocação de postes que ligariam a vila à rede elétrica. Morando na rua A1, Pedro, segundo o relato dos moradores, tinha uma casa muito grande, fora dos padrões dos moradores da vila, o que causava estranhamento, pois seus vizinhos diziam não entender porque que alguém que tinha “condições” veio morar no “meio do mato”. Alguns moradores como Leonor e Zezinho falam com saudade deste morador, lamentando pelo fato de que alguém que era tão querido e que ajudou tanto seus amigos e vizinhos, não pudesse ver a regularização da situação dos moradores da vila.

Em minhas caminhadas pelas ruas da vila observei que, de acordo com a hora do dia, há uma variação no tipo de pessoas que estavam nas ruas. Nas primeiras horas da manhã, vêm-se trabalhadores, homens e mulheres com olhares cansados, dirigindo-se aos seus empregos lentamente ou amontoando-se nas paradas de ônibus da avenida. Inicia-se também

um intenso trânsito de carroças que parecem brotar à medida que a manhã passa; mais tarde jovens e crianças dirigem-se às escolas da região, os pequeninos fazem o trajeto a pé, muitas vezes acompanhados das mães, já os adolescentes se juntam aos trabalhadores nas paradas de ônibus rumando para escolas de outros bairros.

A partir das nove horas da manhã o movimento diminui, estando na rua apenas donas-de-casa fazendo suas compras ou levando seus filhos para algum lugar, alguns jovens que se deslocam de um lado a outro realizando pequenas atividades ou apenas se divertindo, assim como as pessoas mais velhas. À medida que as horas passam, a intensidade do movimento diminui. Ao meio-dia as ruas ficam desertas, sendo ocupadas por matilhas de cães que parecem tomar conta do local, com exceção da avenida com certo fluxo de pessoas que vêm do trabalho para almoçar em casa ou daqueles que trabalham nas proximidades e almoçam nos pequenos restaurantes ali localizados.

No início da tarde, a partir das duas horas, mais ou menos, o fluxo de pessoas aumenta, ainda que menor se comparado à manhã. Os trabalhadores saem de suas casas e voltam ao trabalho ou às paradas de ônibus, outros estudantes dirigem-se à escola. Nas horas seguintes, até o fim da tarde, quando os trabalhadores e estudantes voltam para casa, freqüentam a rua somente as donas-de-casa que vem e vão, realizando várias tarefas, muitas vezes, acompanhadas dos filhos pequeninos, alguns jovens e crianças conversando ou brincando em pequenos grupos, e homens que conversam entre si.

A noite é um momento onde a maioria das pessoas passa a maior parte do tempo em sua casa, não sem mencionar que a noite a rua se torna um lugar perigoso, segundo os moradores, sendo ocupada apenas por jovens envolvidos em algum tipo de contravenção. No entardecer e início da noite, porém, é comum que algumas pessoas, após chegarem do trabalho diário, conversem tranquilamente nos bares e nos pátios ou fiéis se deslocando para o culto, enquanto ouve-se uma polifonia de cantos vindos das diversas igrejas, localizadas a poucos metros umas das outras.

Nos fins de semana, o movimento de pessoas nas ruas aumenta vertiginosamente, especialmente com crianças e jovens, que se dedicam a atividades lúdicas ou a conversas e homens que formam pequenos grupos em frente aos bares, mas também há um grande fluxo de pessoas que vão a avenida fazer compras, ou se deslocam para outras regiões da cidade. A apoteose se dá no sábado, especialmente nos dias ensolarados onde se vêem grupos de meninos e homens se dirigindo para os campos de futebol do parque Chico Mendes, as ruas fervilham e os habitantes e passantes circulam freneticamente. No entanto, nem tudo é diversão, mantém-se constante tráfego de carroças e muitas pessoas trabalham ou se dirigem

ao trabalho. Maria, esposa de Zezinho, em uma conversa em frente a sua casa, num sábado pela manhã, notando minha perplexidade quanto à efervescência da vila expõe: “Hoje é movimento. Às vezes a gente não agüenta o movimento que tem, quando é sábado... Sábado e domingo que tem dois campos de futebol, então tem um trânsito incrível aqui. É um pra lá outro pra cá, não pára de vir gente aí”.

No domingo as ruas se tornam menos movimentadas e os adultos permanecem a maior parte do tempo em suas casas e pátios, as ruas esvaziadas são ocupadas por crianças e jovens que se divertem em atividades lúdicas ou em conversas descompromissadas.

Os jovens reúnem-se no final da Rua Figueira sentados nas calçadas, encostados nos muros e carros em frente as suas casas, mantendo certo controle sobre as pessoas que entram e saem da vila. Outro grupo se concentra na junção entre a Raul Cauduro e a A1, onde jogam basquete em uma cesta improvisada pregada em uma árvore, ou futebol, permanecendo alguns sentados na esquina do beco, que marca a divisa entre as duas ruas.

Não raro a minha constante presença gerou curiosidade e desconfiança para esses jovens. Numa manhã, já perto do meio-dia, alguns dos jovens, que conversavam na calçada da Rua Figueira, enquanto chutavam uma bola de futebol, ao notarem minha presença, passaram a fazer comentários num tom voz que lembrava um sussurro, mas que deveria ser ouvido:

E esse aí que vem trabalhar aqui! Esse é do asfalto! Fica trabalhando, não sei o que ele vem fazer aqui! Nós aqui ó, ficamos na boa jogando bola e esse aí vêm trabalhar! Playboy trabalhando na vila? Que ele quer?

Durante as minhas primeiras idas a vila essa desconfiança continuava, mas quando tentei conversar com alguns deles e quando souberam através dos adultos do que tratava meu trabalho, senti um pouco de perplexidade neles: tentavam entender porque alguém como eu, que para eles gerava uma reação de estranhamento e alteridade tão intensa quanto a minha em relação a eles, estaria fazendo ali no meio da vila.

Minha passagem pelas ruas da vila, ao contrário do que pensava, não se dava de forma “impune” como pude notar, as pessoas que não me conheciam não só notavam minha presença, mas também especulavam sobre o que eu estaria fazendo ali.

O fato de meu foco estar nos moradores mais antigos abriu pouco espaço para estabelecer um diálogo com alguns jovens, mas minha assídua presença e algumas conversas serviram para diminuir esta desconfiança. Parece-me que estes jovens visavam desqualificar o fato de outro jovem, principalmente alguém de fora e para eles visivelmente de um estrato social diferente, estar trabalhando na vila. Ao mesmo tempo, buscavam demonstrar um

controle sobre quem entra e sai da vila, projetando uma imagem pública de bravura e de “boa vida” que, conforme Claudia Fonseca (2000, p.26), parecia fundamentar o prestígio entre os jovens dentro da comunidade.

Estes jovens provavelmente já estavam acostumados com alguns assistentes sociais ou agentes de saúde, com quem entrei em contato algumas vezes, que seguidamente passavam por ali e visitavam as casas, mas não conheciam alguém que viesse de fora apenas para conhecer a “história da vila e de seus moradores”. Apesar do desinteresse pelo meu trabalho, aos poucos, passaram a estar mais alheios à minha presença e a interagir comigo convidando-me para jogar com eles ou conversar.

Minha especulação é que não apenas os jovens, mas todos os moradores cuidavam de meus passos. Isso se confirmou em acontecimentos divertidos como o da visita à vila numa quarta à tarde, em que eu e André nos dirigimos para a casa que, segundo a informação de seus vizinhos, era de Sionézio. Ao batermos palmas em frente a seu portão uma senhora olhou pela portinhola da porta com um olhar visivelmente desconfiado e perguntou o que desejávamos. Explicamos que queríamos falar com o Sionézio e ela rispidamente respondeu que este estava trabalhando. Perturbados e achando que ficaríamos “plantados” na frente da casa, perguntamos se podíamos conversar com ela e explicamos nossa intenção. Sua expressão de desconfiança mudou e ela veio ao portão, convidando-nos de forma afável a entrar na casa. Mesmo não entendendo a mudança de atitude tão repentina, aceitamos seu convite.

Ao entrarmos e sentarmos em sua pequena sala composta por dois sofás que apontavam para uma televisão sobre um *rack* cercada por alguns retratos de família, ela nos confessou que tinha ficado aborrecida, pois achava que nós éramos americanos de uma igreja, “uns tal de Sisters” ela disse, que passavam de vez em quando na vila. Neste acontecimento notei que minha presença gerava grande estranhamento e alteridade, visível não só pela vestimenta, pelo uso de uma pasta para carregar a máquina e outros materiais, a ponto de ser confundido com um americano, mas também pela curiosidade em relação ao meu trabalho e as constantes visitas à vila.

Após ouvir nossa explicação Marina disse estar aliviada e que tinha entendido o que estávamos fazendo, pois suas vizinhas haviam lhe contado sobre as conversas e entrevistas que haviam sido feitas na semana anterior, evidenciando que os acontecimentos eram transmitidos através de conversas entre os vizinhos. Ela contou que havia vindo morar na vila no desespero junto com Sionézio, que havia perdido o emprego. Havia passado dificuldade para criar os três filhos em uma vila que não tinha nada, mas que a mesma tinha melhorado

muito com o trabalho dos moradores. No entanto, para ela, a vila havia se tornado muito violenta e perigosa; a tranquilidade que havia quando ainda era pouco habitada e com pouca infra-estrutura urbana foi substituída pela insegurança e perigo quando esta cresceu e se tornou mais urbanizada.

Ao longo de minha experiência etnográfica notei que a pauta das conversas nas ruas e nas casas eram os acontecimentos ocorridos na vila, antigas memórias e fofocas que podem ser elogiosas (ELIAS & SCOTSON, 2000), onde algum fato ganha contornos mais dramáticos, muitas vezes relacionados à própria pessoa que conta; ou depreciativas, uma fofoca condenando moralmente as atitudes de um vizinho.

Quando sentava num bar que frequentemente mudava de dono na Rua Raul Cauduro, sempre escutava dos moradores conversas sobre a separação de algum casal, alguma briga entre vizinhos que acabava nas vias de fato, ou mesmo sobre algumas disputas entre gangues e alguns crimes, que passavam pela “boca do povo”. Nas primeiras idas a esse bar me mantinha distante dos freqüentadores apenas ouvindo suas conversas, mas esta atitude não se sustentou por muito tempo. Um dia encontrei Antônio, filho de Adão, junto a três homens conversando em uma mesa do bar. Este convidou-me a sentar junto a eles. Enquanto conversavam sobre futebol, Antônio me apresentou para o grupo. Este aparentava estar fechado para mim, visto que os três homens pareciam não notar minha presença. O grupo, após terminar uma acalorada discussão entrecortada por gargalhadas sobre a rodada de jogos de futebol do fim-de-semana, começou a disparar perguntas para mim sobre: o que fazia, onde morava, se era casado ou solteiro, para que time torcia.

Partilhar um pouco dos acontecimento da minha vida parecia ser pré-requisito para minha inserção na conversa do grupo. O fato de conhecer Antônio não me aproximava dos outros, a identificação se dava na explicação do meu trabalho na vila e no compartilhar histórias da minha vida, as quais eram ouvidas, questionadas e se tornavam muitas vezes motivo de chacota. O fato de ser solteiro com vinte quatro, gerava algumas brincadeiras, meu posicionamento como torcedor do Internacional causou múltiplas reações, dois me cumprimentaram e os outros dois entre eles Antônio dispararam comentários maldosos. Alguns assuntos como futebol e algumas histórias sobre alguns moradores da vila, as quais já conhecia facilitaram minha inserção nesta rede, o ato de tomar cerveja e pagar algumas para o grupo confirmavam a minha aceitação. Descobri a partir desta inserção que o grupo era formado por empregados da empresa de Elemar que nos momentos de folga e fins-de-semana se reuniam algumas vezes ali, ou em frente aos bares das pequenas travessas que cortavam a

rua Raul Cauduro, para conversar sobre assuntos corriqueiros como futebol, assim como sobre o trabalho e os acontecimentos da vila.

O ato de partilhar informações sobre minha vida, colocá-los a par do que acontecia comigo, permitia que pudesse me inserir no grupo, discutir, conhecer e fazer chacotas sobre o que acontecia e aconteceu com estes moradores também. Estes fatos me remetiam aos escritos de Michel Maffesoli (2005, p.55) para quem, a partilha de emoções ou de sensações, difundidas nas ações mais comuns é que funda a vida social. O lúdico, antes de um divertimento privado, também deve ser entendido como efeito e consequência de toda a socialidade em ato.

As poucas visitas a este bar da rua Raul Cauduro, que se tornou sorveteria, padaria, buffet de cachorro quente e padaria em menos de um ano, serviram para minha inserção em algumas redes de fofoca e de “trocas de informação” dentro da vila, através da figura de Antônio.

Antônio contou-me nestas conversas, em tom nostálgico, que costumava freqüentar bares no centro da cidade quando jovem, especialmente o Ribs, junto a amigos que eram professores de um curso pré-vestibular. Ressaltava que agora o centro tinha mudado muito, os bares tinham mudado, a juventude também. Para ele hoje em dia também não se podia mais freqüenta-lo pois este estava muito perigoso e decadente. Refletindo sobre suas lembranças e relacionando com a minha interlocução sobre a dificuldade de arranjar emprego, questionava-me sobre a possibilidade de eu seguir a carreira de professor de curso pré-vestibular, pois segundo ele, estes eram “como os atores”, eram respeitados, chamavam muita a atenção, principalmente das mulheres e ganhavam um bom dinheiro. Nas diversas reuniões que ele participava no bar Ribs, quando trabalhava no almoxarifado de uma gráfica no centro, disse que muitas vezes se “tornava” professor juntamente com seus amigos (professores de curso pré-vestibular), pois isto lhe trazia “status” dentro do grupo.

Antônio ressaltou que muitas vezes sentia vergonha de morar na vila nessa época. Quando chegava do trabalho, principalmente nos dias de chuva, via aquela escuridão e aquele lamaçal que era a sua rua e sentia um forte desânimo. Disse que não tinha



coragem de convidar os amigos para vir em sua casa e que muitas vezes pensava no que

estaria fazendo em um lugar como aquele, mas isto segundo ele era coisa “de jovem” e que mais tarde, com a idade, isto tinha mudado, assim como a vila que ao longo dos anos foi se tornando mais bonita e tranqüila.

Conversando em frente a sua pequena loja agropecuária montada na garagem de sua casa, ele contou que administrava uma loja numa avenida próxima dali, no espaço de um armazém que alugava de sua vizinha Eraci, que apesar de ter uma melhor localização devido ao grande fluxo de pessoas que ali passavam, não possuía uma clientela fiel e mesmo com a compreensão dela, não conseguia tirar um lucro para cobrir as despesas. Com o estabelecimento da loja em sua casa na rua Raul Cauduro passou a ter clientela fixa, além de não precisar pagar aluguel. O fato de seus clientes serem na maioria seus vizinhos, possibilitou-lhe que pudesse vender fiado sem temor de perdas financeiras, não só devido a amizade e pelo fato de conhecer seus clientes o que facilitava as negociações, mas pela possibilidade de cobrar dos devedores no “cara-a-cara”. As relações estreitas com seus vizinhos, segundo ele, possibilitavam estas ações.

Na Rua Figueira, seu Antônio, se mantém sempre no centro das atenções dessas conversas, discutindo assuntos relacionados à sua atuação política e raramente tratando sobre suas atividades diárias ou acontecimentos da vila. Apesar de conhecer a maioria dos moradores, especialmente seus vizinhos mais próximos, ele diz não se meter na vida dos outros, nem criar muita intimidade com um ou outro vizinho, tudo para manter um bom trabalho comunitário. Como um dos líderes informais da vila e ex-líder comunitário, ele me contou em uma das nossas conversas que no seu trabalho:

É preciso ter jogo de cintura. Tu não vai na casa de um vizinho ou outro, a não ser que te convide. Tu tem que conversar com todo mundo. Precisa também ter pulso, as pessoas têm que acreditar na tua palavra, têm que ter confiança. É preciso não misturar interesses pessoais com o trabalho comunitário, não discutir religião, política ou futebol e se dar bem com todo mundo.

Estar na casa ou estar no pátio de um vizinho implicaria ter uma relação estreita com ele, dessa forma poderia cair na “boca do povo”, que ele estaria favorecendo este ou aquele morador quando representasse os interesses da comunidade. As poucas idas nas casas dos vizinhos não evitam que ele conheça as histórias de muitos moradores e acontecimentos ocorridos, mostrando a fragilidade e a tênue distância entre se dar bem com todo mundo e representar os interesses dos moradores como um todo, segundo sua visão.

Quando perguntava sobre os moradores mais antigos da vila, sempre me mandavam falar com Antônio, pois ele sabia sobre todo mundo, era o que me diziam. Realmente ele

conhecia como poucos seus vizinhos, mas estas relações se davam, sobretudo, nas ruas – poucas vezes vi algum vizinho na casa de Antônio ou ele na casa de um vizinho.

Apesar de ser um morador que chegou ao local depois da maioria dos mais antigos (há dezessete anos) e passar grande parte do seu tempo em casa, cuidando da horta ou algumas vezes realizando trabalhos de marcenaria, ele é muito ativo quanto ao trabalho comunitário. Ele está sempre levando, comunicando aos moradores da Rua Figueira sobre questões de demandas políticas, entre elas a regularização fundiária, ou mesmo se informando sobre os acontecimentos da vila.

Sujeito politizado e militante, seu Antônio é um dos únicos moradores que em época de eleição faz campanha política e cobra dos moradores atitudes. Muitas vezes ouvi dele críticas sobre a passividade e falta de organização dos moradores, quanto às reivindicações políticas e reprimendas sobre suas atitudes e comportamentos. Como ocorreu numa manhã de quarta-feira, em que havia um grande movimento de mulheres conversando em frente à casa de Leonor, todas parecendo muito ansiosas e tensas. Foi então que perguntei para seu Antônio o que acontecia:

- É a velha Leonor!

Eu perguntei:

- Que houve com ela?

- Tá mal, vai pro hospital de novo.

- Ah é, não sabia!

- Ela ta sempre indo e voltando, tem problema no pulmão, coração, tudo. Fuma né! Fumou a vida toda! Agora que está mal continua fumando, aí não tem jeito. Ainda tem que cuidar, que cuidar da criança, da neta... Trabalhar ela nem trabalha mais, só fica lá... lá com aquele... “respirador” numa mão e um cigarro na outra.

Nesse meio tempo estaciona uma ambulância, enquanto as mulheres vão buscar a Leonor. Muitos vizinhos vêm para a calçada e se dirigem ao Antônio para saber o que estava se passando.

Lurdes e Ivo perguntam:

- Que houve seu Antônio?

- É a velha Leonor.

- De novo? Ela não saiu do hospital e já ta indo de volta!

- É o maldito cigarro! Tá doente e não para de fumar!

Em um tom bastante moralista seu Antonio discursa, bem a seu estilo de líder comunitário, como ter uma vida saudável vale a pena e de que trabalhar é que traz saúde. Ivo

e Lurdes concordam em tom passivo, visto que Lurdes também é fumante. Esse acontecimento chamou minha atenção não só pelo fato de o seu Antonio estar atento aos acontecimentos da vila, mas pela forma quase unânime dos moradores com que conversei, entre eles Adão e Aldenora, que moram em outra rua da vila, condenam a atitude de fumar e culpam Leonor pela situação de sua saúde, relacionando as atitudes dos moradores frente aos seus problemas.



Dinarte também é um dos moradores que mais discute sobre a vida dos seus vizinhos, especialmente dos jovens, normalmente em tom moralizante. Dentre os moradores da vila ele é um dos mais receptivos e abertos a conversas. Nas inúmeras vezes que me recebeu de bom humor, convidando para um cafezinho ou para um almoço, feito no fogão a lenha, no pátio de sua pequena casa, a qual não comporta mais de três pessoas, ele contou sempre jocosamente, através de piadas ou trocadilhos, fofocas sobre alguns moradores e crimes ocorridos na vila.

Dentro da vila, Dinarte conhece bem e mantém contato freqüente com os moradores da rua A1, mas diz pouco conhecer os moradores das outras ruas, isso não impede que tenha um grande conhecimento do que acontece na vila. Auxiliar de enfermagem aposentado e vivendo sozinho, seus assuntos prediletos são os crimes ou as brigas entre moradores.

Certa vez, quando estava na casa dele, houve uma gritaria na casa dos fundos. Ouviase um homem e uma mulher discutindo acintosamente, Dinarte não demorou a se pronunciar:

COMEÇOU! Esse aí e a mãe tão sempre brigando! Ele não vai trabalhar, vai pra mangaça! Sabe como é que é? Sai e volta de manhã caíndo nas calçadas. Aí chega de manhã ele tá dormindo. A mãe dele enche ele de desaforo! Logo, logo ele já sai de casa, nem banho o guri quer tomar, ele só quer cachaça e vida boa!

A partir disso ele me contou como a mãe tinha que trabalhar pra sustentar esse filho e que mesmo com muitas dificuldades financeiras, ela não buscava trabalho; ficava saindo toda a noite, voltando de madrugada e passava o dia inteiro dormindo. Dinarte disse que tinha pouca intimidade com a vizinha, mas que ouvia tudo que acontecia.

Outro episódio envolvendo o Dinarte ocorreu numa manhã de sábado em que o encontrei na rua A1, saindo de sua casa com um garrafão de vinho, dirigindo-se ao armazém Dragão. Comecei a conversar com ele no meio da rua sobre seu sítio no Passo da Caveira, o qual tinha sido roubado pelos caseiros que haviam sido contratados para cuidá-lo, quando de repente a nossa conversa foi interrompida por um homem em uma bicicleta, que se dirigia à avenida.

Ele perguntou para o Dinarte:

-Quem morreu ali?

Dinarte respondeu:

- O neto do velho que mora lá em cima perto do valão. Eu nem o conheço direito. Tinha 18 anos.

O homem da bicicleta em tom fúnebre disse que essa pessoa não era boa, mas que era uma pena que esses jovens estivessem morrendo hoje em dia. Falou que os jovens de hoje só queriam saber de drogas, de cachaça, que entravam no crime e terminavam assim.

Dinarte, ao mesmo tempo de maneira fúnebre e sarcástica, como é comum da parte dele, falou sobre os detalhes do crime dizendo que ouviu dez tiros na madrugada e que quando acordou pela manhã, havia vários policiais a poucos metros da entrada da sua casa.

Neste momento senti certo desconforto, pois parecia ter aparecido no momento errado, imaginando que qualquer um podia ser alvo deste tipo de violência; e se este crime poderia ter algum motivo, o que pensariam de alguém de fora da vila estaria fazendo perto da cena do crime com uma caderneta, anotando e conversando com moradores. Pensava ainda, que por detalhe não teria vindo com a câmera fotográfica, o que na minha visão comprometeria ainda mais minha situação se caísse na “boca do povo”.

Neste instante de pensamento, o homem da bicicleta vai embora e Dinarte continua falando sobre como os jovens se perdem por não seguir o verdadeiro caminho. Ele me pergunta então se eu sabia qual era o verdadeiro caminho.

Eu respondi ainda atordoado:

- Não sei.

- “É o caminho de Deus”, respondeu ele. Disse que ele mesmo seguiu o caminho da bebida, das festas e que depois de entrar na igreja mudou, agora só bebe vinho porque o vinho é o sangue de Cristo.

Perguntei a ele qual igreja freqüentava e ele respondeu que era a da entrada da vila, na esquina da Figueira (Deus é amor), e disse que tinha mudado de igreja (da Universal) porque lá eles pediam muitas doações, de mil até duzentos reais e que nesta você poderia dar quanto

quisesse. A partir disso ele contou sobre uma ocasião em que havia doado mil reais para a igreja construir um templo na Avenida Martins Félix Berta, em 2004, e que a igreja tinha comprado o terreno, mas não tinha construído nada e em 2005 estaria vendendo-o.

Participando do cotidiano dessas pessoas acabei por ser inserido nas redes de fofoca, em que as pessoas comentavam umas sobre as outras. As fofocas sobre os vizinhos e os questionamentos, em tons morais, sobre suas ações são muito comuns na vila, aproximando-se do que Claudia Fonseca (2000, p.42) escreve, “a fofoca serve para informar sobre a reputação dos moradores locais, consolidando ou prejudicando sua imagem pública, assim como estas trazem em si os princípios morais do grupo”. Elas servem também como mecanismos de manutenção das redes e dos grupos da vila.

Estes acontecimentos chamavam minha atenção também para o fato de que estar na rua e nas casas, inserido nas conversas entre os grupos de moradores, tornava inevitável saber através destes, informações sobre as pessoas que ali moram, em que trabalham, de onde vieram, qual sua conduta, etc. Os fatos recentes e passados, tanto de suas próprias vidas, quanto das de outros moradores eram rememorados, re-elaborados e ressemantizados, agregando-se novos sentidos.

Muitos moradores também citavam Zezinho como um dos moradores mais conhecidos e contavam histórias de quando esta era “rico” na Bahia, possuindo muitas cabras e dezenas de hectares de terra. Segundo os comentários desses moradores, Zezinho teria abandonado tudo isso, se juntando a um circo que viajava pelo Brasil e América do Sul e nas suas andanças por “este mundo” foi parar logo ali na Vila. O filho de Adão, Antônio, um dos que contaram esta história, dizia que Zezinho era um dos moradores mais ativos por ali, estava sempre conversando e liderando os moradores, mas que atualmente estava mais “quieto” em casa, segundo ele, por causa de um problema na coluna, o qual ele insistia, de forma debochada, que decorria do aumento do peso de Zezinho e em virtude de sua idade avançada. Ele disse que Zezinho ia muito à sua casa, para almoçar com sua família, e que algumas vezes foram convidados para visitar sua pequena casa que, segundo ele, toda hora mudava devido às constantes reformas.

Estabelecido há anos e conhecido na vizinhança, seu Zezinho, falou-me, em uma conversa em tom de desabafo, que a única coisa que o incomodava na vila era a impossibilidade de permanecer na rua junto aos vizinhos, à noite, devido à violência e à conduta de alguns jovens, o que o preocupava profundamente. Nem mesmo eu escapei de seus conselhos porque, segundo ele, os jovens de hoje não são só os autores, mas também os principais alvos de atos violentos vinculados ao tráfico de drogas.

Agora a respeito, alguma coisa que aparece ali, é coisa de jovem, o pessoal está se metendo nesse problema da droga né. Então pra melhorar mesmo é só tirar o problema da droga, as crianças de 14 anos... Rapaz, vou contar uma história. Os homens de 2020 estão morrendo tudo. Que é as pessoas de sua idade. Que idade você tem?

Respondo: 24 anos.



Tá, exatamente o que eu estou querendo dizer. As pessoas de sua idade, idade de você, que não acredita neles mesmo. Usam drogas. Eles tão morrendo antes do tempo. Ele mesmo estão se matando, se matando. E foi uma estatística que eu fiz em mim mesmo. Porque todos os dias tu vê: mata cicrano, mata fulano, mata beltrano, tudo através da

droga. A única coisa que eu tenho a dizer pra melhorar essa vila e todas as vilas de Porto Alegre, é combatendo a droga, combatendo a violência, combatendo esse problema... Porque vou dizer pra vocês a verdade, a gente não está mais podendo sair daqui de noite. Deu a noite e a gente tem que ficar dentro de casa. É o único problema que está existindo na nossa vila; não só na nossa vila, todas as vilas de Porto Alegre. E que se continua assim não vai ter ninguém jovem em 2020, eles estão se matando tudo. Seriam os homens de trinta anos, quarenta anos, os da tua idade. Vamos dizer assim, o nosso país está morrendo tudo. Se não existir um recurso para parar com essa história, no ano 2020, 2030, não existe mais ninguém. A droga, a única peste que esta espalhada pelo nosso país é a droga. Eu considero uma peste porque não tem sentido viver entre nós este problema. Tão matando nossos homens de 2020. Que é você, as pessoas de quatorze anos, dezenove anos, vinte anos. Eu to com sessenta anos. Tem pessoas que daqui até lá não vão chegar na idade.

Esses moradores mais velhos criticam as atitudes dos mais jovens sobre o uso de drogas, falam de suas vidas sem preocupações e das conseqüências destas vidas, demonstrando um conflito geracional quanto às atitudes. Sob outra perspectiva preocupam-se com eles, pois muitas famílias são compostas por jovens que convivem com essa realidade. Ao longo da pesquisa fiquei ciente de alguns roubos realizados por jovens conhecidos contra alguns moradores que muitas vezes o abrigavam em suas casas, sendo parentes ou inquilinos. O assassinato da filha de um dos antigos moradores envolvida com um jovem conhecido por participar de uma gangue da região especializada em roubar carros, reforçava este sentimento e o discurso dos moradores quanto as atitudes e preocupações com os jovens da vizinhança.

Apesar da intensa interação e comunicação no espaço público, existem moradores que permanecem a maior parte do tempo em suas casas. A maioria das casas tem seus pátios cercados e normalmente estão fechadas. Para muitas destas pessoas a relação com os vizinhos é superficial, preferindo passar a maior parte do tempo em suas casas ou pátios, mantendo-se

longe da agitação das ruas, utilizando-as apenas como local de passagem, como descrevi ser o fato de Marisete e Elínea.

Outros convivem bem com os vizinhos, mas procuram ficar longe das fofocas e rumores. Este é o caso do Elemar que, conversando comigo em frente à sua casa recém reformada, na Rua Raul Cauduro, diz ter muito cuidado com certos vizinhos, pois alguns são muito fofoqueiros, e que não reformou a parte externa da sua casa para não chamar a atenção dos mesmos.

Elemar, que é visto algumas vezes em frentes aos bares das ruas transversais à da sua casa, junto aos funcionários de sua empresa e vizinhos, disse, em tom de confissão que muitos têm inveja e podem colocar “olho gordo”. Mas o que mais lhe preocupava era atrair a atenção de bandidos, que vendo a ascensão de sua empresa, materializada na reforma da sua casa, poderiam arruinar todo o trabalho realizado para reerguer sua vida, desde que tinha chegado de Frederico Westfalen. Com os vizinhos mais próximos, principalmente Adão, Aldenora e seu filho, ele mantém uma relação mais estreita, conversando na frente de sua casa sobre fatos ocorridos em seu cotidiano; já com os menos conhecidos ele mantém certa distância e descrição, principalmente quanto aos assuntos relacionados ao seu trabalho.

A construção das redes de relações de vizinhança, desenham-se assim de forma delicada .

3.1. Os Pátios: Espaços Íntimos

Os pátios também são locais de interação entre os moradores, mas são espaços mais íntimos e ocupados somente pelos familiares ou amigos mais próximos. Poucas vezes conversei com os moradores em seus pátios, normalmente conversávamos na sala da casa ou na rua. Quando moradores como Antônio e Dinarte me convidaram para ir para o pátio sabia que tinham estabelecido uma boa relação comigo, construída em mais de um ano de convivência.

O pátio, porém é essencialmente um lugar de prática de atividades. Nele estão localizados os jardins e as hortas, nos quais muitos moradores passam horas. Alguns dizem que após a aposentadoria passaram a se dedicar ao cultivo dos jardins e hortas, enquanto que

algumas mulheres dizem ter no jardim seus melhores momentos, enquanto seus maridos e filhos estão trabalhando.

A sociabilidade entre as mulheres se dá nos pátios das casas e muito raramente dentro das casas. É comum, muitas vezes, as vizinhas conversarem cada uma em seu pátio, através das grades ou muros que dividem seus terrenos, principalmente quando a conversa se dá com aqueles vizinhos com quem se têm pouca intimidade.

Esse é o caso da Elínea, moradora da Rua Raul Cauduro. Esta moradora vive a quase trinta anos na vila e mantém pouco contato com os vizinhos, ficando a maior parte do tempo em casa ou cuidando do jardim porque, segundo ela, na vila: “...é bom é do meu portão pra dentro. Que eu planto lá atrás, me divirto lá atrás e limpo todo o dia, mas do portão pra fora eu não gosto. Fico lá sozinha. Sozinha porque os dois (marido e filho) trabalham”.

Ela afirma que tem poucos amigos na vila, só duas vizinhas que moram mais acima da rua, mostrando claramente que deseja sair do local para morar em um lugar mais tranquilo. Ela reclama de seus vizinhos que não deixam sua família dormir, por causa do barulho de festas e músicas à noite. Para ela a vila é muito feia e sem infra-estrutura, mas continua ali porque possui casa própria, não tem dinheiro para se mudar e não moraria de aluguel outra vez, mas gostaria de morar no litoral, para plantar e criar uns bichinhos.

Seu Antônio também utiliza seu pátio, o maior da vila, como horta, plantando diversas frutas e verduras, passando a maior parte das suas manhãs cultivando-as. Esse fato se deve, segundo ele, à sua origem rural, pois cresceu no interior de Santo Antonio da Patrulha, e por ter se aposentado da profissão de marceneiro e dos cargos nas associações de moradores, dedicando-se apenas informalmente às questões comunitárias.

Em uma das entrevistas que realizei sobre seu trabalho como líder comunitário, juntamente com seu filho e filha, onde destacou a trajetória de sua família, ele me convidou para conhecer a horta, a criação de galinhas e me fez provar algumas das frutas cultivadas de forma “tradicional e “natural”, segundo ele, sem produtos químicos e com adubos produzidos por ele mesmo, com os restos e folhas de outros cultivos, método que aprendeu desde que morava no campo em Santo Antônio da Patrulha. Disse passar horas ali, pois esta atividade o acalmava e o deixava feliz, despreocupado.





Adão também era frequentemente visto em seu pátio, junto a sua esposa Aldenora, trabalhando no jardim da sua casa, algumas vezes eles apenas conversavam enquanto pegavam sol e se distraíam com seu cão. Devido à saúde frágil de Adão, sua esposa e filho controlavam suas atividades dizendo ter que: “Segurar o velho”, porque senão ele passaria o

dia inteiro plantando e cuidando do jardim, a quem Adão respondeu: “Os caras se aposentam não é, não fazem nada e ficam doente. Toda a pessoa que se aposenta e fica quieta em casa, acostumada a trabalhar, em seguida fica doente, então eu continuo”.

Adão contou que gostava de morar na vila por causa da sua tranqüilidade e pelo fato de ter um jardim grande, que lhe possibilitou trazer uma árvore de sua terra natal, Passo Fundo, no interior do Rio Grande do Sul, e assim matava um pouco de sua saudade de lá. Disse que a vizinhança também era boa e prestativa, pois sempre que precisou de ajuda seus vizinhos se dispuseram e que, também, ele e sua esposa sempre ajudavam os vizinhos mais necessitados. Segundo Aldenora os vizinhos: “Se ajudam quando precisam, falam que sempre tem um e outro que estão prontos pra ajudar, e a gente também gosta de ajudar, eu gosto muito de ajudar os outros”.

Dinarte, em seu “minúsculo” pátio, também mantém uma horta na qual planta algumas verduras e hortaliças, além de ter uma bananeira e uma laranjeira nos fundos de sua casa. Ele utiliza essas frutas para fazer geléias e doces, ou as distribui entre os vizinhos mais próximos, pelo fato de morar sozinho e não conseguir consumir toda a produção de sua horta. Muitas vezes Dinarte também é visto no pátio fazendo seu almoço junto ao fogão a lenha, escutando música sertaneja e conversando com algum vizinho. Além dessa produção caseira, que reclama pelo fato de as formigas devorarem suas hortaliças, tornando, segundo ele, a produção mais cara do que a compra em algum mercado da região, ele cultivava frutas e hortaliças em seu sítio, utilizando-as para fabricar sucos e doces.

Diz ter dificuldades para manter seu sítio, pois só vai até lá dois fins-de-semana por mês. Inicialmente ele havia contratado caseiros para cuidar da plantação, mas eles não faziam nada e ainda roubavam sua produção e a dos sítios vizinhos. A partir desse fato ele dispensou os caseiros e deixou o sítio e sua horta ao “Deus dará”. Atualmente, pensa em vender o sítio, mas diz que é difícil arrumar compradores, pois não há energia elétrica e a água vem de poço, além do que para chegar lá é preciso caminhar uma meia hora, após longo trajeto de ônibus.

A não ser pelos fins de semana, com os sobrinhos e sua irmã, quando faz um churrasco e que colhe algumas frutas e verduras, Dinarte disse que o sítio só lhe dá “incomodação” e que ficará sem cuidados até conseguir algum comprador para ele.

Outro morador que utilizava seu pátio como plantação era a Dona Leonor, anos atrás ela costumava cultivar abóboras e outras hortaliças, mas devido à saúde frágil e o fato de ter que cuidar da neta, não lhe sobrava muitos momentos de lazer. A urbanização e ocupação da vila, assim como o aumento do tamanho de sua casa para abrigar sua filha e neta, também diminuíram o tamanho de seu terreno e os espaços vazios para o cultivo. Nos dias que a

visitei, ela estava costurando roupas na sala de sua casa, segundo ela, para conseguir mais algum rendimento além da aposentadoria, ao mesmo tempo em que se ocupava dos cuidados de sua neta de quatro anos, durante o dia, enquanto sua filha estava trabalhando.

A reforma da casa para abrigar o número crescente de familiares, como no caso de Leonor, é comum na vila Batista Flores. Os antigos espaços dos pátios são ocupados por novas peças e “puxados”, erguidos a partir da construção mais antiga, na medida em que cresce o número de familiares que ocupam o terreno. Essa forma de coabitação, no mesmo lote de terra, fundamentada em grande parte nas reformas e reconstruções das casas, também se aplica às redes de amizade. Ou seja, para receber algum amigo de fora, mesmo que temporariamente, ou mesmo como uma forma de adquirir uma renda extra através do aluguel, como é o caso do Zezinho, que aluga um cômodo da sua casa e seu Dinarte, que aluga uma casa construída em seu lote de terra.

A questão da terra, das reformas e das reconstruções, vendas e trocas de casas são constantes na vila, mas estão constantemente perpassadas pela tensão de seus moradores. Para a maioria dos que estão regularizando seus terrenos, não há preocupação quanto às reformas e reconstruções, pois muitos não temem mais perder seus terrenos, apesar de não possuírem sua escritura. Para outros moradores que não possuem uma situação mais estável, evita-se as grandes reformas, mantendo o que o antropólogo José Carlos Dos Anjos classificou de uma “tendência ou disposição deslocável” (1993, p.74), segundo a qual não são feitos grandes investimentos na casa temendo que se possa perder este investimento, caso seja necessário sair do terreno em caso de remoção. Marisete é uma das moradoras que relatou investir o mínimo possível em sua casa tendo em vista manter o conforto, apesar de investir em bens de consumo como televisão, rádio, móveis, da mesma forma que a maioria dos moradores.

Apesar de estarem em terrenos em litígio, no caso dos moradores que estão regularizando seus lotes ou juridicamente irregulares, a troca e a venda de moradias acontece freqüentemente. Isso demonstra que, apesar da tensão gerada pela ação reguladora do Estado, alguns, muitas vezes, desprezam ou demonstram descrédito quanto à regularização de sua situação em um futuro próximo, visto que há quase vinte anos esperam a resolução da situação de irregularidade fundiária por parte dos órgãos públicos.

3.2. As Redes de Vizinhança e Solidariedade

Como destaquei anteriormente, a sociabilidade entre os moradores se dá através de práticas habituais, no que diz respeito os grupos e locais que ocupam. A rua é o local mais comum, onde os vizinhos especialmente os homens, mesmo aqueles com uma relação menos estreita e até mesmo as pessoas que se deslocam pela vila, conversam.

Nesse sentido muitos vizinhos conhecem-se e convivem na rua, mas esta relação não se mantém nos limites da casa. Adentrar no pátio e mais adiante na casa representa que essa pessoa tem uma estreita relação com a família. A sala de casa pode ser ainda um local de recepção, visto que muitas vezes fui recebido nela quando realizava o preenchimento dos questionários e das entrevistas, mas, sobretudo, é um espaço íntimo. Os pátios são espaços para os conhecidos, é raro ver vizinhos conversando neles, somente familiares. Eu não tive a oportunidade de freqüentá-los, a não ser o pátio do seu Antônio, no qual tirei fotos de sua horta e do seu Dinarte, pois este foi um dos moradores mais abertos e prestativos neste estudo; entrar na casa ou no pátio de um vizinho é sinal de uma estreita relação de amizade.

As redes de vizinhança e de solidariedade na vila, segundo observei, são delimitadas pelas ruas, ou seja, os moradores da Rua Figueira conhecem-se, conversam e interagem entre si, o mesmo ocorrendo entre os moradores da Raul Cauduro. Existe uma relação de evitação entre os que moram na parte mais alta e antiga da Rua Figueira e os da parte mais baixa, próxima ao riacho, onde moram os que chegaram mais recentemente à vila. Essa relação de evitação também se dá, ainda que em menor medida, entre os moradores da Rua Raul Cauduro e os da rua A1. Não que não haja contatos entre os vizinhos das diferentes ruas, mas os mais freqüentes e estreitos são entre os vizinhos mais próximos.

Na Rua Figueira, no centro da rede de vizinhança, está Antônio, visto que ele diz conhecer e é conhecido por todos da parte mais alta desta rua. Por estar constantemente realizando algum trabalho comunitário, Antônio freqüentemente está conversando ou ajudando um vizinho com algum problema burocrático, econômico ou ainda na mobilização dos moradores para a solução de algum problema coletivo.

Muitas vezes seu Antônio também lidera algumas redes de solidariedade para ajuda de algum morador em dificuldade como é o caso da Leonor. Ele conseguia com que algum morador, ou ele mesmo, realizasse serviços para Leonor quando esta estava doente e não podia sair de casa. Seus vizinhos mais próximos se juntam nesta rede de solidariedade e ajudam no acompanhamento do processo de regularização fundiária, providenciando e

encaminhando documentos necessários, com algumas despesas médicas e outras necessidades que não podem ser realizadas pela sua filha.

Em maio de 2005, quando fui conversar com Ivo, um dos moradores que ajudava Leonor, notei que ele estava muito triste e cabisbaixo, logo ele informou-me que a dona Leonor havia falecido. Havia mais de um ano que ela perfazia um itinerário da sua casa para o hospital devido a um enfisema pulmonar. A falta de Leonor atingiu não só Ivo seu vizinho, mas também outros vizinhos, entre eles seu Antônio, que apesar de sempre criticar o vício de Leonor pelo cigarro, disse sentir muita falta da “velha”: “eram dezesseis anos de amizade e ajuda mútua”, relatou Antônio. “Era uma mulher trabalhadora! Cuidou sozinha da filha e da neta! Mas Deus quis assim!”, complementou Ivo. Seu Zezinho também foi um dos moradores que lamentou o falecimento de dona Leonor relatando que se não fosse por ela a regularização das casas não sairia, pois havia sido através dela que os moradores conheceram o advogado que defenderia sua causa frente aos proprietários da área, lamentou também o fato desta ter lutado por tanto tempo sem ter visto o resultado desta luta.

Sionézio também é um dos moradores que observei participar dessa rede, sempre trocando informações com Ivo sobre os acontecimentos da vila. Apesar de não freqüentarem um a casa do outro, eles são vistos muitas vezes conversando no portão de suas casas, quando não raro junto ao seu Antônio. Nesse sentido, todos os moradores da parte alta da Rua Figueira se conhecem e, mesmo de forma superficial, a maioria tem uma ligação com Antônio e algumas vezes se conhecem através dele.

Sionézio contou que quando chegou à vila, desempregado, não havia nenhum armazém, farmácia, serviço ou comércio por perto, era necessário pedir ajuda aos vizinhos em alguma emergência quando faltava algum remédio, alimento, no transporte de algum parente enfermo ou mesmo para ajudar na reforma e construção da casa. Por isso, até hoje, mantém uma amizade e ajuda os vizinhos que o acolheram nos momentos de dificuldade.

Quanto à questão da regularização fundiária, Antônio vai à casa de cada um dos moradores para juntar os documentos e comprovantes que serão utilizados nos processos; algumas vezes ele vai, juntamente com seus vizinhos, na Defensoria Pública para realizar os pedidos de regularização.

Outra rede de vizinhança e solidariedade existente na vila é composta pelos moradores da Rua Raul Cauduro, encabeçada por Zezinho que, ao contrário de Antônio, destacado na comunidade pelo seu trabalho comunitário e atuação política, é conhecido por ser um dos moradores mais antigos e querido da localidade e o pioneiro na busca por assessoria jurídica para reivindicar, junto aos herdeiros da área, a permanência dos moradores da vila.

Zeinho mantém contato constante com os moradores da Rua Raul Cauduro, principalmente se tratando de assuntos relacionados à regularização fundiária; também, levando e acompanhando os processos de diversos moradores, entre eles o de dona Florinda, que apesar da idade avançada, passa o dia todo cuidando de sua pequena loja de quinquilharias, nas proximidades da vila, e tem dificuldades para transitar da vila para a Defensoria Pública no centro da cidade. Ele participa de uma rede de amizades que engloba moradores antigos como Adão, sua esposa Aldenora, Eloir e Florinda, que moram há mais de quinze anos na vila.

Essas redes de amizade são perpassadas por redes de ajuda mútua e solidariedade, que se estendem para todos os moradores da vila segundo Aldenora, em tom de reflexão:

Os vizinhos aqui se ajudam quando precisam, é só falar que sempre tem um e outro que está pronto pra ajudar, e a gente também gosta de ajudar, eu gosto muito de ajudar os outros. Bom, se eu tiver dois quilos no armário e chegar ali e disser oi vizinha ou vó, me chamam muito de vó e eu fico faceira. Vó a senhora podia nos ajudar, às vezes eu olho e puxa vida eles são jovens, mas o que eu vou fazer, se eu vou dizer vai trabalhar ele vai ter uma mágoa de mim, que veia, né. E assim não, ah aquela vó lá me deu um... né. E eu creio que isso me ajuda muito a minha pessoa. Dá e não olha pra quem, porque pros nossos nós damos.

Que a coisa toda está no dinheiro, em torno do dinheiro cada qual quer mais, a parte mais grande, mais grossa pra si né, isso aí não leva a nada. Olha quando ontem, uma senhora, a esposa do seu Zeinho (Maria), o senhor a conhece, né?

(Aldenora reconstituindo a conversa) Ela perguntando pelo Adão: ele está bem? Está ótimo, graças a Deus, está maravilhoso. Pois é se precisar ter que fazer... alguma coisa, sair, eu podia ficar com seu Adão, quando precisar eu dou uma ajuda.

Em momentos de dificuldade, essas redes de amizade e vizinhança, das ruas Figueira e Raul Cauduro, formam, unificadas, uma rede de articulação política que une esses moradores na reivindicação e resolução de problemas coletivos.

Esta rede, interpreto, é fundamentada no longo tempo de convívio mútuo e na trajetória comum, dentro da Batista Flores, de inúmeras dificuldades, assim como na memória das redes de solidariedade estabelecidas para: puxar água e luz clandestinamente, mutirões para construção, pelos próprios moradores, das suas casas, colocação de postes de luz, abertura e colocação particular do esgoto, e nas inúmeras tentativas de regularização da situação dos terrenos e as seguidas frustrações que tais tentativas geraram.

Questões como o fornecimento de energia elétrica e o transporte público foram os mais cobrados por estes moradores desde a sua chegada na vila. Devido à morosidade dos órgãos públicos em suprir essas necessidades, os moradores passaram a se organizar em torno

das lideranças informais, que possuíam um maior conhecimento ainda que restrito sobre esses processos políticos.

A energia elétrica, que era primeiramente “puxada” ilegalmente de outras vilas, foi a primeira a ter caráter regular, quando, segundo os moradores, a companhia de energia descobriu que perdia muito dinheiro com a ligação irregular. A partir daí foram colocados postes na entrada da vila. Coube posteriormente aos moradores construírem privadamente outros postes, para que a energia atingisse toda a área da vila.

Quanto ao transporte público, foi realizado um abaixo-assinado organizado por uma das lideranças informais, onde moradores de diversas localidades, inclusive de bairros distantes, entre eles parentes, conhecidos e colegas de trabalho dos moradores, além dos próprios, assinaram e levaram à empresa que fazia o transporte nas áreas mais próximas da vila. Devido à quantidade de assinaturas, a empresa passou a ter uma linha de ônibus nas proximidades da vila, que atendia pessoas não só dali, mas também de localidades vizinhas.

O esgoto foi construído do mesmo modo, privadamente pelos moradores e o abastecimento de água que era feito ilegalmente, foi regularizado depois de alguns anos. Até mesmo as ruas foram abertas através do trabalho comunitário.

Dessa forma, a vila foi se modificando ao longo dos anos, devido à ação direta dos moradores e de ações junto aos poderes públicos. Essas melhorias foram conseguidas através de abaixo-assinados, ações coletivas e, algumas poucas vezes, através de instrumentos políticos formais.

A luta e a ação dos moradores pela melhoria da infra-estrutura da vila são fatos exaltados por esses moradores como um exemplo de trabalho comunitário, de companheirismo e de força de vontade da comunidade, criando um laço afetivo entre eles. Antonio afirma: “Aqui essa região foi toda criada assim. Feita tudo na base do sacrifício, como diz o outro, sempre com o chapéu na mão pedindo esmola. Mas foi uma esmola que foi lutada”.

Entretanto, existem na vila alguns moradores que não estão inseridos nessa rede. Os moradores da parte mais baixa e nova da Figueira mantêm uma relação apenas superficial com seus vizinhos, que moram na parte mais antiga desta rua. Os moradores da parte alta da Figueira e da Raul Cauduro muitas vezes afirmam ser “diferentes” e “não se misturar” com os outros moradores.

Por constituírem um pequeno grupo, cerca de quatro famílias relativamente novas, são menos ligados aos outros, pelo fato de não participarem das ações coletivas pela transformação da vila e morarem em uma área que anteriormente era ocupada por moradores

que foram removidos a contragosto e com muito conflito, a sua relação com os antigos moradores é tensa e tênue.

Eles não participam das reuniões da associação comunitária e somente alguns participam das reuniões sobre a regularização dos terrenos, assunto do qual eles evitam tratar, pois temem ter de sair de seus terrenos, e por saberem do risco que correm por morar em uma área das quais moradores anteriores foram removidos.

Também dizem não participar das reuniões porque suas opiniões não são levadas em conta pelas lideranças locais, que só querem vê-los “longe dali”, que eram “metidos”, e não os convidavam e nem os avisavam das reuniões.

Ainda, longe das redes estabelecidas entre os moradores da Figueira e Raul Cauduro estão os moradores da rua A1. Nos relatos dos moradores desta rua, caso de Wilmar e Dinarte, que é ligada à Figueira por uma pequena e precária ponte que atravessa o riacho, foi constatada a indiferença em relação à regularização dos terrenos e o medo implícito da perda deles, caso se buscassem os órgãos públicos para a tentativa de regularização e houvesse negativa.

Assim não só os moradores mais recentes da Figueira e A1, como Marisete e Wilmar, mas também moradores antigos como Dinarte, se mantêm distantes e excluídos dessa rede, ainda que de certa forma, por vontade própria.

Alguns desses vizinhos, principalmente os mais recentes, mantêm-se distante dos antigos moradores, buscam “não aparecer”, nem reivindicar mudanças e participar das atividades comunitárias, por temerem que sua situação de irregularidade seja evidenciada frente aos poderes públicos e porque normalmente são rejeitados e estigmatizados pela antiga comunidade. Marisete disse que morava na vila porque não podia ir embora para outro lugar, que até gosta dela, mas que os vizinhos não são bons. Alguns dos moradores recentes da Figueira colocaram que se a situação não melhorasse, não continuariam ali, iriam para outros locais, pois a convivência era muito difícil.

Estabelece-se então dentro da vila uma distinção entre os moradores mais antigos, que estão fazendo o pedido de regularização e moradores mais novos, que não podem se utilizar deste instrumento por morarem em terrenos que não podem ser regularizados, ou que, por temor da perda da moradia, não contataram a Defensoria Pública e não participam das reuniões da associação comunitária.

Se existe uma situação comum de irregularidade compartilhada entre os moradores, há uma diferenciação interna, ou seja, diferenças entre eles. Nesse sentido, ser morador de uma

vila irregular não implica uma caracterização homogênea. Rege entre eles um código e um princípio de construção de diferenciação em relação ao outro.

Alinha-se, assim, com Bourdieu, quando ele escreve:

Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos de outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em distinções significantes. (BOURDIEU, 1992, p.14)

Além de haver então, uma diferenciação nas representações dos moradores sobre sua condição de vida, em relação a setores médios e altos da estrutura social, estabelece-se ainda uma diferenciação entre grupos dentro de uma mesma classe e condição.

A construção do *ethos* de antigos moradores se fundamenta em vários elementos que combinam os discursos originários das instituições políticas e jurídicas, referentes a irregularidade, ocupação de áreas de risco, remoção, das impressões que as pessoas de fora da vila tem em relação aos seus habitantes, que perpassam os discursos moralizantes de seus moradores em relação aos seus vizinhos e sobretudo a trajetória comum de muitos deles de vivência das dificuldades quando da chegada na vila e das transformações por qual este espaço passou enraizadas em suas memórias.

Os antigos moradores, desta forma, enfatizam valores simbólicos e materiais que os identificam, e nesse sentido, delineiam um estilo de vida diverso do outro grupo, o qual eles estigmatizam, como será demonstrado ao longo do próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

MEMÓRIAS DO COTIDIANO E PERTENCIMENTO



Neste capítulo trata-se da história e das transformações ocorridas na Vila Batista Flores, tendo como referência os relatos e memórias do cotidiano de seus antigos moradores. Utilizo estes relatos não só com o intuito de mostrar como estes moradores reconstróem o passado tendo em vista seu presente (HALBWACHS, 1990), mas também devido a pouca referência sobre o passado desta região, visto que ela se formou muito recentemente, se tornando um bairro apenas em 1998. Nas conversas com esses moradores, geralmente suas falas misturavam aspectos de sua trajetória familiar e pessoal (VELHO, 1999), com as mudanças ocorridas na vila ao longo dos anos em que estão ali. Mesclam-se memórias relativas ao tempo do eu e o do mundo (BACHELARD, 1988, p.76).

Como afirma Maurice Halbwachs as memórias individuais estão enraizadas em quadros sociais (1990, p.14), desse modo, a lembrança dos acontecimentos e processos se dão em relação ao grupo sobre os quais estes moradores se enraízam e estão relacionadas às formas deste grupo habitar o espaço urbano.

De acordo com os relatos desses moradores, já na década de 1970, haviam alguns moradores no local hoje denominado Vila Batista Flores. No entanto eram poucas as famílias que viviam em pequenas chácaras, pois não havia qualquer infra-estrutura urbana, nem mesmo ruas abertas.

A história dos primeiros habitantes do bairro Mário Quintana, porém tem origem mais remota, na antiga Chácara da Fumaça, localidade que se agregou ao bairro quando este se tornou oficial em 1998. As origens da Chácara da Fumaça remontam à última década do séc. XIX, em 1896, quando a Companhia Territorial Porto-Alegrense, que no ano seguinte fundiu-se com a Companhia Agrícola Predial, especialista em loteamentos, adquiriu junto a Franklin Gonçalves Lopes Ferrugem uma gleba de aproximadamente 144 hectares, denominada, na época, de Capão da Fumaça. Essas terras faziam frente à Estrada do Meio, atual Avenida Protásio Alves, dividindo-se ao Norte com as terras de Elias Fernandes de Oliveira, ao leste com as terras de Felisberto Maia, atual Rua Felisberto Maia e a Oeste pelo Beco Maneca Elias, atual Avenida Manoel Elias. Havia ainda outros proprietários que não tiveram suas posses incorporadas pela empresa, estes negociaram ou legaram aos herdeiros suas porções de terra.

O desenvolvimento urbano da Chácara da Fumaça tem seu lento início na década de trinta, do século XX, com o desenvolvimento do Caminho do Meio, que passou a se chamar Avenida Protásio Alves em consequência das transformações urbanísticas da área em 1936. Essa estrada era empregada, essencialmente, para o escoamento da produção agropecuária, oriunda das bandas de Viamão e arredores.

Numa série de reformas: calçamento, implantação de meio-fios, aterros na administração do Prefeito Loureiro da Silva, em 1939, e de Antônio Brochado da Rocha, em 1944, esta foi alargada de 22 para 33 metros, a avenida ganhou importância e passou a receber progressivo tráfego. Nesta época, a Chácara da Fumaça ainda era composta por chácaras de diversos moradores, permanecendo isolada e distante do centro urbano de Porto Alegre, lembrando uma paisagem bucólica e rural (Porto Alegre, 1999).

Na década de 1960, novos moradores, trabalhadores pobres e operários da cidade, além dos que viviam nas chácaras, passam a buscar nesta área, de densa vegetação de eucaliptos, seu local de moradia. A partir dos anos 1970, há um crescente aumento da população da Chácara da Fumaça, consequência do *boom* populacional de Porto Alegre, que vinha aumentando vertiginosamente desde a década de 1950 (a população de Porto Alegre passou de 394.151 habitantes, em 1950, para 641.173, em 1960, e 885.545, em 1970), acompanhado de um grande déficit habitacional, que levou os habitantes pobres a ocuparem a periferia e áreas vazias da cidade.

Somente no final da década de 1970 iniciou o loteamento da Vila Batista Flores. Nesse período, o local ainda era uma área virgem e seus primeiros moradores relatam que vieram “morar no mato”. Naquela época, como ainda é hoje, a grande maioria da população que

habitava a região consistia em famílias de migrantes rurais, que haviam se deslocado para Porto Alegre, inserindo-se em um mercado formal ou informal de trabalho. Não conseguindo estabelecer moradia na parte mais central da cidade, seja por não encontrar imóveis baratos ou por não conseguir pagar o aluguel, muitos destes trabalhadores viram no loteamento da Vila Batista Flores a oportunidade de adquirir uma moradia própria.

Zezinho e sua esposa, Maria, alguns dos moradores mais antigos, estabelecidos desde 1978, elucidam no relato de sua trajetória familiar, as condições de vida nesse passado recente:

Z.⁷ Minha guriuzinha, hoje uma mulher, veio com cinco meses morar aqui no meio do mato. As cobras...

M. Chegou a ter várias cobras em um mesinho.

Z. Eu estava lá em Camboriú na Catarina mais ela. Tinha escrito uma carta pra um amigo do pai que morava lá na Bahia, para perguntar se meu pai era vivo ou era morto. Já tinha dez anos que eu não via o pai e a mãe. Aí eu, a carta chegou de volta, dizendo pra mim: Seu José, localizei seus pais, mas eles já estão mortos. Já são mortos. São mortos, mas tem uma herança aqui te esperando.

Ele era fazendeiro, plantava café, criava boi, muitas madeiras de lei ele tinha. Aí tocou 14 hectares de terra pra mim. Mais seis que eu tinha deu 20. Olha moço, vendi esses 20 hectares de terra que eu tinha não deu pra pagar o terreno aqui. Então eu peguei o terreno que eu tinha e dei de entrada, deu doze mil reais, cruzeiros na época. Mas aqui pouquinho dei de entrada junto. Fiquei pagando quatro anos. Então se eu não tivesse herança não tinha comprado o terreno. Era difícil na época, ainda mais um homem do meu tamanho, que ninguém queria me empregar por causa do meu tamanho, da minha altura. Mas dei de sorte, cheguei na indústria VIVIERI e me empregaram. Fiquei quinze anos lá. Não estou mais trabalhando porque estou com um problema na minha coluna, a respeito deste trabalho. Então esse problema foi muito difícil para mim aqui, muito difícil.

M. Nós morávamos no fundo da casa dos meus pais, sete anos e oito meses eu morei lá...

Z. No Cristo Redentor, um bairro muito nobre né? Aí eu vim morar no meio do mato porque era meu né. A gente conseguiu comprar. Passamos dificuldades porque não tinha água, não tinha luz, não tinha ônibus. O ônibus demorou quatro anos pra chegar no loteamento. Você conhece a 37? Eu pegava ônibus lá.

M. É, ele caminhou, caminhou dois anos e meio.

Z. Não tinha Leopoldina⁸. Tava ainda fazendo terraplanagem.

M. Caminhou dois anos e meio dois quilômetros. Dá quase dois quilômetros.

Z. A minha mulher, ela adoecia, ela e a minha filha não tinha recurso, sozinho e Deus lá na Baltazar de Oliveira Garcia.

M. Pra pegar um ônibus. Era muito difícil porque não tinha chegado aqui ainda.

⁷ Utilizo a letra Z para identificar o relato de Zezinho e M para o relato de Maria, pois conjuntamente eles elucidaram em uma entrevista sua trajetória familiar.

⁸ Loteamento localizado no Bairro Rubem Berta.

Z. Pra fazer o que eu fiz... é muito difícil ter um homem do meu tamanho fazer...



M. Muitos desistiram. Meu pai é um que desistiu. Morava no Sarandi⁹ até vir o progresso, até vir pelo menos uma linha de ônibus, que a gente fazia pedidos. Ele mesmo foi o causador do abaixo assinado na SOUL, que na época era a SOUL¹⁰, era a SOUL que atendia. Foi e eles disseram: Que se tu tiver trinta pessoas a gente manda um ônibus lá em cima. Então ele foi de casa em casa e conseguiu trinta. Já existia a Vila Safira, mas eles tinham que “fazer uma volta”. Eles iam pro Passo Dorneles, quem trabalhava na Assis Brasil tinha que pegar dois ônibus. Ele ia até a Manoel Elias saía na Protásio Alves, eles iam até ali pegava um outro pro Cristo Redentor na Assis Brasil, Passo D’areia¹¹. Ele trabalhava de viagens né. Então tinha que pegar dois ônibus. Em dia de chuva não tinha ninguém que... coitados em dias de chuva, eles ficavam até os joelhos de barro puro. No nosso loteamento nós sofremos muito. Durante quatro anos foi esse sofrimento.

Os relatos de Zezinho e Maria demonstram uma trajetória familiar que reflete as dificuldades de morar num lugar distante dos locais de trabalho, considerado “selvagem”, obrigando seus moradores a ter uma perseverança quase heróica, resultando no fato de muitos terem desistido. Naquela época os trabalhadores tinham que se deslocar para outras localidades para ir ao trabalho, já que esta parte da cidade era eminentemente residencial. A falta de atendimento por serviços básicos e de comércio tornava a vida mais difícil ainda.

Elínea, também demonstra em seu relato uma trajetória familiar parecida, fazendo referência à difícil vida na roça e, posteriormente, na Vila Batista Flores, mostrando porém um desencantamento com a vida na vila desde a sua chegada.

Faz trinta e um anos. Casei e vim morar aqui. Nasci em Sombras, Santa Catarina. Ele (marido) era de lá também, mas estava há três anos aqui, antes de eu na casa. Vim morar porque ele achava que era melhor porque a vida na roça era pior. O pai dele até tinha bastante terra, mas tinha muitos filhos, onze filhos. Então ele achou melhor vim pra cá e deixar lá pros irmãos dele trabalhar em cima. Eles estão com a estufa. Mas é levando a vida como se diz, mas é ruim... Aqui no começo, nós morávamos de aluguel, nós viemos morar ali em cima (apontando para o início da rua Raul Cauduro, próximo à Avenida) com meu pai. Ali moramos três anos com

⁹ Bairro da Zona Norte de Porto Alegre.

¹⁰ Empresa de transporte coletivo metropolitano.

¹¹ Bairro da Zona Norte de Porto Alegre.

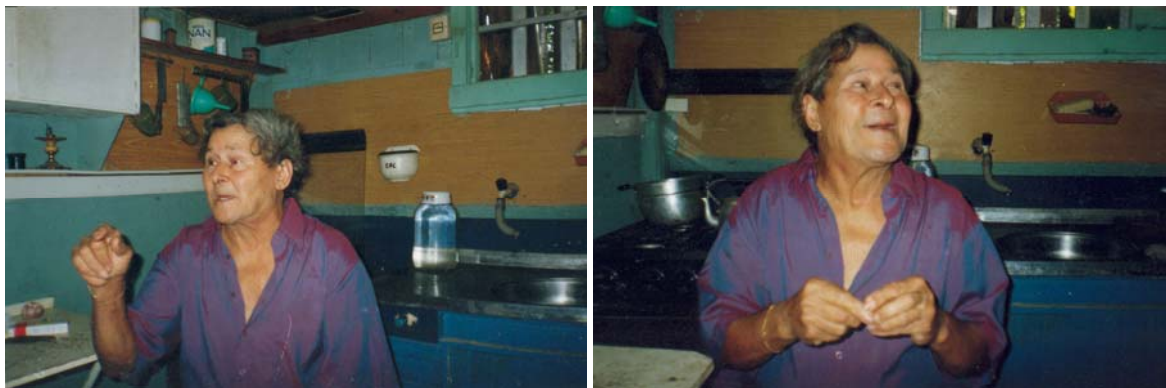
ele. Dali, ele fez um acordo com a empresa onde ele trabalhava e compramos aqui. Daí foi quando nós viemos pra cá. Quando eu cheguei aqui não tinha nem ânimo pra vir pra cá, o pátio era cheio de mato, quando eu cheguei aqui, ah, deu vontade de voltar atrás. Tudo mato, era mato né. Então esse foi o mais marcante, eu não queria vim pra cá por isso. Pior coisa é a gente querer sair e não dá.

Em relação aos primeiros moradores da região, constatei que a migração do meio rural para a cidade é constante, apresentando, na maioria das vezes, a questão da herança de terra ou a dificuldade de se manter no campo, como fatores determinantes.

As redes de parentesco também demonstram ser fundamentais no estabelecimento desses moradores na cidade, e na sua colocação em empregos. Larissa Lomnitz (1978 p.135) escreve que são diversos os bens e serviços que são objeto de intercâmbio nestas redes de reciprocidade, fundamentadas na maioria das vezes em relações de parentesco e compadrio: informação, instruções para migração, ajuda para encontrar trabalho no mercado formal e, sobretudo informal, moradia mesmo que provisória, ajuda laboral, na aprendizagem de um ofício através de contatos na cidade e de empréstimos de dinheiro, roupa e comida e outros artigos domésticos em geral.

A emigração envolve também a fragmentação, algumas vezes temporária, da unidade doméstica, nas fases em que a fragmentação é mais fácil, ou seja, pelos filhos adultos que se desligam de sua família de origem para construir uma nova família de procriação (DURHAM, 1985, p.131). Para os indivíduos jovens que desejam não só mudar de vida, mas libertar-se da influência dos parentes de origem, a emigração também se transforma em uma aventura, uma liberação pessoal.

Este é o caso de Dinarte, que nasceu no interior de Santa Catarina e na adolescência abandonou o lar para buscar melhores condições de vida, pois seus pais, trabalhadores rurais, não poderiam sustentar a ele e seus irmãos. Em suas viagens em busca de trabalho viveu nos estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo, realizando diversas atividades, chegando a ser bóia-fria. Dinarte trabalhava em uma fábrica de pregos, na cidade de São Paulo, quando foi aconselhado por um irmão mais velho a trabalhar com ele em uma clínica de Porto Alegre, vindo a morar na vila em 1979.



Morando há mais de vinte anos na Rua A1, Dinarte contou sobre quando chegou:

Quando eu comprei aqui, tudo era mato. Tinha uma casa ali, outra... Me lembro... que aqui na frente tinha esse sítio. Sítio era dum brigadiano, o Jairo. Tinha muita coisa ali, o véio plantava né... Eu conhecia ele, porque não tinha ninguém. Não tinha ninguém aqui, depois quando chegou gente, não dava pra ter sítio. Os caras roubavam tudo, iam lá, sabe como é que é...a noite e levavam tudo...tinha uns cara que dormiam sabe...dormiam abraçados nas plantas esperando amadurecer pra roubar, Ahhaaaaaa (gargalhou Dinarte)! Daí o Jair saiu, eu que tinha uns terrenos, também vendi e fiquei só com esse aqui e do lado aqui que eu alugo...

A partir do loteamento, já nos primórdios dos anos 1980, iniciou-se o processo de ocupação por diversos moradores, a transformação e urbanização da região. Tais transformações, fruto também da ação dos moradores, trouxeram benefícios para a comunidade, que até então eram inacessíveis, como o abastecimento de água, luz elétrica, ainda que primeiramente de maneira irregular, a abertura da Rua Raul Cauduro e o atendimento pelo transporte coletivo nas proximidades da vila. Segundo Aldenora e Adão nessa época:

Aldenora. Tinha luz. A água que era clandestina né? A água ainda era clandestina quando viemos pra cá.

Adão. Luz já tinha. Não assim, era meio camuflado.

Aldenora. Não, mas a gente pagava né?

Adão. Sim, pagava. Era uns postezinhos assim fino, baixo.

Aldenora. Agora a água não, a água e aí eles vieram colocar relógio. A gente pediu porque era muita falta de água. Pra reclamar tem que ter compromisso e aí a gente começou a pedir, pedir, né. O pessoal da rua começou a pedir pra nós termos né, coisa que a luz passa né, mas a água, ninguém passa sem água.

Adão. E nós tínhamos água que tínhamos puxado com mangueira

Aldenora. É, passou a ligação ali.

Adão. Um pegava do outro

Aldenora. É, não tinha, como tem muitas aí, ainda. Muitas vilas são assim. Daí que se vai desperdiçando. Eles não, a prefeitura não fiscaliza, porque sai numa vila dessas aí aonde quer tem um cano estourado jorrando na rua né e depois da onde sai? Saí do nosso bolso por causa do mal cuidado da prefeitura. E aqui mesmo né, tinha manhã que a gente levantava né, era uma...

Adão. Estourava cano.

Aldenora. Acho que lá era torrente de água muito forte. Quando tudo fechava a parte que tava mais fraca estourava.

Os relatos de dificuldade, quando da chegada na vila, também são pautados por elogios à oportunidade de adquirir a casa própria em um local que proporcionava práticas e atividades incomuns em outros locais centrais da cidade. No passado, a pequena ocupação e o tamanho dos lotes possibilitavam que esses moradores plantassem em seus pátios, suprindo a falta dos mercados nas proximidades onde poderiam ser obtidos alguns alimentos. A possibilidade de ter um jardim para trabalhar também era vista como uma vantagem da vila.

Para alguns moradores, como Dinarte e Leonor, a ocupação e a urbanização da vila impossibilitaram, ou pelos menos fizeram com que estas práticas fossem menos comuns, gerando um sentimento de nostalgia de uma época passada. Leonor disse que quando havia chegado na região plantava abóbora, tomate e outras hortaliças e que assim conseguiu criar sua filha, após ser abandonada pelo marido, tendo que trabalhar durante todo o dia. Seu Adão e Aldenora contaram que escolheram morar ali por causa do terreno grande que possibilitava plantar até árvores frutíferas.



A ocupação da Zona Nordeste de Porto Alegre intensificou-se na década de 1980, pois além da Chácara da Fumaça, loteada há anos, que ligava esta região a zona leste de Porto Alegre, novos conjuntos residências do Rubem Berta como o Jardim Leopoldina, estavam

recebendo seus moradores. É a partir da urbanização deste bairro que se deu a ligação da vila com a Zona Norte da capital gaúcha.

No fim dos anos 1980, ocorreram transformações significativas na região: através das ações dos moradores, foram regularizados o acesso à luz elétrica e ao abastecimento de água, posteriormente foram abertas as ruas A1 e a Figueira; o riacho que se localizava no fim desta rua foi canalizado e o transporte público foi melhorado.

Aldenora. Pra nossa altura, com a nossa altura. E os fatos que nós temos de importante também né, as melhorias que teve aqui né. Esses foram os mais importantes. Essa nossa rua aqui, por exemplo, era um carrerinho de carroça, não sei se o senhor já andou assim nesses bequinhos. Era assim a nossa rua. E depois com o tempo.

Adão. Cheio de valeta.

Aldenora. É, era uma lombinha aqui assim onde a água corria lá e corria aqui e aquela lombinha aqui no meio né. E aí com o tempo foi passando patola, foi largando cascalho, distribuindo, mas assim não adiantava muito, assim no nosso lado né.

Adão. A enxurrada.

Aldenora. Escoava muita coisa.

Adão. Cada vez que sair a gente tinha que pegar uma enxada.

Aldenora. Uma enxada. Agora nós temos asfalto.

A ação dos moradores para melhoria das condições de infra-estrutura é relatada em diferentes momentos, por Zezinho e Antônio, onde também são exaltados seus trabalhos como lideranças da vila:

Z¹². Daí os ônibus como eu estava dizendo, cansei de toda essa caminhada de madrugada de pegar ônibus lá. Aí um dia eu pensei, sabe de uma coisa, vou lá na SORLAN¹³ pedir um ônibus lá na Alvorada¹⁴. Eu fui lá conversei com um rapaz lá: isso aí não é comigo, é com o secretário dos transportes. Daí cheguei e com eles e disse, aí ele disse; vem cá quantas pessoas descem. Olha, só no horário das cinco horas desce umas trinta pessoas, mas tem cerca de setenta que trabalha muita gente nessas fábricas então desce mais de cinquenta pessoas. Então ele me deu um formulário. Se der a mesma lotação de um ônibus, então nós botamos um ônibus lá pra vocês de hora em hora, na hora do pique. Ta muito bem! Eu tinha os formulários. Eu levei pra empresa, todo mundo assinou pra mim. Arrumei trezentos e cinquenta assinantes. Ah moço, quem morava aqui assinou, quem morava em outros lugares... Tinha porteiro, tinha o Fischer, a antiga fabrica Fischer. Tinha uns quantos. Muita gente morou aqui. Morou e ainda mora

É hoje existe, atualmente, 14 linhas de ônibus pra toda a Porto Alegre. O que era pra nós antes agora hoje é um paraíso aqui hoje. Hoje nós moramos dentro da cidade

Dessa época pra cá levou vinte anos pra fica bom

¹² Aqui também utilizo a letra “Z” para a fala de Zezinho, “M” para Maria e destaco minha fala com “R” neste diálogo.

¹³ Empresa de transporte coletivo metropolitano.

¹⁴ Município da Região Metropolitana de Porto Alegre, que faz divisa com a Vila Batista Flores.

M. Mais de vinte nego, de 79 pra cá. Mais de vinte.

R. E a questão da água das ruas?

M. Ele encaminhou tudo também

Z. Tudo, encaminhei tudo.

M. Ele que encaminhou. Fez os abaixo-assinado pro DMAE, pra CEEE. A CEEE foi em quinze dias nós tivemos, foi mais fácil. O DMAE demorou uns dois anos

R. Então não tinha luz também.

Z. Não tinha luz nem água. Aí pegava emprestado de outra vila. Aí era por exemplo, emprestava pra nós e aí chegou um vizinho com criança pequena pedia pra gente. Quando tomava banho um tinha que dizer: ó, vou tomar banho, ou outro. Quase nem podia se botar um chuveiro, era muito ruim, porque caía muito a luz, porque era muita luz. Até que a CEE, em 15 dias a CEE viu. Aí botou aquele poste lá em cima, aí começou cada um... Ele não pertence ao nosso loteamento, mas ela se estende todinha até lá embaixo, até na ponte. Aí foi quando a CEE viu que era vantagem botar né, mas o DMAE custou mais. A gente ficou muitos anos com água emprestada. Água emprestada dos outros

M. Dos outros. Pagava o que os outros quisessem que a gente pagasse. Uma vez descobrimos que a água era clandestina da própria pessoa que nos cedia, era clandestina do DMAE. Daí sim, o DMAE se mexeu pra botar pra gente, eles estavam tomando prejuízo, mas não... Nós não tínhamos infra-estrutura.

Antonio:

Quando eu cheguei aqui não tinha farmácia, tinha só uma madeireira e um armazenzinho. Aqui nessa região, quando eu conheci essa região era tudo chão batido. Toda essa região aqui que tu pegava a Protásio Alves, da Manoel Elias pra cá era Ari Tarragô, Manoel Elias, Martim Félix Berta, tudo era chão batido, quando foi feito esse loteamento era chão batido em 1978, mas o ministro do... Ministro no governo federal de obras foi Adil Severo, Transportes como chamam. Ele visitava nós no Jardim Ingá, eu morava no Passo das Pedras¹⁵. Eu já tinha aqui (Vila Batista Flores), mas morava lá (Passo das Pedras). Eu era vice-presidente do Passo das Pedras (Associação dos Moradores). Nós pegamos no sábado com ele, eu tinha um cunhado no Passo da Pedras e ele vinha. Nós pegamos oito carros, botamos três carros na frente e quatro atrás e largamos ele no meio e nós subimos a Tarragô. Subimos a Tarragô fazendo poeira no carro dele, descendo a Manoel Elias e subimos a Martim Félix Berta. E fizemos a Protásio até o Passo Dorneles. Foi quando nós conseguimos o fundo perdido. Da Baltazar de Oliveira até a divisa da Alvorada que era uma mãozinha só. Entremos na Mario Prata na 40 e saímos na Garoupa fazendo poeira. Veio a verba a fundo perdido, o prefeito, foi o João Dib¹⁶ que fez, aquele não foi dinheiro que a prefeitura fez, o Estado não pagou, foi de fundo perdido. Isso aí nós fizemos de 20 pessoas, as lideranças de associação com o ministro. Ele prometeu pra nós e cumpriu. Aí tudo tem calçamento, porque quando eu cheguei tava tudo calçado, mas só tinha uma linha de ônibus que era o Passo Dorneles que saía de lá ia pro Célio Pintinha ou o Martim Berta que saía daqui, da rótula e ia por aqui.

¹⁵ O Jardim Ingá, as vilas Passo das Pedras e Passo das Pedras II, formam o bairro Passo das Pedras, que está atualmente em processo de oficialização na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, este bairro se localiza entre a zona Norte e Nordeste de Porto Alegre.

¹⁶ Prefeito do Município de Porto Alegre, nomeado pelo Governador Jair Soares, exercendo mandato de abril de 1983 a 1º de Janeiro de 1986.

No relato, esses moradores narram acontecimentos fantásticos onde também é destacada a inversão dos poderes, ou seja, a utilização de táticas cotidianas (CERTEAU, 1994), “maneiras de fazer” que formam a contrapartida dos “fracos”, dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. Tais táticas estão aqui representadas pela reunião de muitas assinaturas de diversos moradores ou não da região e no evento da visita do ministro dos transportes, que teria sido envolvido em uma nuvem de poeira, que o levou a aprovar a fundo perdido a pavimentação das avenidas da região.

Essas “maneiras de fazer” dos “fracos” devem tirar partido de forças que lhe são estranhas, sendo: pequenos sucessos e artes de dar golpes, “operações multiformes e fragmentárias, relativas a ocasiões e detalhes insinuados e escondidos nos aparelhos dos quais elas são modos de usar” (CERTEAU, 1994, p.42).

Apesar desta forma elementar de força política frente ao Estado, expressões de luta pela cidadania, os moradores têm um conhecimento limitado sobre as práticas políticas mais formais do Estado e do tecnicismo do mesmo no tratamento destas questões. Alimentam, assim, uma dependência em relação às lideranças locais, aos técnicos e principalmente ao Estado, visto como único capaz de garantir os meios de solução de suas demandas.

Tal fato acaba por criar um desequilíbrio de poder entre o Estado e os moradores, provocando uma dependência destes últimos dos especialistas, ainda que esta dependência não seja aceita, mas questionada como se demonstra na ação dos próprios moradores para a melhoria das condições da vila. A questão da irregularidade se encaixa dentro destas questões das quais os moradores não possuem o conhecimento técnico necessário, dependendo quase que totalmente do poder público.

Nos relatos dos moradores, sobre o cotidiano e trajetórias familiares e individuais, constatei não somente as dificuldades enfrentadas desde a chegada na vila, quando não havia nenhuma infra-estrutura urbana, mas também os problemas que a irregularidade fundiária trouxe para suas vidas, tendo em vista as constantes tentativas de despejo realizadas pelos proprietários da área onde se localiza a vila.

No final da década de 1980, quando a vila passava por um profundo processo de urbanização, os moradores descobriram, através dos herdeiros da área, que o loteamento havia sido realizado irregularmente e que deveriam pagar pelos terrenos ou seriam despejados. Nos depoimentos de diversos antigos moradores apreendi a dramaticidade deste acontecimento.

O cotidiano desses moradores estava e para alguns ainda está constantemente perpassado pela questão da irregularidade e pelo medo da perda de seus terrenos e de suas casas para os proprietários da área e pela ação reguladora do Estado.

Dona Leonor contou como os proprietários destruíram a plantação e o jardim que cultivava em um terreno baldio, localizado ao lado de sua casa, enquanto diziam que aqueles terrenos eram deles e que, futuramente, tomariam inclusive a sua casa se não fosse paga. Ela relatou ainda que viu alguns de seus vizinhos serem despejados, pois não tinham dinheiro para pagar os proprietários.

Seu Antônio relatou que, após vir morar na vila, os proprietários entraram com uma ação de reintegração de posse e ele foi obrigado a negociar um novo pagamento do terreno.

Aí foi quando eu comprei isso aqui, eu comprei, quando chegou em 1993, aí os herdeiros entraram na justiça, reintegração de posse. Aí em 1993, eu não me lembro se em junho ou julho, no meio do ano, de dez ações de reintegração os herdeiros ganhavam 3 e perdiam 7. Aí eu fui procurar os herdeiros, pra negociar.

Dona Elínea, disse que ainda hoje os proprietários faziam ameaças: “Eles moram aqui pertinho. De vez em quando dão um sustinho na gente: Vocês vão ter que sair daqui, vocês vão ser despejados”.

Seu José, o “Zezinho” também relatou sobre as ameaças dos proprietários:

Diziam que iam nos tirar, que nós tínhamos que pagar de novo, que não iam indenizar porque nós já tínhamos casa, porque para nós é uma casa de gente pobre, vamos dizer pobre agora a gente melhorou um pouco. Então eles ameaçavam, tanto valor para uma casa, tanto valor para outra. Quanto melhor a casa maior o valor eles pediam pelo terreno.

Defino essa experiência de vulnerabilidade, que institui a cultura do medo pela ameaça e tensão da imprevisibilidade do cotidiano, dilacera o projeto e o sonho dos moradores de estabilidade da casa própria, como uma forma de “violência simbólica”; pois ficam sujeitos a perder seus terrenos e moradias, dependendo do trabalho jurídico e da ação do Estado, da qual possuem pouco conhecimento ou controle, estando, dessa forma, sujeitos a ele. Pierre Bourdieu destaca no capítulo “A Força do Direito” que aqueles que não possuem uma competência jurídica, competência esta específica de profissionais da luta jurídica, “estão condenados a suportar a força da forma, quer dizer, a violência simbólica que conseguem exercer aqueles que sabem pôr o direito do seu lado” (BOURDIEU, 2001, p.250).

A partir desse acontecimento limite, um “evento mobilizador” (SANTOS, 1981), os moradores se organizaram em uma rede de vizinhança, a fim de buscar uma solução jurídica para a situação. Quando tomaram conhecimento da situação de irregularidade fundiária, devido às ações de reintegração de posse promovidas pelos proprietários, foi feita uma série

de ações para a busca da solução deste problema. Os moradores buscaram a contratação de um advogado particular, no intuito de no mínimo manter suas moradias.

Segundo Florinda foi através de Zezinho que se deu o contato com o advogado, que cuidaria da questão dos moradores:

Florinda. Nós vínhamos esperando com o doutor (advogado contratado pelos moradores) disse que era pra esperar, pra esperar que ele ia arrumar. E a gente tava aí na expectativa de um dia aparecer esse meio de legalizar.

Roberto. E como a senhora o conheceu?

Ah eu conheci aqui no Zezinho, era o chefe do pessoal ai. Aí ele advertiu, avisou aí fomos lá, até fomos lá no escritório dele (advogado). Falamos com ele, levamos a papelama pra ele, os recibos de compra.

Mas agora está uma situação boa, acho que a gente vai legalizar não é? Ficar de dono todos vão não é? A vila é boa, não tem nada que incomode a gente.

Aí vai trazer um ambiente bom não é. Cada um tendo o seu terreno, a sua posse assim é melhor ficar todo mundo contente com que tiver. Dá mais firmeza pro pessoal fazer casa, fazer... arrumar, deixar o pátio mais bonito, porque quando não é da gente a coisa fica mais frouxa.

Muitos conseguiram manter sua moradia, à medida que a maioria das ações na justiça dava ganho aos moradores, mas alguns também receberam ordens de despejo. Na questão da regularização, porém, não foram obtidos resultados concretos. Segundo Maria, esposa de Zezinho:

Um dos ministros que assinaram como ganho de causa foi o Waldeck Ornelas e depois teve mais dois ministros e depois foi pro Supremo Tribunal Federal. Foi para todas estâncias e depois foi para o Supremo Tribunal. Aí foi quando ele teve ganho, mas aí o doutor (advogado dos moradores) explicou pra ele (Zezinho) que teve que ser feito só no nome dele porque não poderia sair em nome dos 60 moradores da terra. Inclusive os herdeiros nos ameaçaram durante esses vinte anos, bastante ameaçados a gente foi. Mas a gente comprou uma coisa sem saber que era uma coisa irregular. A gente só descobriu que era um loteamento irregular em 1988, porque aí veio um outro advogado da parte deles, veio nos pedir pra nós fazermos um acordo, pra nós pagarmos pros herdeiros. Mas eles também não possuíam o terreno, um papel de posse. O pai já era morto e a mãe também já era morta essa época e tinha que ter uma escritura no caso. Em 1988 começou a pendenga mesmo, aí foi quando o nosso doutor, nunca nós abandonamos ele, nunca abandonamos, nunca retiraram nossa residência. Eles tomaram duas. Eles conseguiram tomar duas, e os outros fizeram acordo pra pagar, e nós aqui nós nunca largamos né. Nós chegamos a largar um dinheiro, mas pra urbanização. Pra ter esgoto, água, luz. A gente não tinha nada, era tudo emprestado da outra vila.

Com a vitória da coalização de partidos de esquerda, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), denominada Frente Popular, em 1988, em um contexto de abertura política, instituída pela promulgação da constituição democrática no mesmo ano, instituiu-se

no município de Porto Alegre um instrumento de participação popular¹⁷, na elaboração dos investimentos realizados pelo governo municipal que ficaria conhecido como Orçamento Participativo (OP).

Apesar da existência de um programa voltado à regularização fundiária, promovido pela prefeitura municipal, na administração do prefeito Olívio Dutra (1988-1992) através do Orçamento Participativo, não haviam recursos para atender a essa demanda. Como demonstram Navarro (2002) e Kunrath Silva (2002), no primeiro mandato da Frente Popular, na Prefeitura de Porto Alegre, a falta de recursos para investimentos e as divergências internas do governo fizeram com que poucas das obras reivindicadas pela sociedade civil fossem realizadas pela administração pública, ocasionando o esvaziamento e o descontentamento das organizações civis em relação a este instrumento. É a partir da reestruturação financeira da prefeitura, iniciada pela reforma tributária, possibilitando a criação de novos impostos pelos municípios e aumentando as transferências para estes, que o Orçamento Participativo passa a funcionar efetivamente.

Através do Orçamento Participativo (OP), no qual a regularização fundiária poderia ser uma das prioridades designadas pelos cidadãos, os moradores da Vila Batista Flores fizeram o requerimento em 1994, na administração municipal de Tarso Genro (1992-1996), junto ao Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), mas nenhum resultado foi obtido nos doze anos seguintes. Sem nenhuma resposta apresentada, os moradores passaram a requerer somente melhorias para a infra-estrutura da vila, através do OP, buscando outros meios para conseguir a regularização de seus terrenos. Segundo o relato de Antônio em janeiro de 2005:

A. Nós estamos desde 1994 no DEMHAB para a legalização. Legalização do loteamento, do loteamento. A parte (...) da prefeitura. A ultima vez que eu tive lá, não tava despachado, e não tava no plano diretor ainda. Outro projeto nas plantas deles, voltou pro DEMHAB agora faz noventa dias que eu não voltei mais lá, eu não sei.... Mas não passou no Plano Diretor porque eu ainda tive reunião na segunda-feira de noite e só dois da região, a quadra cento e cinquenta e oito e a cento e sessenta e dois da Chácara da Fumaça que estava sendo liberada pelo Plano Diretor, que o loteamento pra estar despachado ele tem que estar no Plano Diretor, pra depois ter sanção do prefeito e ir pro registro de imóveis. Então não está despachado, não chegou no plano diretor, mas quando chegar nos vamos ficar sabendo do processo.

Roberto. Como é que vocês foram buscar a regularização?

Orçamento. No orçamento que nós fizemos que nós pedimos quatro vezes no orçamento participativo pra Urbanização da Batista Flores e no ano de 1999, 2000, foi quinhentos e seis mil pra, urbanização total da Batista Flores que é pra ser licitado em outubro, o restante, e junto foi pedido a regularização da vila com os

¹⁷ Para visualizar o histórico da formação e desenvolvimento do Orçamento Participativo ver FEDOZZI, Luciano, 1998, *Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*.

usucapião. A parte da Raul Cauduro pra lá (área que começa na Raul Cauduro até a divisa com o bairro Rubem Berta, ao norte da Vila Batista Flores), como é uma área de loteamento que não tem mais dono, que era da Ponta Porã que quebrou e o dono morreu e não tem mais herdeiro, o DEMHAB já entrou, fez levantamento para entrar na justiça pedindo, e nós aqui, nessa área como tinha negociação com os herdeiros eles deixaram pra fazer depois. Quando agora em janeiro, por intermédio do doutor Luis, que veio aqui em casa, quis fazer pelo intermédio do Ministério Público, Defensoria Pública. Eles estão fazendo essa parte. Aí eu avisei o DEMHAB que essa parte a Defensoria faria. Mas, eu pedi pra continuar despachando o loteamento, o processo pra despachar o loteamento continua no DEMHAB.

R. E depois que o senhor soube pelo Seu Luis aí começaram a falar para as pessoas?

Eu entreguei os papel pra várias pessoas, e ainda é difícil passar uma semana que não venha um me perguntar e eu mando, aí eu pego e digo ó, dou o endereço pra ir lá no escritório.

Então foi assim, primeiro através do orçamento, acabou não saindo até... até agora. Depois surgiu essa oportunidade. E aí nós começemos a fazer pela Defensoria pública.

O Orçamento Participativo, instrumento considerado como o mais democrático no que diz respeito à gestão pública, pois permite aos cidadãos delimitar as prioridades a serem implementadas pelo poder público, apesar de promover melhorias na infra-estrutura da vila, através da participação dos moradores, não conseguiu suprir a principal demanda dos mesmos – a regularização fundiária – caindo, assim, em descrédito.

Esse episódio também abalou a confiança de alguns moradores em relação ao seu Antônio, visto que ele liderava as ações dos moradores dentro do Orçamento Participativo e, segundo ele, esvaziou a participação dos habitantes da vila nas reuniões do mesmo. Por outro lado, o prestígio de Zezinho dentro da comunidade aumentou, pois ele conseguiu, através da Defensoria Pública Estadual, chefiada pelo advogado que havia sido contratado por ele para defender a causa dos moradores, a promessa de regularização da área.

Foi então que o programa de regularização fundiária, promovido pela Defensoria Pública Estadual, representada pelo advogado Luiz Alfredo Schutz (Defensor Público Geral do Estado na época), que defendia a causa dos moradores frente aos proprietários há quase vinte anos, passou a ser uma alternativa no ano de 2003. Através da Defensoria Pública, os moradores passaram a fazer pedidos individuais de regularização, pelo instrumento de usucapião urbana (visto que este instrumento não existia naquela época), mesmo com o processo de regularização, através Departamento Municipal de Habitação, requerido através do Orçamento Participativo, ainda em andamento.

O processo de regularização fundiária envolve não só o poder judiciário ou a Prefeitura Municipal, mas ambos, o que o torna lento e muitas vezes complexo, devido à falta de integração entre essas instituições.

A Defensoria Pública diz não poder resolver este problema, pois realiza somente a parte dos processos jurídicos, cabendo ao poder público municipal o respaldo ou não para a regularização, assim como da identificação de possíveis áreas que não possam ser regularizadas, como: áreas de risco, áreas verdes, etc. A regularização dos lotes ocupados pelos antigos moradores, de propriedade particular, poderiam ser regularizados pela Defensoria Pública, mas as áreas ocupadas pelos moradores recentes, como o leito da rua Figueira e as margens do riacho, não estavam na sua competência.

Ao longo da pesquisa em 2005, alguns moradores como Elemar e Antônio, entre outros, tiveram seus terrenos regularizados, participando de uma cerimônia na Defensoria Pública Estadual, onde alguns receberam seus títulos de posse das mãos do então governador do Estado, Germano Rigotto.

Porém, para os moradores que não podem regularizar seus terrenos, a única alternativa é continuar lutando pela permanência, esperando o momento em que os poderes públicos possam estabelecer qual a sua situação, até lá morarão em seus terrenos, vivendo sob a tensão de não ter garantias de permanência no local.

4.1. Morar na Batista Flores: Pertencimento e Territorialidade

Apesar da constante tensão, dos riscos de despejo, alguns até concretizados, e do conflito com os proprietários, verdadeiras experiências de violência simbólica (BOURDIEU, 2001), e muitas vezes real, os moradores sempre reivindicaram a permanência no local. A maioria deles não gostaria de sair do local em nenhuma hipótese e apenas alguns relataram que sairiam se fosse para um local melhor, reclamando de seu mau relacionamento com os vizinhos. Mesmo aqueles que têm a possibilidade de morar em outras áreas da cidade, mais próximas do centro ou em locais juridicamente regulares, adquiridos privadamente, também visam à permanência.

O tempo de moradia, as relações estabelecidas entre os moradores vizinhos em anos de vivência, os fatos, as dificuldades enfrentadas e as lutas junto aos poderes públicos para a melhoria da sua situação, enraizados na memória dos moradores, foram colocados como os principais motivos para a vontade de permanecer na vila.

Essa idéia de pertencimento à vila se expressa no tempo de moradia na área (muitos moradores, há mais de vinte anos) e na memória das dificuldades enfrentadas desde a chegada na vila, quando não havia água, luz, etc.

A memória se pauta também na luta dos moradores para a melhoria dessas condições, como das redes estabelecidas para puxar água e luz clandestinamente; na construção, pelos próprios moradores, das suas casas; na colocação de postes de luz; na construção particular do esgoto; na tentativa de regularização da situação dos terrenos e as seguidas frustrações que estas tentativas geraram.

A aquisição da casa própria representa também uma vitória pessoal desses trabalhadores, que vieram do campo para a cidade para mudar de vida. A moradia provisória, na casa de parentes ou amigos, até o arranjo de um emprego que permitisse a constituição de um lar para a família, são fatos destacados em suas trajetórias para delimitar seu pertencimento à vila. As dificuldades enfrentadas para a constituição deste lar são relatadas como exemplos desta vitória. Segundo Ivo e sua esposa Deuci:

I. Aqui é bem... Deus o livre, eu não saio daqui por nada desse mundo. Eu já sai uma vez. Nós ficamos cinco anos... cinco anos né?

D. É. Cinco anos nós moramos em Gravataí porque...

I. Sabe o que eu fazia? Com medo de perder a propriedade, eu comprava terreno e ia pagando, ia pagando...

D. Ele comprou vários terrenos

I. Eu comprei vários terrenos

D. A gente tinha medo de perder

I. Comprei vários terrenos em um período curto. Comprei um terreno pra, de modo que se eu perder eu tenho onde morar. Ai quando eu ganhei a questão (ação para permanecer no terreno contra os herdeiros que haviam feito o pedido de reintegração de posse) eu vendi as outras propriedades porque não podia ter outras propriedades pra fazer usucapião aqui. Aí eu não podia fazer né, ter outra propriedade. Daí eu peguei e vendi tudo pra ficar tranquilo.

D. Aí vendemos tudo. Apesar, que todos os terrenos que a gente tinha não era em Porto Alegre, não pode ser uma propriedade dentro de Porto Alegre, não é? Era em outro município.

I. A gente queria ficar no nosso cantinho. A gente lutou, batalhou. Eu sei o que vale cada tijolo porque fui eu que ajudei a carregar pra dentro areia, tijolo. Dormir em cima de saco de cimento.

A vila em si é também vista como um local privilegiado, por ser um lugar mais tranquilo que as áreas centrais da cidade, possibilitando práticas tradicionais interioranas e rurais, visto que a maioria dos moradores veio do interior do estado do Rio Grande do Sul ou de outros estados do Brasil.

A possibilidade de ter espaço em seus terrenos, que permita o cultivo de hortas e jardins e a relativa tranqüilidade da vila, são colocadas como algumas das principais vantagens de se morar nela.

Sionézio disse que cada vez que chegava à vila tinha a sensação de estar no interior, pois ela “era calma, tranqüila”. Adão e sua esposa Aldenora relataram que escolheram a vila devido à possibilidade de ter um pátio para plantar e ter um jardim, práticas essenciais para manter uma boa qualidade de vida:

Adão. Eu não troco aqui por um apartamento no centro. Prefiro ficar aqui. Porque aqui é mais sossegado, sai ai. Eu, por exemplo, gosto de ficar lidando com uma coisa e outra, na horta é... fora de casa, com o cachorro, com uma coisa e outra. E no centro tu não tem nada pra fazer, a não ser que tenha serviço fora, mas em casa é diferente. Tanto é que antes de ficar doente eu cuidava de uns senhores de idade, os caras se aposentam não é, e não fazem nada e ficam doente também. Toda a pessoa que se aposenta e fica quieta em casa, acostumada a trabalhar, em seguida fica doente. Não sei por que, e não vai muito tempo, que já passou de véinho por aqui foi uma coisa séria. Dois, três quatro as vezes tinham, ia na casa do outro dar banho, lava, dar remédio, levanta da cama. A gente indagava por que estava havendo, por que estava? Isso é coisa de parar de trabalhar não é? Tem que ter atividade, pára as atividades a pessoa se entrega.

Elínea, moradora que gostaria de sair da vila para morar em um lugar melhor, devido ao mau relacionamento com os vizinhos, como demonstrei, destaca como vantagem da sua casa, a possibilidade de ter um pátio onde pode cultivar, enquanto está sozinha em casa.

Antônio destaca a sua a sua adaptação ao espaço da vila e seus moradores, fazendo referência inclusive às condições climáticas do seu novo local de moradia.

Na minha vida, desde que eu cheguei aqui eu me adaptei bem aqui. Eu me adaptei bem aqui. Pra mim morar eu achei melhor do que onde eu morava. Lá era um lugar muito quente. Aqui é mais alto, no verão é mais fresco, tem mais vento. Eu sei... que eu sempre me aclimatei em qualquer lugar que eu vou, não tenho problema de aclimação e quanto a população eu sempre me dei bem lá e me dou bem aqui. Porque não... até hoje eu sou vice-presidente da associação de lá, frequento as reuniões de lá, eles me convidam, eu participo.

Essa visão bucólica da vila aparece em contradição com a idéia que a sua modernização e urbanização, como os moradores dizem: sua “ligação com a cidade”, seja um objetivo a ser conquistado e desfrutado, representando o reconhecimento da sua cidadania e da propriedade sobre os terrenos.

Zezinho e Maria relataram suas impressões sobre as mudanças ocorridas na vila:

M. Aqui mudou demais. Olha visto o que era aqui virou uma cidade

Z. Bah, a gente cresceu bastante. Ah nós não tínhamos associação de bairro, nós não tínhamos postinhos. Não tinha nada. Nós tínhamos mercado, mas só um armazenzinho assim. Hoje nós temos um grande supermercado, temos padaria, várias padarias. Olha o que poderia melhorar aqui na vila....olha rapaz, eu nem sei lhe dizer o que pode melhorar aqui na vila. Porque agora o que a gente pode pedir aqui é um banco, mas não está na hora ainda, a vila ainda está fraca pra botar um banco. Mas o resto está bom. Pra nós... Precisava mesmo é transporte, mas já tem. A rua está quase toda asfaltada. Então o que eu digo pra você eu vou dizer alguma coisa pra ti, eu nem sei o que precisa mais que isso.

Essa perspectiva se assemelha às idéias de “dinâmicas sócio-espaciais”, pontuadas por Marluci Menezes (2000), como presentes na construção de “identidades sócio-locais” por parte de moradores de bairros de Lisboa, em processo de remodelação. Ela destaca uma dinâmica interna (local) que se refere: “[...] à lógica de produção e reprodução das dinâmicas sócio-locais e à especificidade e peculiaridade das ações/práticas simbólicas de uso, apropriação e arranjo do espaço”(MENEZES, 2000 p.165). E uma:

[...] dinâmica que remete para questões mais externas (globais). Neste sentido observa-se que os habitantes destes bairros se projetam numa sociedade global e de consumo, investindo (na medida do possível) na promoção de seu estatuto sócio-econômico, na melhoria das suas condições habitacionais e numa maior mobilidade sócio-espacial – nas suas referências simbólicas e cognitivas são introduzidas as idéias de conforto, modernidade, facilidade de deslocamento, etc.

Dessa forma, como dinâmica interna (local) os moradores esperam que a vila continue sendo um lugar tranqüilo e que possibilite práticas interioranas e rurais. Ao mesmo tempo, tendo em vista uma dinâmica externa (global), os moradores buscam a melhoria da infraestrutura urbana da vila, a sua modernização e principalmente a sua ligação com o resto da cidade através do transporte público e dos meios de comunicação de massa. Assim como mais adiante afirma Menezes (2000, p.166):

[...] os habitantes mais antigos para além de aspirarem valores mais globalizantes e de classe média, também se apóiam nas suas memórias, tradições rituais e no arranjo do seu território para explicar seus locais de vivência e afirmarem a sua pertença territorial.

O desejo de modernização da vila e sua “ligação com a cidade” são também influenciados pelas idéias exteriores (das pessoas que moram em outros bairros) sobre a vila, visto que alguns moradores disseram que tinham problemas para trazer amigos, patrões e às vezes até parentes para visitá-los, porque estes achavam a vila muito feia e perigosa. A maioria desses moradores, porém, diz que essa recusa das pessoas em conhecer e ir à vila se

dá por causa dos novos vizinhos que, para eles, são: “mais pobres”, “têm casas feias e mal cuidadas”, “pessoas removidas de outras vilas”, “sujas”, “perigosas”, “preguiçosas” e que “não prestam”, para citar alguns dos adjetivos depreciativos levantados pelos moradores.

A modernização, estruturação e ligação da vila com o resto da cidade representariam para esses moradores a sua inserção na “cidade legal”, passando da condição de moradores irregulares, perdidos na periferia da capital dos gaúchos, para habitantes inseridos na sua malha urbana e reconhecidos como cidadãos.

4.2. Estilo de Vida e Status

O processo de urbanização da localidade, como já referi, caracteriza-se pela predominância da migração de famílias de origem interiorana e rural, vindos para Porto Alegre para trabalhar e “mudar de vida”. O estabelecimento na cidade se dá através de redes de solidariedade e de trocas de serviço, que possibilitam a estabilização dessas famílias na metrópole, através da aquisição de emprego, seja no setor formal ou informal e de residência própria, depois de uma série residências temporárias dentro da cidade e suas imediações.

A constituição de uma unidade doméstica que abrigue a família constituída na cidade, uma família elementar, constituída por casal e filhos, ainda que alguns parentes vivam normalmente na vizinhança e algumas vezes em cômodos ou outras casas dentro do mesmo terreno, delimitam a estabilização dessas famílias.

Nessas famílias a separação dos papéis conjugais diz respeito às atividades domésticas e algumas vezes também à atividade remunerada, sendo esta algumas vezes apenas desempenhada pelo homem, responsável pelo sustento da família e da casa. Nesses casos são os trabalhadores masculinos em vida útil que têm acesso, ou tiveram e se aposentaram, ao mercado de trabalho, permanecendo as mulheres restritas à esfera doméstica, cabendo-lhes o cuidado dos filhos e do marido. Este é o caso das famílias de Zezinho, Antônio e Sionézio, o primeiro operário, o segundo marceneiro aposentado e o terceiro motoboy, que mantêm o lar através do trabalho assalariado e suas esposas, através do trabalho doméstico.

Nos momentos de dificuldade financeira e instabilidade quanto à permanência na residência própria, a busca de trabalho extradoméstico por parte da mulher também é uma alternativa. Maria, esposa de Zezinho, relatou ter buscado uma atividade remunerada para

ajudar com os gastos, na época da construção da sua moradia, e o pagamento do processo jurídico de permanência, requerido através do advogado contratado pelos moradores.

Uma época eu tive que trabalhar também, ele trabalhava. Nós trabalhávamos, nós dois. Aí nós tivemos que deixar a guria (filha) com a minha mãe. Minha mãe saiu daqui quando tinha pendenga (enquanto os herdeiros estavam reivindicando a reintegração de posse). Depois quando nós ganhamos a causa, a minha mãe voltou. Dois anos depois a minha mãe voltou pra cá, pra terrinha dela também. Minha mãe mora aqui ao lado. Mas a gente não né, a gente não, bah, nunca desistimos da luta e conseguimos ganhar essa peleia, mas não sem muita luta, eu tive que trabalhar por muito tempo.

Entretanto na maioria das famílias o trabalho “fora” das mulheres é comum e se dá no sentido de complementar uma renda que possibilite a mínima sustentação da família, ao mesmo tempo em que mantêm o trabalho doméstico. Muitas vezes recorre-se a alguma parente ou filha, com idade compatível, para ajudar no trabalho doméstico e na criação dos filhos. Nas demais famílias, tanto marido e esposa trabalham ou são aposentados mantendo a família através de suas rendas. As atividades femininas “fora de casa” estão restritas ao setor terciário, sendo atendentes de lojas, auxiliares de enfermagem, cozinheiras e auxiliares de cozinha ou serviços autônomos como costureiras e domésticas.

As trabalhadoras que conseguiram estabilidade no mercado de trabalho vivem hoje de sua aposentadoria e, muitas vezes, mantêm outra atividade para complementar sua renda, como é o caso de Leonor, que sustentou suas filhas, sozinha, sem a ajuda do companheiro que a abandonou quando sua filha nasceu. Leonor não se casou mais e criou suas filhas combinando o trabalho doméstico com o trabalho “fora” e agora aposentada ajuda no sustento da neta, juntamente uma das filhas que vive com ela, mantendo a atividade de costureira autônoma.

Na esfera do trabalho, tanto os homens quanto as mulheres transitam nos espaços da rua e da casa, mas a segregação dos papéis se mantém no espaço doméstico, onde cabe à mulher o trabalho de administração da casa e o cuidado dos filhos; e ao homem, as tarefas de alto esforço físico como construção e reforma da casa, conserto de algum aparelho eletrônico ou instrumento de trabalho, por exemplo.

Durante algumas festas familiares e reuniões de vizinhos, o ato de cozinhar, representado pela preparação do churrasco, é uma atividade eminentemente masculina, cabendo muitas vezes às mulheres da família a preparação dos complementos e a preparação das acomodações para os convidados.

As práticas recreativas fora do trabalho são dedicadas, às vezes, a um lazer restrito à esfera doméstica. Nesse caso os moradores referem-se à “escutar o rádio, um jogo de futebol” e “olhar televisão”; outras, a um lazer coletivo e no espaço público, como a prática de tomar mate com a família e vizinhos. Grande parte das atividades de lazer, que implica a coletividade, está restrita ao universo masculino como os jogos de futebol, a ida freqüente aos bares e as conversas nas ruas.

As oportunidades de socialização para as mulheres são preferencialmente domésticas, onde destaco a visita à vizinha para uma conversa, acompanhada de alguma parenta ou sozinha. A ida à igreja e a atividade religiosa também são realizadas individualmente ou com a família. As atividades junto à família, como algum evento ou festas entre vizinhos e parentes, viagens ou idas para os sítios, também são momentos de lazer.

Estas divisões quanto à sociabilidade de homens e mulheres não se refletem da mesma forma para as crianças e jovens, vi muitas vezes meninos e meninas brincando nas ruas e, no caso dos jovens, a sociabilidade nas ruas e encontros para conversas e namoros, especialmente ao anoitecer são muito comuns.

As atividades domésticas, realizadas pelos homens, correspondem a tarefas que geralmente atribuem certo lazer, que lhes trazem uma reposição da sua condição física e psíquica, como o cuidado com os jardins e hortas e a criação de animais. O cuidado das hortas é, segundo já referi anteriormente, a principal atividade doméstica realizada pelos homens. Essas atividades algumas vezes também são realizadas pelas donas-de-casa, como é o caso de Elínea, que diz compensar o desgosto por morar num lugar “feio”, com uma má vizinhança e a solidão, quando seu marido e filho estão trabalhando, em sua horta nos fundos de sua casa.

Tais práticas relacionadas às hortas e aos jardins, segundo os moradores, não têm fins lucrativos ou de subsistência: “é muito mais caro cultivar as frutas e verduras do que comprá-las no supermercado” relatou Dinarte. Esse gosto por atividades ligadas a terra, se encaminha ao ideal de consumo de muitos dos moradores que é adquirir um sítio para cultivar. Ideal que alguns moradores já conseguiram realizar, como é o caso de Dinarte e Antônio.

O sítio também é visto como um passatempo, pois não se pretende morar nele, apenas aproveitar fins de semana e feriados com a família e amigos. Esses moradores não querem deixar as facilidades que possuem na cidade, apenas manter essas práticas em um local mais apropriado. Sem dúvida, o sítio tem o papel de distinção social e de *status* entre os moradores, visto que seguem uma lógica “antieconômica”, sendo assim um consumo que visa somente à satisfação e ao prazer, segundo o discurso desses moradores.

Vê-se dessa forma que o gosto dos moradores, assim como demonstra Bourdieu, está determinado pela origem social, neste caso a rural, pelo capital cultural, nível de educação dos moradores, através do *habitus*, disposições apreendidas e internalizadas, “estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas e estrutura estruturada, princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção no mundo social” (BOURDIEU, 1984, p. 170).

Então, como destaca Nestor Canclini, para pensadores como Bourdieu, na sociedade contemporânea, a racionalidade das relações sociais se constrói na disputa pela apropriação dos meios de distinção simbólica. Complementa-se essa perspectiva valendo-se dos escritos de Canclini nos quais ele demonstra que: “se os membros de uma determinada sociedade não compartilhassem os sentidos dos bens, se estes só fossem compreensíveis à elite ou a maioria que os utiliza, não serviriam como instrumentos de diferenciação” (CANCLINI, 1995, p.56). Dessa forma:

O gosto pelo novo não atua como algo irracional ou independente da cultura coletiva a que se pertence. (...)dentro da cidade, são seus contextos familiares, de bairro e de trabalho, os que controlam a homogeneidade do consumo, o desvio nos gostos e nos gastos (CANCLINI, 1995, p.61).

Se por um lado os moradores mais antigos mantêm práticas interioranas e rurais, como o cultivo de jardins e grandes hortas, em relação ao espaço urbano em que habitam, além de cultivarem a idéia de que a vila deve se manter como um lugar tranquilo e que suas características devam ser preservadas, o acesso às facilidades da cidade como transporte, lojas, supermercados, além da própria infra-estrutura urbana, o acesso a meios de comunicação em massa, também influenciaram as práticas e o estilo de vida desses moradores.

As características mais tradicionais da vila parecem não ter tanta importância para a segunda geração destas famílias, sobretudo para aqueles que cresceram na vila. As gerações seguintes, que viveram toda a sua vida na cidade, valorizam muito mais objetos, consumos e práticas vinculadas às facilidades da vida urbana. O transporte, o atendimento por meios de comunicação de massa e as oportunidades de lazer foram as principais vantagens da urbanização da vila, segundo o relato dos jovens.

Alguns jovens com que conversei relataram que buscavam a instalação de uma rede de banda larga para acesso à Internet e haviam criado uma comunidade virtual da Vila Batista Flores, no site de relacionamentos denominado Orkut, onde uma das pautas de discussão era

essa questão, demonstrando que o acesso à Internet torna-se comum para parte da comunidade.

Os filhos dos moradores mais estabilizados social e economicamente, são estimulados por seus pais a morar em locais mais próximos do núcleo da cidade, com melhores condições de infra-estrutura, quando estabelecerem suas famílias de procriação, se existirem condições financeiras suficientes para tal objetivo. Mas enquanto estão sob o teto de sua família de origem, estes jovens mantêm atividades empregatícias principalmente no setor de serviços e ajudam na renda familiar.

Os pais projetam a ascensão social de seus filhos, sobretudo através do estudo escolar. Enquanto a totalidade dos moradores, com quem dialoguei nesta etnografia, não possuía o ensino fundamental completo, a maioria de seus filhos realizava ou já possuía o ensino médio completo ou, em alguns casos, o profissionalizante, estudando em escolas das localidades vizinhas à vila, visto que nas suas proximidades só existem duas escolas de ensino fundamental completo. Os pais incentivam seus filhos a estudar, onde o curso superior é idealizado como a única forma de romperem com o padrão em que vivem atualmente.

Observo que a trajetória dos filhos está envolvida em um projeto familiar (VELHO, 1994) visando à ascensão social e a aproximação da classe média, diferenciando-se de seu grupo de origem, que forma a maioria das famílias que moram na vila. Dessa forma, muitos dos pais vêm na mobilidade geográfica para locais mais centrais da cidade, uma maior possibilidade de mobilidade social. Para eles a continuidade na vila traria riscos para seu projeto, visto que lá o convívio com muitos dos jovens, criticados por seu gosto pela vida fácil e sem preocupações, vinculados a contravenções e desavenças atreladas ao tráfico de drogas, poderia interromper e desviar a carreira de seus filhos.

Esse é o caso dos filhos de Antônio, que desde cedo encorajou seus filhos a estudar e ter uma vida melhor que a dele. Tanto a filha, quanto o filho de Antônio estudaram em escolas públicas distantes da vila, pois ainda não havia nenhuma na época, e tiveram uma trajetória vinculada aos movimentos jovens da Igreja Católica, sendo o filho de Antônio, como já mencionado, líder da Juventude Católica. Seu filho tem o curso superior completo e atualmente é o Conselheiro Tutelar da região, morando em um bairro da Zona Norte da capital. Sua filha, que ainda mora na sua casa, está finalizando o curso superior em matemática, em uma universidade da capital, e Antônio projeta sua saída da vila quando se casar e estabelecer sua própria família.

Se os moradores mais antigos valorizam sua trajetória de lutas e resistências, às dificuldades enfrentadas desde sua chegada na cidade, não projetam para seus filhos uma

trajetória parecida, projetam sim sua ascensão social, o que para muitos pais passa pela saída de seus filhos da vila.

Como já relatei, tal visão está relacionada à má imagem que a vila tem frente aos moradores de fora e à má impressão e estigmatização que os moradores mais antigos têm em relação aos moradores menos conhecidos e mais pobres da vila.

As relações sociais entre os moradores se mostram muitas vezes diferenciadas e conflitivas, onde são enfatizadas diferenças não só através de uma distinção econômica, mas também “de estilos de vida que diferenciam grupos de *status*” (ECKERT, 1985, p. 473). Não considero este grupo fechado ao convívio em relação com os outros moradores, mas como uma rede de relações sociais que delimita um estilo de vida diferente de outros grupos.

Normalmente, os antigos moradores, mais estabilizados economicamente, utilizam signos para se diferenciar dos outros moradores que têm uma situação econômica mais instável e que temem investir em suas casas, sabendo que podem perdê-las a qualquer momento. Eles os rotulam como “vileiros”, “invasores”, que possuem casas feias e mal cuidadas, com jardins “que parecem mais um matagal que qualquer outra coisa” e sujam a imagem e a dignidade da vila e de seus moradores. Sobretudo aqueles moradores mais recentes são alvos destes insultos.

Os antigos moradores tendem a valorizar, como características positivas, as redes de relações sociais de parentesco e vizinhança, sua organização, participação e liderança nas lutas pela melhoria das condições de infra-estrutura; assim como a sua condição de portadores da memória da formação e das transformações acontecidas na vila, em contrapartida aos outros, considerados “os vileiros desorganizados”, “preguiçosos”, delimitando assim um estilo de vida diverso desses outros grupos.

Esses moradores enfatizam uma trajetória da comunidade ligada à imagem de pessoas corajosas e sofridas, que detêm legitimamente a memória das relações, redes de vizinhança e solidariedade, das lutas e transformações da vila. A formação da família e os aspectos morais também são utilizados para diferenciar-se. Muitas vezes, condenam as atitudes de liberdade das mulheres e mães solteiras da vila, que seriam “namoradeiras”, falam dos homens solteiros, que vivem sozinhos e condenam as atitudes dos jovens.

Mesmo alguns moradores mais antigos e com uma situação econômica mais estável, que vivem na rua A1, a mais precária da vila, que não participaram ou não participam das redes de relações sociais e de articulação política, são excluídos desse grupo.

Assim, a posição do grupo na estrutura social, retendo o sentido de trajetória social, a formação do grupo e a identidade social reelaborada na memória coletiva são indicativos da

consciência de pertencimento a “um mesmo mundo”, que exterioriza fronteiras sociais em relação a grupos externos.

Fatores de *status*, baseados na organização da vida social, e condições diferenciadas de acesso a produtos e bens provenientes da atividade econômica e a um determinado nível de renda, onde são ressaltadas a posse de bens e padrões de consumo, são utilizadas na diferenciação em relação aos moradores mais recentes e pobres, especialmente aos moradores da parte baixa da Figueira e da rua A1. Quanto a alguns moradores da rua A1, como é caso de Dinarte, a diferenciação dos estilos de vida é vista como uma situação adquirida em suas trajetórias sociais. Estilos de vida apreendidos como diferentes, ao buscarem a comparação do que é o “seu pedaço” (MAGNANI, 1984, p.137) em contraposição ao pedaço dos outros, a rede de relações sociais entre os moradores da Rua Raul Cauduro e parte alta da Rua Figueira e o resto dos moradores da vila.

Os antigos moradores enfatizam, então, valores simbólicos e materiais que os identificam, e nesse sentido, delineiam um estilo de vida diverso do outro grupo que eles estigmatizam; mas, numa lógica de diferenciação acentuam que estes não compartilham uma memória social ou mesmo uma trajetória social vinculada à vila.

Por outro lado, a instabilidade econômica e a incerteza quanto à possibilidade de permanência no local e na comunidade, dos novos moradores, não permitem um revide que quebre essa estigmatização num âmbito maior. É claro que através de “táticas”, “procedimentos populares” (minúsculos e do cotidiano) que “jogam com os mecanismos de disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los”, como escreveu Michel de Certeau (1994, p.41), esse grupo, ainda que menos coeso, também cria mecanismos de revide através de fofocas depreciativas.

Demonstra-se que os antigos buscam dessemelhar-se dos novos através de diferenciações econômicas e de estilo de vida, onde diversamente do que acontecia na vila São João estudada por Claudia Fonseca (2000), os antigos moradores, mais estabilizados e que ascenderam socialmente não buscavam evitar o contato com a vizinhança conhecida, mas isolar os novos evitando sua participação na vida comunitária.

A instabilidade dos novos moradores em contrapartida à estabilidade dos antigos, é para mim o principal fator gerador dessa diferenciação, visto que os primeiros, por temerem ser despejados, não investem em suas casas, procuram não aparecer e não participar das ações comunitárias, fato que reforça a estigmatização dos últimos, uma vez que as características econômicas, destacadas para depreciá-los, dizem respeito às suas moradias e os fatores simbólicos levados em conta, são seus estilos de vida: invasor, preguiçoso, sujo, etc.

O fato de terem oportunidades desiguais de ocupação dos espaços da vila e por estarem a menos tempo nela, tornando-os menos ligados à comunidade e entre si como grupo, os deixa mais vulneráveis, já que desde sua chegada são vistos como uma ameaça ao estilo de vida, memória e dignidade dos moradores, frente ao conjunto da sociedade.

Cabe destacar ainda que, como afirma Norbert Elias, essa relação pode se transformar ao longo do tempo, na medida em que essas relações de poder vão se tornando mais igualitárias ou se invertendo, mas esta análise só é possível de ser concluída futuramente.

Vê-se dessa forma que esses moradores, além de compartilhar um estilo de vida e consumo vinculados à vida urbana, mantêm certas práticas e ideais de consumo vinculados a sua origem rural, e que ambos servem como signos compartilhados de distinção social e *status* entre os moradores da vila, sejam eles novos ou antigos, com uma situação econômica melhor ou não.

CAPÍTULO 5

CONSTRUINDO CIDADANIAS POSSÍVEIS



Discuti, ao longo dos capítulos anteriores, a formação das redes de vizinhança e de reivindicação política entre vizinhos da Vila Batista Flores que, para além das relações sociais e afetivas, buscavam a melhoria das condições de infra-estrutura do local sobre o qual estabelecem um sentimento de pertencimento e afetividade. Ainda, mostrei que, nessas ações, indivíduos como Zezinho e Antônio constituíam lideranças locais, reconhecidos de forma positiva pelos outros moradores, como pessoas interessadas em melhorar as condições da vila e organizar os moradores.

Nesse conjunto de ações, baseadas na auto-ajuda, amizade e trabalho comunitário, se constituiu um grupo que, dividindo a mesma vizinhança, interagindo no seu cotidiano e partilhando de uma trajetória social comum, conseguiu melhorar de forma significativa as condições de seu local de moradia.

A formação dessa rede de reivindicação foi baseada centralmente nas relações pessoais de vizinhança. Na medida em que determinados sistemas institucionais buscam organizar o setor fundiário, surgem demandas de ordem pública para os moradores da Vila em situação irregular, que passam a ter por eixo comum em seus cotidianos o projeto de regularização de suas moradas.

Esse grupo passa, cada vez mais, a compartilhar valores e objetivos comuns e a trocar suas experiências, seus receios e suas esperanças, sem, contudo, constituir formas de organização formal, mas que contribuem para uma valorização da ação coletiva, gerando melhorias nas suas condições de vida, ainda que dessas ações alguns dos moradores da vila se sintam e sejam excluídos.

A questão da antiguidade no local, passa a ser um fator de identificação e de convergência de idéias, entre os moradores com trajetórias semelhantes, diferenciando-se de moradores de inserção mais recente, operacionando fronteiras simbólicas de distanciamento social. A exclusão dos moradores mais recentes se reflete na sua dificuldade de socialização, imposta por uma relação referida na obra *Estabelecidos e Outsiders*, de Norbert Elias e John Scotson (2000). Neste estudo os autores demonstram o valor do tempo de moradia no local, assim como a observam certas regras, costumes e estilos de vida que servem como parâmetro para uma distinção de grupos.

Nesse sentido, a trajetória social comum, os anos de vivência na vizinhança e a ascensão econômica são referências de uma identidade contrastiva entre os antigos moradores e os ditos novos moradores, que não compartilhariam, da mesma forma, do mesmo sentimento de pertença e memória coletiva dos habitantes da vila. No grupo de moradores “outsiders” se encontram aqueles que não participam do processo de regularização fundiária, ocupando as áreas das margens do riacho e o leito da Rua Figueira. Alguns moradores antigos também se mantêm longe e alheios ao processo e à rede de reivindicação, como é o caso de Dinarte.

Para Luiz Fernando Dias Duarte (1986, p. 135), estudos etnográficos junto às “classes trabalhadoras¹⁸” no Brasil, podem demonstrar a premência do grupo, da coletividade e da comunidade relacionalmente a ações e projetos mais individualizados, orientados por uma lógica intimista e alheia aos interesses da maioria. Essa perspectiva holística, na visão de Dumont (1997), se dá num sentido bem concreto, vivencial, como um valor que se diferencia da ideologia do individualismo, composto por idéias e valores substantivados e institucionalizados, ao nível sociológico, nos aparelhos jurídicos e políticos ditos democráticos, versão “letrada e ideal da cultura moderna”, produto das classes médias e altas.

¹⁸ Dias Duarte usa a definição classes trabalhadoras para representar os grupos sociais que estão em posição “subordinada” ou “inferior” dentro das sociedades modernas, rejeitando as definições de: classe operária, pelo seu caráter restritivo ao grupo de operários, a noção de classes populares a qual considera muito vaga e imprecisa abarcando tudo que se opõe à elite, a denominação de pobres, por sua evocação à “Cultura da Pobreza” de Oscar Lewis, adotando a fim de dessubstancializá-la, a locução classe trabalhadora no plural, tendo em vista abarcar os diferentes grupos que a formam. (DUARTE, 1986, p. 126-127)

Dessa forma, de ações coletivas de base solidária emergiriam esforços baseados na noção de direitos, referidos à lógica da reciprocidade e coletividade. A ação para obter esses direitos não foi esperar, mas lutar, buscá-los, onde os moradores se consideravam excluídos da sociedade urbana pelos órgãos públicos que confrontavam. A desigualdade de acesso à direitos básicos, recorrentes à noção de cidadania, representaram a continuidade dessa luta frente a um Estado que, ao mesmo tempo em que aparece como controlador e legislador, também é visto como o grande provedor de bens e serviços urbanos.

Tal complexidade é representada pelo paradoxo dessa sociedade que, ao mesmo tempo em que cultua os valores da independência, autonomia e igualdade, presentes na lógica do indivíduo-cidadão (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1992), reproduz permanentemente as segmentações e diferenciações hierárquicas.

Sendo o pressuposto de sujeitos livres e iguais do ideário liberal-individualista, premissa à noção de cidadania, esta análise converge com as palavras de Ondina Fachel Leal e José Carlos Dos Anjos, quando referem que:

A igualdade embora pressuposta na cultura política da modernidade, não é compartilhada por todos, e cidadania passa então de meio (sociedade civil organizada) a fim a ser almejado e concerne mais à potencial reivindicação do que a efetiva participação na administração do poder. (LEAL; DOS ANJOS, 1999, p.153)

A politização da vida cotidiana dos moradores da Vila Batista Flores é desembocada pelas táticas dos dominados, engenhosidades dos fracos para tirar proveito do forte (CERTEAU, 1994); armas utilizadas pelos moradores para atingir os seus objetivos de melhoria das suas condições de vida coletiva e o cumprimento ou suprimento de direitos básicos instituídos, por parte dos órgãos públicos, estabelecendo o seu reconhecimento como cidadãos da cidade de Porto Alegre.

A ação política desses moradores se pautou pelas redes de auto-ajuda, reivindicação e mutirões para a realização de obras de infra-estrutura, juntamente com os órgãos municipais, durante o final da década de 1980 e 1990, onde foram conseguidas melhorias nas condições de infra-estrutura da vila como: abastecimento regular de água, luz, colocação do esgoto público, transporte público, abertura e calçamento das ruas, canalização do riacho, negociação e permanência dos moradores em seus lotes; mas essas ações tiveram seu limite no recente processo de regularização fundiária, sua principal reivindicação.

O potente “evento mobilizador” (SANTOS, 1981) para a estruturação deste grupo foi a tentativa de retomada dos terrenos pelos herdeiros da proprietária da área, através de processos de reintegração de posse. Para Carlos Nelson Santos (1981, p. 219) o “evento

mobilizador” funciona como uma força aplicada por um ator de peso, seja o poder público ou alguém capaz de manejá-lo, contra as aspirações de uma facilidade urbanística por parte dos moradores. O evento mobilizador é crítico, dá margem para o surgimento de outros eventos e abre as portas para a participação de diversos atores.

Como mostrei acima, a falta de infra-estrutura urbana e as dificuldades enfrentadas foram pequenos eventos mobilizadores, que levaram os antigos moradores à ação, mas foi a experiência da possibilidade de perda de suas moradias que capitalizou suas ações e participação nas instâncias de reivindicação política.

As ações de permanência nas áreas ocupadas iniciaram-se com caráter individual. Primeiramente foi contratado um advogado para cuidar da questão de cada morador, visto que os processos só poderiam ser realizados de forma individual, mas a busca pelo advogado foi organizada por Zezinho e seu advogado acabou por defender a causa de todos os moradores em nome deste. Com a negociação da permanência, foram iniciadas tentativas de regularização dos terrenos, onde primeiramente os moradores buscaram no Orçamento Participativo, o qual possuía competência para realizar políticas de regularização fundiária, uma alternativa através da ação coletiva.

A oportunidade de participação nos espaços públicos através do Orçamento Participativo (OP), que constituiu um instrumento para adquirir novos direitos, colocou uma série de novas questões a serem enfrentadas pelos moradores da Vila Batista Flores. Em primeiro lugar, tornou-se necessária uma maior qualificação das lideranças em termos de compreensão do funcionamento da administração pública; a capacidade de apresentar suas demandas, enquanto propostas de políticas públicas em um espaço formalizado de reivindicação; a capacidade de mobilização dos moradores que se tornou limitada para responder às exigências do novo instrumento de participação popular.

A organização dos habitantes em um grupo formal, visto que o OP exige maior organização na participação de suas plenárias e continuidade, por um longo período, exigiu muito esforço das lideranças da vila, especialmente Antônio, que vinculado à associação dos moradores conclamou os habitantes da Vila Batista Flores a participar das reuniões. Seu Antônio tomou para si o papel e foi aceito como mediador (VELHO, 1996) entre os moradores e as instâncias do OP, devido a sua longa trajetória de participação nas associações comunitárias: anteriormente no Passo das Pedras e depois na Vila Safira e Batista Flores, e devido ao conhecimento sobre o funcionamento da administração pública adquirido nestes anos de trabalho comunitário.

Mudou-se dessa forma o palco de combate, a Associação de Moradores, passa a ser reconhecida por um grande número de moradores como bandeira, como veículo de expressão dos habitantes da Vila Batista Flores nos instrumentos de reivindicação. Essa mobilização foi acompanhada pela necessidade de se unir e negociar com os habitantes de outras vilas da região para a aprovação de suas demandas.

Assim, a rede, que começou a ser constituída a partir da década de 1980, rompe com os limites espaciais que abrangiam a vizinhança da vila, agora passa a ser articulada através da liderança de Antônio, às instituições e lideranças de outras localidades da região, estendendo-se por toda Região Nordeste ou pelo menos metade dela.

Esse novo tipo de participação democrática está fundamentada em práticas diárias de valores e princípios de igualdade e autonomia, muitas vezes distantes do cotidiano desses moradores. Ela não é um objetivo naturalmente desejado por eles, mas os resultados obtidos através da participação na administração pública serviram de parâmetro para a sua adesão ao OP.

O OP funciona através da eleição de representantes para os conselhos superiores das assembleias regionais. A cidade é dividida em dezesseis regiões, estando a Vila Batista Flores incluída na Região Nordeste, que abarca todo o bairro Mário Quintana. As assembleias são os principais veículos de participação popular, elas são abertas ao público e qualquer pessoa pode participar.

Num primeiro momento, o OP consiste em uma série de reuniões em cada uma das regiões, de março a junho. Os dois principais encontros são denominados de primeira e segunda rodada. Na primeira rodada, o município presta contas do ano anterior e dá uma estimativa dos recursos disponíveis para o ano seguinte. Entre a primeira e a segunda rodadas, ocorrem as intermediárias, em que a população local discute e os delegados são eleitos.

Na segunda rodada, os participantes nas assembleias regionais e temáticas elegem dois conselheiros para o Conselho Municipal do Orçamento Participativo (COP). O COP é formado por dois conselheiros eleitos e dois substitutos, por cada região temática, que têm mandato de um ano, com possibilidade de reeleição por mais um ano.

Nos períodos entre julho e agosto inicia-se a elaboração do orçamento pelo COP e representantes do governo, a partir das prioridades definidas nas assembleias, onde cada região escolhe cinco de treze prioridades padrão: saneamento básico, pavimentação, saúde, educação, assistência social, transporte e circulação, áreas de lazer, esporte e lazer, iluminação pública, desenvolvimento econômico, cultura e saneamento ambiental.

A partir do estabelecimento das prioridades da cidade, distribuem-se os recursos entre as dezesseis regiões. Os critérios na distribuição dos investimentos são os seguintes: a) carência de serviço ou infra-estrutura na região. b) população da região. c) prioridade temática da região em relação com as escolhidas pela cidade como um todo. O primeiro e o último critério, ainda que este nem sempre, pois as prioridades da região podem não combinar com os da cidade como um todo, geram maiores investimentos na Região Nordeste. O segundo critério normalmente gera um contrabalanço, pois a região é uma das menos populosas da cidade.

As prioridades da região também são negociadas e disputadas pelas duas micro-regiões da zona Nordeste: a micro-região 1, formada pela Chácara da Fumaça, localidade mais antiga; e a micro-região 2, que engloba outras vilas mais recentes como a Vila Batista Flores e Safira. Segundo seu Antônio, inicialmente a micro-região 2 perdia muitos investimentos na disputa com a sua vizinha mais antiga e organizada, que conseguia eleger os dois conselheiros da região. Aos poucos, porém, os moradores se organizaram e conseguiram manter os investimentos na micro-região 2. Seu Antônio avalia essa situação explicitando a importância da liderança:

Aqui é sempre negociado. A vila que até hoje tem todas as demandas, tem tudo demandado tudo, não está pronto, mas a prefeitura deve, mas existe verba é a Batista Flores. Por nós sermos mais hábeis na negociação, nós conseguimos fazer sempre as demandas na frente. Que quando eu entrei no orçamento participativo que eu entrei em 1992, a Chácara da Fumaça ficava com tudo, que era a micro 1 e micro 2, a micro 1 ficava com tudo e a micro 2 não ficava com nada, mas como eu tinha experiência de associação comunitária desde 1967, eu mobilizei o povo e consegui botar conselheiro da micro 2 e não perdi mais nenhuma demanda. A partir dali foi dividido, eu sempre botei uma demanda pra uma micro outra demanda pra outra, mas como nós mobilizávamos mais a micro 2, nós sempre tínhamos a primeira demanda. Se fosse, fazem cinco ruas de pavimentação nós ficamos com três e eles ficam com duas. E na urbanização, nós sempre quando fazemos, nós sempre fazemos pra não dividir a verba porque é tão pouco da prefeitura que não vale a pena. Então nós sempre ficamos com a verba.

A separação da região em diferentes vilas está relacionada aos diferentes loteamentos realizados na região que foram, ainda que não regularizados, sendo reconhecidos pelos poderes públicos, que estabeleceram suas demarcações à revelia das relações, vivências e identificações de seus moradores. Neste ínterim, mesmo as associações comunitárias foram remanejadas ou precisaram ser criadas devido às novas divisões propostas.

Um dos moradores que expressou estas mudanças foi seu Antônio:

A. Eu fiz parte da associação da Safira (Vila), porque aqui quando eu cheguei era Safira Nova, depois a prefeitura mudou pra Batista flores. Ela trocou a divisa que era aqui na Avenida A, ela passou entre o meio a Rua Moçambique e a Figueira. Trocou, o DEMHAB veio e fomos pra Batista Flores. Então hoje aqui é Batista Flores, então foi a mudança que teve que fazer em toda a documentação, conta de água, conta de luz, correspondência, tudo teve que trocar endereço. A rótula é conhecida como a rotula da Safira, só que a Safira fica do lado de lá da rótula, essa parte aqui é Batista Flores. Se tu estás no centro da rótula olhando pro sul dali fica a Valneri Antunes, fica três, três vila na rótula, que faz a divisa. Na verdade quatro. Safira Velha ali da sul, e aqui da leste, se olhar pro sul é Safira Velha. Se olhar pro norte ou leste, aqui é leste é Safira Nova. Aqui pra cá aqui é Batista Flores, são quatro vilas que circulam na rotula. São quatro nomes diferentes na rótula, fazendo quatro loteamentos diferentes um do outro.

R. E como é que essas vilas assim, elas se conhecem?

A. Elas se conhecem, mas cada uma tem a sua associação. Cada uma tem um posto de saúde diferente. O pessoal da Batista é atendido no PSF da Batista, médico da família. A Safira Nova tem o posto Safira Nova e a Safira Velha tem o posto dela e Valneri Antunes tem o posto Chácara da Fumaça, atendido tudo separado. Tudo separado aqui, nessa região aqui é separada assim.

Estas divisões legais acabam por criar fissuras e disputas nas relações entre os habitantes da região, nos processos de reivindicação política, ainda que muitas vezes beneficie de forma mais específica cada vila, como demonstrou Antônio quando falou que cada uma tem seu posto de saúde e seus bens e serviços próprios.

Os moradores, através de suas lideranças e associações comunitárias, muitas vezes buscam diferentes melhorias para sua área, tendo em vista o tempo de ocupação, organização dos movimentos políticos e da infra-estrutura urbana dos locais de moradia. Isso se reflete de forma mais premente no OP quando a Região Nordeste, composta por diversas vilas, é vista como um todo e dividida em duas micro-regiões, gerando disputa entre estas áreas pelos investimentos.

A negociação e disputas referentes às demandas políticas, dentro da região, chegaram inclusive a criar um impasse sobre a denominação do bairro, que seria regulamentado em 1998. Antônio relata o acontecimento:

É, esse bairro aqui chama-se Mario Quintana, a Região Nordeste toda é bairro Mario Quintana. Foi em noventa e seis, noventa e seis foi feita uma comissão pra escolher o nome do bairro. Aí foi feita uma eleição, foi feita só na Chácara da Fumaça. Aí foi feita uma eleição manipulada e eles iam botar Chico Mendes. Eles fizeram uma eleição só lá e não convidaram o resto da região. Foi votado, nós contestamos no dia, nós descobrimos no dia, fomos lá e fizemos botar em ata. Fomos pra Câmara dos Vereadores, trancamos na Câmara de Vereadores pra não valer, aí exigimos que a eleição fosse feita em cada associação da região Nordeste. Foram vinte e duas feitas em cada associação da região Nordeste. Aí foi escolhido o nome Mário

Quintana de quatro que foram votados: Chico Mendes, Paulo Freire, Chácara da Fumaça e Mário Quintana.¹⁹

A oportunidade de participação em um instrumento dito mais democrático, pois permitiria discutir os investimentos e não reivindicá-los numa relação de confronto com os órgãos públicos, tornou-se numa disputa entre os moradores e lideranças da região. As dificuldades enfrentadas na participação do OP, apenas na definição dos investimentos, sem levar em conta a possibilidade de o poder público municipal realizar os investimentos demandados, acabaram por fragilizar a organização desses moradores.

A paralisação do processo de regularização fundiária, demandada através do OP desde 1994, fragilizou não só a credibilidade nas lideranças da vila, mas também nos processos de participação popular, estabelecidos pela Prefeitura Municipal, os quais dependem quase que exclusivamente da ação voluntária das pessoas, baseada na confiança da capacidade de solução de suas demandas. Na prática, houve uma progressiva perda do poder de decisão dos moradores, abalando a proposta de co-gestão de administração pública, cooptando-se estes moradores de uma esfera de reivindicação para uma esfera institucionalizada de participação.

Apesar de possibilitar a participação dos moradores na construção do orçamento da Prefeitura Municipal, o processo demonstra a manutenção de uma hierarquia de “competências” e das relações verticais de poder na execução dessas demandas.

Os moradores não têm controle sobre a realização dos projetos e dos trâmites legais e cumprem o papel de apenas avaliar e esperar os resultados concretos, sem poder questioná-los ou discuti-los. Os técnicos que participam da resolução das demandas, mantêm-se distantes da realidade desses moradores e suas discursividades não são confrontadas com as falas e conhecimentos dos envolvidos na questão.

A experiência dos moradores nos movimentos mais dinâmicos e fluídos, representados pelo processo de lutas realizadas no passado e a suas contribuições para as conquistas alcançadas, levou muitos dos moradores, envolvidos neste novo mecanismo de reivindicação e participação política, a uma frustração quanto à possibilidade de realizar seu ideal de melhorias projetadas.

Mantêm-se um déficit muito grande entre aquilo que os órgãos públicos do município conseguem produzir, em termos de bens e serviços, e as demandas da população, fazendo com que certas obras demorem anos para ser realizadas ou que não se tenha uma previsão sobre

¹⁹ Vislumbrei também esta disputa no relato dos moradores da Chácara da Fumaça presentes no livro “Memória dos Bairros – Chácara da Fumaça” (1999), realizado antes da regulamentação do Bairro Mário Quintana pela Prefeitura Municipal através da demanda dos moradores desta localidade junto ao OP.

sua realização. A burocracia da estrutura administrativa e a falta de comunicação entre os órgãos municipais contrastam com o discurso e a tentativa de uma gestão baseada na participação dos cidadãos, especialmente se tratando da questão da regularização fundiária.

Se por um lado é fundamental reconhecer a importância da democratização do acesso à esfera estatal, através de um instrumento de participação popular, como o OP, que sem dúvida trouxe benefícios por meio de investimentos na região; por outro, este processo tornou a organização dos moradores dependente da capacidade/interesse do Governo Municipal em responder a suas demandas e propostas. A diminuição da participação dos membros da administração pública nas reuniões e assembleias do OP, no ano de 2006, segundo seu Antônio e seu Zezinho, diminuíram ainda mais a credibilidade deste junto aos moradores da Vila Batista Flores, reduzindo a mobilização para a participação neste tipo de reivindicação.

Essa dependência em relação à Prefeitura Municipal acaba servindo de motivo para conflitos entre as lideranças e os moradores, como o caso de Antônio em relação ao processo de regularização da vila. Disso decorre que os moradores, muitas vezes, acabam por responsabilizar as lideranças pelos limites da administração pública em dar uma resposta satisfatória às suas demandas.

Se num primeiro momento, com o estabelecimento do OP, as reivindicações dos moradores se concentraram na participação nos espaços públicos estatais de demanda de políticas públicas, a demora e os entraves na realização das demandas levaram-nos a retomar as iniciativas de melhoria, realizadas através de outras ações. Formando mutirões para encaminhar seus pedidos de regularização junto à Defensoria Pública Estadual parecia haver resultados mais imediatos e era implementada por uma pessoa conhecida pelos moradores: o advogado que defendia sua causa frente aos proprietários da área, há quase vinte anos, havia se tornado Defensor Público Geral do Estado do Rio Grande do Sul na época. A questão motivadora da mobilização dos moradores estava se resolvendo e iniciava-se um processo de reintegração destes moradores à condição de cidadãos, com a regularização fundiária dos lotes a partir de 2006.

O OP abriu, por outro lado, uma oportunidade de diálogo não só entre os moradores e a administração pública, mas também entre os diferentes habitantes da região. Inclusive aqueles que ocupam as áreas mais precárias e que estão numa situação fundiária mais instável, visto que estes, apesar de muitas vezes excluídos das reuniões, poderiam ser beneficiados pelas políticas coletivas de regularização fundiária implementadas pelo DEMHAB, ainda que corressem o risco de ser removidos para outras áreas.

O processo de regularização fundiária, através da Defensoria Pública, acaba por levar novamente à exclusão os moradores mais recentes, que ocupam o leito da Rua Figueira e das margens do riacho, já que tem competência jurídica apenas para julgar os casos dos ocupantes das áreas particulares em litígio, e não as relacionadas a questões ambientais e do Plano Diretor de desenvolvimento urbano ambiental, ambas de âmbito municipal.

Após o clímax iniciado com a tentativa de retomada dos terrenos, pelos herdeiros da antiga proprietária, os interesses comuns representados em uma organização formal tendem à desagregação, as ações tendem a ser menores, o evento mobilizador deixa de mobilizar, a associação volta a se esvaziar e os antigos moradores voltam a uma cotidianidade mais tranqüila.

Este “drama social” (TURNER, 1986, p.39) representado pelo processo desarmônico que surgiu numa situação de conflito entre proprietários, órgãos públicos e moradores, é perpassado por quatro fases descritas por este autor, que utilizo aqui para interpretar a experiência destes moradores:

a) o *rompimento* das normas: através de um evento (ameaça de despejo) que rompe as normas cotidianas, que permitem o relacionamento e a identidade de “morador legal” frente ao Estado e à sociedade como um todo.

b) *crise*, durante a qual o rompimento se aprofunda: o evento mobilizador desencadeia uma série de negociações e reivindicações junto aos órgãos públicos competentes, para resolver o conflito entre moradores e herdeiros.

c) *ação compensatória*, através de processos racionais de negociação política, jurídica e simbólicos de resistência e união contra as ameaças de despejo.

d) *reintegração* do grupo: a regularização fundiária, sua reintegração à “cidade legal” e o reconhecimento de seus novos direitos e deveres.

Marcelo Kunrath Silva (2002, p.123) destaca ainda que nestes processos de reivindicação e participação na gestão pública vislumbra-se uma cidadania “mutilada”. Uma cidadania onde os direitos sociais se resumem ao acesso a bens e serviços públicos e à alguma participação na gestão pública, deixando de lado o problema econômico da renda e do consumo, vinculados a um projeto de vida melhor, onde parte dessa população, principalmente os jovens, vêm-se sem alternativas, estando excluídos do mercado de trabalho cada vez restrito e que exige cada vez maior especialização. A noção de cidadania que informa esta “experiência participativa” não inclui, ou inclui de maneira muito incipiente, as relações socioeconômicas, se limitando ao acesso de bens e serviços públicos.

O campo das relações econômicas é transferido para a esfera das relações dadas, onde deve se buscar individualmente a ascensão econômica, como referida no capítulo anterior, gerando a necessidade ou o desejo de que os jovens saiam da vila, pois ali não há serviços e postos de trabalho compatíveis com os seus projetos individuais e familiares.

As ações de reivindicação dos moradores estão calcadas em um forte sentimento de pertença à vila e ao grupo de seus habitantes. Esses laços são calcados muito mais nas memórias afetivas e nas experiências sensíveis deles, do que em amplos processos sociais, voltados a noções políticas de liberdade, autonomia e igualdade, resumidas à participação no OP, através de um longo trabalho de mobilização de lideranças que possuíam uma grande participação nos meios institucionais.

Esses habitantes atuam de diversas formas, seja individual ou em grupo politicamente, e vivenciam a cidade e a sua realidade de forma específica. A complexidade, as tensões e os jogos de interesse, envolvidos na vida cotidiana desses moradores, são fundamentais para a desmistificação de políticas públicas, que visam muitas vezes mais à cidadanização (DUARTE, 1988) do que ao diálogo e ao entendimento de uma cidadania, pautada nas vivências e experiências de vida na cidade, temporalidades e territorialidades marcadas pela singularidade e suas tradições.

Tendo em vista que os moradores, apesar dos limites das suas ações, em relação à solução de problemas ou faltas, das relações conflituosas estabelecidas entre eles e das relações desiguais de poder estabelecidas com os poderes públicos e seus técnicos, no jogo político, conseguiram atingir parcialmente seus objetivos. Cabe destacar, como faz Michel de Certeau, os procedimentos políticos minúsculos e cotidianos desse grupo. Conforme o autor:

Se for verdade que por toda parte se estende e se precisa de uma rede de vigilância, mais importante é descobrir como uma sociedade inteira não se reduz a ela, que procedimentos populares (minúsculos e do cotidiano) jogam com os mecanismos de disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; que maneiras de fazer formam a contrapartida, do lado dos dominados dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. (CERTEAU, 1994, p.41)

Nessas estratégias de resistência, o cotidiano se configura em sua descontinuidade na memória dos moradores. Em meio às determinações sociais de moradia, de reprodução de trabalho, a lógica da cultura do grupo orienta nas descontinuidades da vida coletiva, a construção de uma continuidade do grupo social.

Enquanto alguns moradores como seu Antônio tem uma visão identificada com as políticas higienistas e progressistas, que buscam delimitar fronteiras, identificar as

ambigüidades e excluir o “impuro”²⁰, buscando a separação formal dos moradores mais pobres que moram nas margens do riacho dos antigos moradores e a “regularização completa” da vila. Outros moradores constroem suas imagens da regularização fundiária como uma vitória conquistada após uma grande disputa com os herdeiros e poderes públicos e a consolidação de seu pertencimento à vila. O desejo de progresso e a modernização da vila, é entrecortado pela ênfase na continuidade de modos de vida específicos vinculados a práticas e valores tradicionais e singulares construídos em suas trajetórias. Sua relação com os moradores mais recentes se baseiam mais na evitação do que na idéia de confronto ou expulsão, simplesmente excluindo-os de suas redes de vizinhança e de seu “pedaço” delimitado nas ruas Figueira e Raul Cauduro.

Para habitantes como Dinarte e anteriormente Leonor, lamenta-se algumas das transformações urbanas da vila, lembrando-se nostálgicamente os áureos tempos em que esta era tranqüila e possibilitava práticas como o cultivo de hortas ao ar livre e as conversas, reuniões e sociabilidades nas ruas durante o período da noite. Leonor no entanto via na regularização a segurança de permanência no local depois de uma experiência constante de “violência simbólica” exercida pelos herdeiros dos terrenos, enquanto Dinarte se mantém alheio ao processo de regularização fundiária.

Elínea e sua família vêm na regularização fundiária a possibilidade de conseguir vender sua casa a um preço justo que possibilite sua mudança para um lar no litoral, onde projeta ter uma vida com ritmo mais tranqüilo longe da vila e seus vizinhos.

Moradores recentes como Marisete e Wilmar constatarem em seus cotidianos as dificuldades da falta de aceitação dentro da “comunidade”, mas mantêm-se interessados em permanecer na vila, pois esta representa a possibilidade de manutenção da moradia própria, ainda que em local precário em termos de urbanização, constitui-se em seu lar, ocupado por sua família.

²⁰ Refiro-me aqui a noção proposta por Mary Douglas (1976), onde impuro seria algo que está em desordem, fora do seu lugar. Para a autora a noção de poluição é uma expressão de cada sistema simbólico e em nossa sociedade contemporânea ela está sobretudo associada à higiene.

CONCLUSÃO

Pensando a cidade como cenário híbrido e objeto temporal, onde traços modernos convivem lado a lado com antigas feições, abordei a questão das transformações urbanas em termos das formas através das quais os moradores lidam com a plasticidade dos territórios, nos quais se inserem e se enraízam.

Por meio de uma etnografia baseada na observação participante cotidiana, no diálogo e na escuta destes moradores, recriei através de narrativas a experiência etnográfica vivenciada, o cotidiano, a trajetória social, a memória coletiva e social do grupo e do espaço que habitam.

As diferentes formas de apropriação do espaço da Vila Batista Flores não se dão, como mostrei, sem conflitos. Os antigos moradores da Rua Figueira e Raul Cauduro apresentam-se como portadores de uma memória coletiva do passado e das transformações ocorridas na localidade, na mesma medida em que utilizam esses elementos para se distinguir dos moradores mais recentes, que tiveram uma trajetória social diferenciada.

A construção do *ethos* de antigos moradores se dá através das relações sociais, redes de amizades e compadrio, construídas em anos de vivência e reelaboradas no cotidiano nas ruas, pátios, casas da vila e nas redes de reivindicação política, definindo um grupo que não abarca também outros antigos moradores, como Dinarte, estando estes fora de seu “pedaço”. Tal distinção também está aberta aos discursos e visões que partem de fora da vila, da forma como as pessoas vêem seus moradores e as definições de regularidade e irregularidade, provenientes das instituições estatais e jurídicas.

O pertencimento construído por esses moradores também se dá de forma diferenciada, em termos de grupos geracionais: enquanto os mais velhos destacam a manutenção de modos de vida e características mais “tradicionais” da vila, em composição com sua urbanização e facilidades do viver na cidade, como forma de diferenciá-la de outros espaços urbanos; os mais jovens se apegam à sua urbanização e “modernização”, não possuindo a mesma visão da Vila Batista Flores como um lugar “privilegiado”. Nem mesmo alguns dos seus familiares a vêem desta forma para seus filhos jovens, vislumbrando em seus projetos familiares a ascensão social que passa muitas vezes pela saída da convivência na vila.

As dificuldades enfrentadas, as ações realizadas, as perspectivas de transformações urbanas e o enraizamento dos moradores, são perpassados pela tensão da irregularidade na

memória e no cotidiano destes moradores. O “evento mobilizador”, representado pela ação de reintegração de posse dos herdeiros, retratado na memória coletiva dos moradores, serviu também como alicerce do *ethos* deste grupo e a partir dele as relações sociais se tornaram mais estreitas e amplas, e as ações reivindicativas, mais organizadas.

Ao longo das ações foram estabelecidas relações desiguais entre os moradores e os membros dos poderes públicos, surgiram disputas e negociações entre os representantes das diferentes vilas do Bairro Mário Quintana, quando da participação no Orçamento Participativo, o qual apesar de criar a expectativa de produção de novos direitos e um diálogo com a esfera estatal, teve seus limites apontados pela falta de realização das obras demandadas e pela manutenção de relações verticalizadas de poder, entre os órgãos da administração municipal e os moradores.

A rede de reivindicação dos moradores se expandiu, passou a conhecer e a negociar com membros de outras localidades do bairro, ainda que através da associação dos moradores e por uma necessidade imediata que, à medida que não tiveram efeito, acabaram por esfriar – a associação foi esvaziada e a participação no OP também.

Se a Regularização Fundiária, através da Defensoria Pública Estadual, surgiu como alternativa e supriu a necessidade de regularização dos antigos moradores, esta se deu num cenário complexo de conclusões. Os moradores recentes mantêm sua situação inalterada, visto que a Defensoria Pública não tem competência para tratar da ocupação em áreas de risco e referentes ao Plano Diretor da Cidade, vivendo na constante tensão da instabilidade da sua situação de irregularidade fundiária.

A regularização também não se deu da mesma forma para todos os antigos moradores, retomando o conceito inicial de Betânia Alfonsin (1997), segundo a qual a regularização fundiária é vista como um processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social. Identifico que no caso da Vila Batista Flores esta se deu apenas no aspecto jurídico, em termos físicos, as melhorias do ambiente urbano foram sendo e provavelmente ainda serão construídas através da ação dos moradores.

Quanto ao resgate da cidadania, sem dúvida, é um reconhecimento do direito de posse desses moradores, representado em suas constantes lutas para garanti-lo, mas é uma cidadania mutilada, segundo Marcelo Silva (2002), pois não incorpora todos os moradores, não enfrenta outras questões como a renda e o desemprego, e não projeta alternativas para as novas gerações da vila.

Os diferentes moradores encaram e vivenciam a regularização de diversas formas: Elemar, por exemplo, depara-se com os novos impostos, que não poderia pagar e dessa forma não busca adquirir a escritura, apenas a confirmação da permanência.

Alguns moradores não chegaram a ver concretizado o sonho de permanência, depois de quase vinte anos de luta: Leonor faleceu em 2005, e suas filhas assumiram o processo. Após a regularização fundiária, em 2006, decidiram vender a casa, pois moravam em outros locais com suas novas famílias e a única filha, que morava junto com a neta de Leonor em sua casa, não tinha como sustentar os gastos para a sua manutenção, indo morar com uma de suas irmãs.

No caso de Adão, sua esposa Aldenora assumiu a ação, e até o final de 2006 espera pela audiência para confirmação da regularização, amparada por seu filho que diz querer se manter na vila, cuidando de sua loja agropecuária, visto que seria difícil arranjar emprego com sua idade, mais de quarenta anos, disse ele. A perspectiva da construção de um novo loteamento sobre o espaço ocupado atualmente por uma chácara na rua A1, alimenta seu sonho de conseguir ganhar um “bom dinheiro” e expandir sua loja.

Zezinho, descansou, disse ter finalmente conquistado o que tinha lutado por tanto tempo, agora poderia descansar em paz, dizendo-se muito velho para continuar na luta. Antônio mantém-se atuante no trabalho comunitário, pois segundo ele este é seu passatempo, um prazer, quase igual a que argumenta ser o trabalho de cuidar de sua plantação. Florinda destaca que a regularização permite que os moradores reformem suas casas, arrumem seus pátios sem medo de perdê-los.

A regularização fundiária, dessa forma, apenas regulamenta este espaço e referenda a ocupação desses moradores por parte do Estado que interfere e legisla. A Vila Batista Flores, no entanto, é maior, tem suas referências no passado e memória de muitos moradores, aqueles que ficaram e também aqueles que partiram. A Vila Batista Flores fica, mas as pessoas passam; os usos deste espaço, as formas de habitar se mantêm, pelos menos num futuro recente.

O desenvolvimento de minha etnografia está envolvido nesse processo e com as pessoas que lá habitam. Dessa forma, não escondo minhas angústias quanto ao futuro da região e de seus moradores. Como se tornará a relação entre antigos e novos moradores com a regularização fundiária dos primeiros? Ao que minha experiência indica, a estigmatização e exclusão dos novos moradores, se tornará mais intensa. Com a regularização fundiária, os moradores vão conseguir arcar com as novas taxações e deveres provenientes dela, permanecendo na vila? Só tempo irá responder.

A construção destas considerações através do fazer etnográfico, buscando dar conta das práticas individuais e coletivas deste grupo, leva-me à reflexão sobre a condição de pesquisador como alguém que interessado na arte de viver na sociedade, e sobretudo numa questão que trata da condição de vida de outras pessoas, partilha e transforma sua própria condição através deste evento.

Conclui-se essa narrativa sobre o “viver na Vila Batista Flores” com algumas perguntas e algumas constatações, como demonstrei. Assim, interpreto como constatação geral a idéia de que a regularização fundiária - um avanço notável no que diz respeito à políticas de habitação, pois permite a continuidade de ocupação por parte de uma parcela da população constantemente segregada dos centros urbanos pelo controle geopolítico destes territórios através de políticas de higienização e modernização por parte do Estado ou de gentrificação e especulação imobiliária pela iniciativa privada - deve ser explorada defrontando-se as dinâmicas das populações envolvidas neste processo e o espaço da cidade, material e simbólico, sobre os quais esses moradores constroem suas experiências. Antes de ser apenas uma intervenção sobre os aspectos jurídico, físico e social ela deve ter em conta os aspectos culturais que conformam os modos de habitar e usufruir o espaço urbano.

Estas formas culturais devem ser entendidas como heterogêneas e sujeitas a transformações, como busquei demonstrar durante todo este trabalho, levando-se em conta as especificidades das trajetórias dos sujeitos. Este cenário, marcado pela complexidade de seu quadro social, é constantemente construído por e constrói estes atores sociais.

Se políticas de intervenção como a regularização fundiária relegarem estes diferentes aspectos sociais, simbólicos e culturais em suas ações, corre-se o risco de se produzirem novas desigualdades sociais e a manutenção da segregação e mobilidade populacional, gerando novas ocupações irregulares, minando a possibilidade de enraizamento e inclusão destes moradores pobres no território urbano e de melhoria das suas condições de vida.

REFERÊNCIAS

ANJOS, José Carlos dos. **O Território da Linha Cruzada. Rua Mirim versus Avenida Nilo Peçanha – Porto Alegre (1992 – 1993)**. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 1993.

ALFONSIN, Betania de Moraes. **Direito a moradia : instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras**. Rio de Janeiro. Ippur, UFRJ, 1997.

ALFONSIN, Betania de Moraes. **Da invisibilidade à regularização fundiária : a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre-século XX**. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, BR-RS, 2000.

BACHELARD, Gaston. **A Dialética da Duração**. São Paulo, SP. Ática, 1988.

BITTENCOURT, Luciana. “Algumas considerações...”. In: Feldman-Bianco, Bella & Míriam Moreira Leite (orgs.). **Os Desafios da Imagem. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. Campinas. Papyrus, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Distinction. A Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge, Massachusetts. Harvard University Press, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo. Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2001.

BOTT, Elizabeth. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Uma incursão pelo lado ‘não respeitável’ da pesquisa de campo**. Ciências Sociais Hoje. Trabalho e Cultura no Brasil. Recife, Brasília. CNPq ANPOCS, 1981.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **A Política dos Outros. O cotidiano de moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo, SP. Brasiliense, 1984.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos. Conflitos culturais da globalização**. Rio de Janeiro, RJ. UFRJ, 1995.

CLIFFORD, James. *Introducción: Verdades parciales*. In: CLIFFORD, James & MARCUS, George. *Retóricas de la antropología*. Madrid. Jucar Universidade, 1991.

CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX**. Rio de Janeiro. UFRJ, 2002.

DEMHAB. **Da Irregularidade Fundiária**. Porto Alegre. DEMHAB,1999.

DEMHAB. **Mapa da irregularidade fundiária de Porto Alegre**. Porto Alegre. DEMHAB, 2000.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis. Vozes, 1994.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo, SP. Perspectiva, 1976.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. São Paulo, SP. Editora da USP, 1997.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras**. Rio de Janeiro, RJ. Zahar, 1986.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Vicissitudes e Limites da Conversão à Cidadania nas Classes Populares Brasileiras. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.22. ANPOCS, 1993

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A Caminho da Cidade. A vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo, SP. Perspectiva, 1984.

ECKERT, Cornelia. **Os Homens da Mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão de Charqueadas**. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 1985.

ECKERT, Cornelia & ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **O Tempo e a Cidade**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2005.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro, RJ. Jorge Zahar Editor, 2000.

FONSECA, Cláudia. **Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. O pensamento como ato moral: Dimensões éticas sobre o trabalho de campo antropológico nos novos países. In: **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro, RJ. Zahar, 2001.

GURAN, Milton. A fotografia eficiente. In: ACHUTTI, L. E. (org). **Ensaio (sobre o) Fotográfico**. Porto Alegre: Unidade, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, SP. Vértice, 1990.

HANNERZ, Ulf. **Explorer la ville**. Paris. Lês Éditions de Minuit, 1980.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. Cotia. Ateliê Nacional, 1999.

LEAL, Ondina Fachel; DOS ANJOS, José Carlos Gomes. Cidadania de Quem? Possibilidades e limites da antropologia. In: **Horizontes Antropológicos** / UFRGS. IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Ano 5, n.10 .Porto Alegre:PPGAS, 1999.

LOMNITZ, Larissa. *Mecanismos de articulación entre el sector informal y el sector formal urbano*. In: **Revista Mexicana de Sociología**. Vol XL. N.1. UNAM, 1978.

MAC DOUGALL, David. “Novos princípios da antropologia visual”. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, RJ, n.21, 2005.

MACHADO, Arlindo. **A Ilusão Especular: Introdução à fotografia**. São Paulo. Brasiliense, 1984.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedço. Cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo, SP. Brasiliense, 1984.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo. Abril Cultural, 1976.

MENEZES, Marluci. Do Espaço ao Lugar. Do Lugar às Remodelações Sócio- Espaciais. In: **Horizontes Antropológicos/UFRGS.IFCH**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Ano6, n.13.Porto Alegre, RS. PPGAS, 2000.

NAVARRO, Zander. O “Orçamento Participativo” de Porto Alegre (1989-2002): um conciso comentário crítico. In: AVRITZER, Leonardo & NAVARRO, Zander. **A Inovação Democrática no Brasil: O Orçamento Participativo**. São Paulo, SP. Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. São Paulo, SP. UNESP, 2000.

OLIVEN, Ruben. **Urbanização e Mudança Social no Brasil**. Petrópolis. Vozes, 1982.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano. In: VELHO, Otávio. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, RJ. Zahar, 1967.

PORTO ALEGRE. **Memória dos Bairros. Chácara da Fumaça**. Porto Alegre. Unidade Editorial, 1999.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO. **Projeto Regularização Fundiária: uma questão de cidadania**. Porto Alegre. UFRGS, 2003.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo. Papirus, 1994.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Antropologia visual, um convite à exploração de encruzilhadas conceituais. In: ECKERT, Cornelia & MONTE MÓR, Patrícia. **Imagem em Foco. Novas perspectivas em antropologia**. Porto Alegre. UFRGS, 1999.

SAMAIN, Etienne. Para que a antropologia consiga tornar-se visual. In: **Brasil. Comunicação, cultura & política**. Rio de Janeiro, RJ. Compôs. 1994.

SANT'ANA, Maria Helena. **Vila cai-cai : a lógica da habitação reciclável : estudo da organização do espaço e do tempo em uma vila em remoção em Porto Alegre-RS**. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 1997.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiros. In: VALLADARES, Lícia do Prado. **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro. Zahar, 1980.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ. Zahar, 1981.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Cidadania e Exclusão. Os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2002.

SILVA, Marcelo Kunrath. A expansão do Orçamento Participativo na região metropolitana de Porto Alegre: condicionamentos e resultados. In: AVRITZER, Leonardo & NAVARRO, Zander. **A Inovação Democrática no Brasil: O Orçamento Participativo**. São Paulo, SP. Cortez, 2003.

SILVA, Roberto Antonio Capiotti. **Cotidianos Irregulares? Estudo antropológico da experiência de regularização fundiária junto aos moradores da Vila Batista Flores em Porto Alegre (RS)**. In: *Illuminuras*, n.66. BIEV, PPGAS, UFRGS. Porto Alegre, RS.

THIOLENT, Michel. **Crítica Metodológica. Investigação e enquete operária**. São Paulo. Polis, 1980.

TURNER, Victor. *Dewey, Dilthey, and Drama: An Essay in the Anthropology of Experience*. In: TURNER, Victor & BRUNER, Edward. **The Anthropology of Experience**. Chicago. University of Illinois Press, 1986.

WINKIN, Yves. **A Nova Comunicação**. São Paulo. Papyrus, 1998.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como Modo de Vida. In: VELHO, Otávio. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, RJ. Zahar, 1967.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (organizador). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: VELHO, Gilberto. **O Desafio da Cidade**. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1979.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro, RJ. Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. Mediação e Metamorfose. In: **Mana. Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro, RJ. Relume-Dumará, 1996.

VELHO, Otávio. Relativizando o Relativismo. In: **Besta Fera, Recriação do Mundo**. Rio de Janeiro, RJ. Relume-Dumará, 1995.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo, SP. Brasiliense, 1985.

ANEXOS

Questionário Padrão

Local da medição:**Telefone:****Data da medição:****Dados do requerente do usucapião**

Melhor turno para medição: 1() manhã 2() tarde 3 () indiferente

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Naturalidade:

Local de residência anterior:

Motivo da migração:

1() trabalho 2() saúde 3 () moradia 4() outros

Ocupação: aposentado

Tempo de Serviço:

Maior tempo de serviço em um só emprego:

Renda Pessoal:

1() até 1 salário 2() até 3 salários 3() mais de 3 salários

Renda familiar:

1() até 3 salários 2() mais de 3 salários

Cônjuge:

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Ocupação:

Filhos residentes na casa:

Idade:

Escolaridade:

Ocupação:

Idade:

Escolaridade:

Ocupação:

Idade:

Escolaridade:

Ocupação:

Demais pessoas da casa:

Idade:

Escolaridade:

Ocupação:

Total de residentes no terreno:

Observações do local:

Caracterização da Área:

Forma de ocupação

1() invasão 2() compra de terreno 3() doação 4() outros

Área do terreno:

Tipo de residência: 1() alvenaria 2() madeira 3() outros

Número de cômodos na residência: 1() 1 à 2 2() 3 à 5 3() mais de 5

Tempo de residência na área:

Registro patológico posterior a ocupação da área:

Sistema de abastecimento:

1() água 2() luz:

Rede de esgotos:

1() sim 2() não

Policimento:

1() bom 2() regular 3() ruim

Tempo de deslocamento para o centro de trabalho:

Serviço de correio:

1() bom 2() regular 3() ruim

Comunicação:

1() rádio 2() televisão 3() jornal 4() revistas 5() outros :

Obs:

Sistema de coleta de lixo:

1() sim 2() não

Posto de saúde:

1() sim 2() não

Sistema de transporte local:

1() bom 2() regular 3() ruim

Violência:

1() roubo 2() brigas 3() outros

